

**Juliana Anacleto dos Santos**

**Trabalho doméstico no Brasil: Uma Análise das  
Transformações Recentes**

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2011

**Juliana Anacleto dos Santos**

**Trabalho doméstico no Brasil: Uma Análise das  
Transformações Recentes**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH/UFMG -, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Sociologia

Orientadora: Prof. Dra. Danielle Cireno  
Fernandes

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2011

Para LÍgia

*Enquanto uma chora, outra ri; é a lei do mundo, meu rico senhor; é a perfeição universal. Tudo chorando seria monótono, tudo rindo cansativo; mas uma boa distribuição de lágrimas e polcas, soluços e sarabandas, acaba por trazer à alma do mundo a variedade necessária, e faz-se o equilíbrio da vida...*

*Machado de Assis*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho escrito por mim, não estaria em suas mãos sem a ajuda, compreensão, torcida, fomento e ensinamento de alguns, que nessas linhas, venho a agradecer.

Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais por efetivar as condições de estudo e pesquisa necessárias a elaboração deste trabalho. À FAPEMIG – Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão de Minas Gerais, determinante para minhas condições materiais de estudo e à professora Danielle Cireno Fernandes, responsável pela elucidação das dúvidas das mais complexas às mais simples, meu agradecimento.

Aos professores Alessandro Enoque, Diogo Helal, Cláudio Santiago Dias Júnior e Ana Paula de Andrade Verona, membros da banca, que generosamente aceitaram o convite de ler e avaliar o presente trabalho.

A minha mãe Lígia, pelo amor incondicional e por me convencer cotidianamente de que deveria estudar, e eu acreditei.

A minha irmã Vanessa, pela paciência e torcida, ela é a responsável por minha curiosidade pelos livros.

Aos professores José Alcides Figueiredo Santos e Jurema Brittes, pelos ensinamentos e generosidade mantidos desde meu curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos amigos de empreitada fafichesca.

Ao meu amor, Ewerton, que faz a minha vida muito mais divertida.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2. DO TRABALHO DOMÉSTICO AO EMPREGO DOMÉSTICO.....</b>	<b>13</b>
2.1. PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL.....	19
2.2. CONDIÇÕES SÓCIO ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS E SUAS RELAÇÕES COM O EMPREGO DOMÉSTICO.....	24
<b>3. CONCEITUANDO.....</b>	<b>30</b>
3.1. GÊNERO.....	30
3.1.1. TEORIA DE STATUS OU TEORIA DOS PAPÉIS SOCIAIS.....	36
3.1.2. TEORIA DAS INTERAÇÕES OU DOING GENDER.....	39
3.1.3. TEORIA DE GÊNERO E INSTITUIÇÕES.....	41
3.2. RAÇA.....	45
3.3. EDUCAÇÃO E FUNCIONALISMO.....	59
<b>4. HIPÓTESES DE PESQUISA.....</b>	<b>65</b>
<b>5. METODOLOGIA.....</b>	<b>66</b>
5.1. FONTE DE DADOS.....	66
5.2. MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL.....	66
5.3. ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	66
5.3.1. VARIÁVEL DEPENDENTE.....	66
5.3.2. VARIÁVEIS INDEPENDENTES.....	67
<b>6. ANÁLISE DE DADOS – DIMENSÃO DESCRITIVA.....</b>	<b>68</b>
<b>7. ANÁLISE DE DADOS – MULTIVARIADA.....</b>	<b>93</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>117</b>
<b>10. ANEXOS.....</b>	<b>123</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Composição categoria “ocupados”	69
GRÁFICO 02: Gênero X Ocupados em atividade doméstica formal	70
GRÁFICO 03: Gênero X Ocupados em atividade doméstica informal	71
GRÁFICO 04: Gênero X Ocupados em atividade não doméstica	72
GRÁFICO 05: Raça X Ocupados em atividade doméstica formal	73
GRÁFICO 06: Raça X Ocupados em atividade doméstica informal	75
GRÁFICO 07: Raça X Ocupados em atividade não doméstica	76
GRÁFICO 08: Média dos anos de estudos X <i>status</i> ocupacional	78
GRÁFICO 09: Média da idade que começou a trabalhar X <i>status</i> ocupacional	80
GRÁFICO 10: Não Migrante x <i>status</i> ocupacional	82
GRÁFICO 11: Migrante Intraestadual x <i>status</i> ocupacional	84
GRÁFICO 12: Migrante Interestadual x <i>status</i> ocupacional	86
GRÁFICO 13: Média do número de horas trabalhadas por semana x <i>status</i> ocupacional	88
GRÁFICO 14: Cuidava dos afazeres Domésticos x <i>status</i> Ocupados	90
GRÁFICO 15: Era associado a sindicato na semana de referência x <i>status</i> Ocupados	92
GRÁFICO 16: Efeito percentual da variável gênero	94
GRÁFICO 17: Efeito percentual da variável raça	95
GRÁFICO 18: Efeito percentual da variável escolaridade	97
GRÁFICO 19: Efeito percentual da variável experiência	99
GRÁFICO 20: Efeito percentual da variável migração intraestadual	100
GRÁFICO 21: Efeito percentual da variável migração interestadual	102
GRÁFICO 22: Efeito percentual da variável Norte	103
GRÁFICO 23: Efeito percentual da variável Nordeste	105
GRÁFICO 24: Efeito percentual da variável Sul	107
GRÁFICO 25: Efeito percentual da variável Centro-Oeste	108
GRÁFICO 26: Efeito percentual da variável Filhos	110

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Composição categoria “ocupados”	68
TABELA 02: Gênero X Ocupados em atividade doméstica formal	70
TABELA 03: Gênero X Ocupados em atividade doméstica informal	71
TABELA 04: Gênero X Ocupados em atividade não doméstica	72
TABELA 05: Raça X Ocupados em atividade doméstica formal	73
TABELA 06: Raça X Ocupados em atividade doméstica informal	74
TABELA 07: Raça X Ocupados em atividade não doméstica	76
TABELA 08: Média dos anos de estudos X <i>status</i> ocupacional	77
TABELA 09: Média da idade que começou a trabalhar X <i>status</i> ocupacional	79
TABELA 10: Não Migrante x <i>status</i> ocupacional	81
TABELA 11: Migrante Intraestadual x <i>status</i> ocupacional	83
TABELA 12: Migrante Interestadual x <i>status</i> ocupacional	85
TABELA 13: Média do número de horas trabalhadas por semana x <i>status</i> ocupacional	87
TABELA 14: Cuidava dos afazeres Domésticos x <i>status</i> Ocupados	89
TABELA 15: Era associado a sindicato na semana de referência x <i>status</i> Ocupados	91
TABELA 16: Efeito percentual da variável gênero	93
TABELA 17: Efeito percentual da variável raça	95
TABELA 18: Efeito percentual da variável escolaridade	96
TABELA 19: Efeito percentual da variável experiência	98
TABELA 20: Efeito percentual da variável migração intraestadual	100
TABELA 21: Efeito percentual da variável migração interestadual	101
TABELA 22: Efeito percentual da variável Norte	103
TABELA 23: Efeito percentual da variável Nordeste	105
TABELA 24: Efeito percentual da variável Sul	106
TABELA 25: Efeito percentual da variável Centro-Oeste	108
TABELA 26: Efeito percentual da variável Filhos	109

## RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é fornecer novos dados e questões em busca de um maior entendimento teórico e metodológico sobre o emprego doméstico brasileiro na contemporaneidade. Com uma maior participação feminina nas ocupações de alta especialização por parte de uma elite feminina, este grupo necessita externalizar o trabalho doméstico, recorrendo às trabalhadoras femininas não especializadas e pouco escolarizadas. Somente categorias econômicas como produtividade, jornada de trabalho e preço de compra e venda da força de trabalho não contemplam suficientemente o estudo do serviço doméstico pago, pois é requerido para o entendimento um elemento específico da atividade paga que é seu análogo, qual seja, a atividade doméstica não paga. Partir desta assertiva é direcionar nosso olhar às características estruturais do mercado de trabalho, à constituição da divisão sexual do trabalho, às relações de gênero, classe e raça, bem como à análise das correntes migratórias, visando desvendar elementos atuais e características encobertas nos estudos sobre o trabalho doméstico pago no Brasil, respondendo à questão de pesquisa: Quais são os elementos que contribuem para a manutenção do emprego doméstico no Brasil? Para tal empreitada, este estudo se propõe a levantar as mudanças ocorridas na composição do emprego doméstico no Brasil entre os anos de 2001 a 2008, bem como analisar como fatores como gênero, raça, escolaridade, migração e constituição familiar afetam a constituição do emprego doméstico brasileiro. A metodologia empregada baseia-se em análises quantitativas descritivas e multivariadas dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE) e conclui não ser visível o desaparecimento do trabalho doméstico no Brasil.

**Palavras-Chave:** Trabalho doméstico; Gênero; Raça; Migração

## ABSTRACT

The aim of this paper is to provide new data and issues in search of a better understanding about the theoretical and methodological domestic employment in contemporary Brazil. With a greater female participation in occupations of high specialization on the part of an elite female, this group needs to outsource domestic work, using the female workers unskilled and poorly educated. Only economic categories such as productivity, working hours and price of purchase and sale of the workforce, the study did not take sufficient account of paid domestic service, since it is required to understand a specific element of the activity is paid to its analogue, namely, unpaid domestic activity. From this assertion is to direct our gaze to the structural characteristics of the labor market, the establishment of the sexual division of labor, gender relations, class and race, as well as the analysis of migration flows in order to unlock hidden features and elements present in studies paid domestic work in Brazil, answering the research question: what are the elements that contribute to the maintenance of domestic employment in Brazil? For this task, this study intends to raise the changes in the composition of domestic employment in Brazil between the years 2001 to 2008 and analyze how factors such as gender, race, education, migration and family formation affect the creation of domestic employment Brazil. The methodology is based on quantitative descriptive and multivariate analyzes of data from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD / IBGE) and concludes not be visible disappearance of domestic labor in Brazil.

Keywords: Housework, Gender, Race, Migration

## 1. INTRODUÇÃO

A teoria da modernização alardeou que a substituição da principal responsável pelo trabalho doméstico seria feita através do desenvolvimento tecnológico. É a ideia de que novas máquinas e bens de consumo como, micro-ondas, lavadoras de roupa e louça, e outras maravilhas do mundo eletrodoméstico passariam de coadjuvantes ao título de ator principal na manutenção da ordem e do cuidado doméstico diário, como destacam COLLVER & LANGLOI (1962) e CHAPLIN (1978). E de que ainda, a abertura de novos postos de trabalho, inaugurados com o desenvolvimento econômico, atrairiam parcela das mulheres que se ocupavam com o trabalho doméstico pago.

De fato, na inauguração do novo lugar aberto a algumas mulheres, foi possível avistar uma diminuição da participação de ocupadas no serviço doméstico pago, interpretado como efeito do desenvolvimento tecnológico que de um lado oferecia novas possibilidades de emprego feminino na indústria e por outro tornava possível a diminuição do tempo gasto na execução dos serviços domésticos através de novos instrumentos. MILKMANN, REESE & ROTH (1998) apresentam um declínio do número de mulheres empregadas em serviços domésticos particulares no Estados Unidos decaindo de 1.976.078 em 1940 para 494.920 em 1990.

HIGMAN (1993) em seu estudo comparativo entre Jamaica e Estados Unidos; e Reino Unido e América Latina; defende que nas economias em desenvolvimento é elevado o número de ocupadas nas atividades domésticas, o que não é visível nas sociedades desenvolvidas, concluindo que o desenvolvimento tecnológico contribui para a diminuição do emprego doméstico.

Associadas às leituras parsonianas, que defendem a vinculação do desenvolvimento econômico como caminho racional para a igualdade econômica e social, COSER (1973) defende em seu trabalho *Servants: the obsolescence of an occupation role* o fim da atividade doméstica:

“The servant role, it is argued, is obsolete in modern society. Even when formally based on contract, it is in essence rooted in ascribed status, particularistic standards, and diffuse obligations. The master’s family ‘greedity’ attempts to absorb the total personality of the

servant, and ties him to the household in a totalistic manner. Such premodern relationship between superior and inferior can exist only as long as religious legitimations for it are accepted by the servant, and no alternative employment opportunities are available. When this is no longer the case, the role becomes obsolescent and only persons suffering from marked inferiorities and peculiar stigmas can be induced to enter it". (COSER, 1973, p.31)

Porém, é possível analisar alguns fatores importantes que constroem a discordância da hipótese modernizadora.

A precarização e a pobreza impostas à grande parcela da população feminina e o constante aumento da escolaridade das mulheres, elevando sua participação nas ocupações intelectuais de nível superior, constituem uma nova paisagem nas relações entre as mulheres, desencadeando uma visível fotografia de polarização. De um lado, a ampliação de mulheres, em sua maioria branca, altamente escolarizadas, domiciliadas nas grandes metrópoles mundiais, com alta renda e ativos organizacionais, e de outro, mulheres migrantes, com baixa escolaridade, negras e latinas domiciliadas na periferia mundial, reféns da precariedade e da desregulamentação trabalhista, compõem um quadro novo na história do capitalismo, definido pelo confronto de interesses diretos, não mais mediados pela figura masculina do pai e esposo, entre esses dois grupos. Não obstante, para as autoras HIRATA & KERGOAT (2008) essa relação polarizada se dá de forma associativa, ou seja, à medida que crescem as oportunidades para as mulheres altamente escolarizadas nas ocupações de nível superior, cresce também o número de mulheres lançadas à sorte das correntes migratórias e das ocupações precárias e desreguladas.

Com efeito, é possível construir um novo panorama referente à configuração do trabalho doméstico conforme defende HONDAGNEU-SOTELO (2007). Com uma maior participação feminina nas ocupações de alta especialização por parte de uma elite feminina, este grupo necessita externalizar o trabalho doméstico, recorrendo às trabalhadoras femininas não especializadas e pouco escolarizadas. Embora seja visível a plasticidade da constituição do emprego doméstico pago e sua relação com as conjunturas econômicas mundiais, esta polarização feminina na estrutura de ocupações me leva a expor mais um elemento relevante na constituição do serviço doméstico, a

migração. Pois, além de errarem ao decretarem a morte do emprego doméstico pago nas sociedades modernas, os teóricos da modernização não reconheceram o relevante papel da migração de mulheres na era da globalização.

É visível o aumento do número de mulheres procurando o serviço doméstico pago quando não há oferta de outras atividades nos períodos de recessão econômica, com objetivo de compor a renda familiar afetada pelo desemprego, ou pela diminuição dos salários dos maridos. Essa contraposição pode servir para compreendermos as mudanças na organização da atividade. CASTRO (1993) aponta que a antiga empregada doméstica que reside no domicílio dos patrões, a chamada pela literatura hispânica como *empregada cama a dentro*, vem perdendo espaço para as diaristas, casuais ou *empregadas puertas a fora*, fruto desta transformação na organização da ocupação, afetada, portanto, pela correspondência entre o comportamento do serviço doméstico e os ciclos conjunturais da economia.

Assim, mesmo com o avançar da modernização, com a possibilidade de acesso a instrumentos domésticos que facilitam a execução das tarefas do domicílio, o trabalho doméstico está onde sempre esteve e deve ser executado por alguém. Destarte, o crescimento do trabalho doméstico e sua interferência nos fluxos migratórios mundiais obedecem a uma simples constatação: mães e pais ocupam grande parte de seu tempo em seus empregos, os avós moram longe ou também trabalham e há escassez de creches, ou centros de cuidados infantis.

Neste sentido, somente categorias econômicas como produtividade, jornada de trabalho e preço de compra e venda da força de trabalho, não contemplam suficientemente o estudo do serviço doméstico pago, pois é requerido para o entendimento um elemento específico da atividade paga que é seu análogo, qual seja, a atividade doméstica não paga. Partir desta assertiva é direcionar nosso olhar às características estruturais do mercado de trabalho, à constituição da divisão sexual do trabalho, às relações de gênero, classe e raça, bem como a análise das correntes migratórias, visando desvendar elementos atuais e características encobertas nos estudos sobre o trabalho doméstico pago no Brasil, respondendo à questão de pesquisa: Quais são os elementos que contribuem para a manutenção do emprego doméstico no Brasil?

Com efeito, o objetivo geral deste trabalho é fornecer novos dados e questões em busca de um maior entendimento teórico e metodológico sobre o emprego doméstico brasileiro na contemporaneidade. Para tal empreitada, este estudo se propõe a levantar as mudanças ocorridas na composição do emprego doméstico no Brasil entre os anos de 2001 a 2008, bem como analisar como fatores como gênero, raça, escolaridade, migração e constituição familiar afetam a constituição do emprego doméstico no Brasil.

Além desta introdução ao tema o desenvolvimento do trabalho se apresenta em cinco capítulos, assim dispostos.

O Capítulo 2 - **DO TRABALHO DOMÉSTICO AO EMPREGO DOMÉSTICO** - O capítulo apresenta os caminhos percorridos na transformação do trabalho doméstico em emprego doméstico ilustrado com os principais estudos sobre emprego doméstico no Brasil. Por fim, são apresentadas as condições socioeconômicas e demográficas e suas relações com o emprego doméstico.

O Capítulo 3 – **CONCEITUANDO** – apresenta os conceitos de gênero e raça, bem como as teorias funcionalistas e sua relação com a educação, que servirão como instrumental teórico para as análises e considerações construídas a partir do levantamento de dados constituídos nas PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – utilizadas no presente trabalho.

O Capítulo 4 – **HIPÓTESES DE PESQUISA** – apresenta quatro hipóteses que orientaram o exame do presente trabalho.

O capítulo 5 – **METODOLOGIA** – apresenta os aspectos metodológicos que guiaram a presente pesquisa: as bases de dados e os modelos utilizados para análise.

O Capítulo 6 – **ANÁLISE DOS DADOS** – apresenta a mensuração dos fatores que constituem a manutenção do emprego doméstico no Brasil a partir das Pesquisas por Amostra de Domicílios (PNAD) entre os anos de 2001 e 2009.

## 2. DO TRABALHO DOMÉSTICO AO EMPREGO DOMÉSTICO

Até a efetiva entrada das mulheres no mercado de trabalho e a chamada “emancipação feminina”, inaugurada na década de 1970 com os movimentos feministas na Europa e Estados Unidos (ilustrada através da queima de soutiens e a invenção da pílula anticoncepcional), a história condicionava as mulheres às protagonistas do trabalho reprodutivo e, como consequência, os homens aos protagonistas do trabalho produtivo. A todas as mulheres, de todas as raças e classes, o casamento se constituía como via de mão única para o acesso a vida esperada, natural, moralizada, e que ainda, para muitas, se apresentava como a única possibilidade de mobilidade ou ascensão social.

Sendo a instituição casamento e a constituição de uma família a única alternativa dada às mulheres até então, é possível visualizar um também único caminho pelo qual nossas atrizes poderiam percorrer rumo à objetivação de sua meta. Tornar-se uma excelente dona de casa. E isso valeu para todas as mulheres, com diferenças pontuais é verdade, mas de maneira geral, a habilidade do cuidado com o lar e a prole foi naturalizada para todas elas. Vejamos de forma particularizada essas trajetórias.

Durante séculos, as mulheres das classes mais privilegiadas foram educadas para serem esposas e donas de casa exemplares. Para tal feito, não eram medidos esforços. Um bom “pretendente” a marido e, fundamentalmente, a família do referido rapaz, procurava mulheres “prendadas”, ou seja, mulheres capazes de executar todos os trabalhos domésticos e, talvez até com mais relevância, mulheres capazes de organizar e gerenciar todas as atividades domésticas. Características necessárias a elas podem ser destacadas, como, por exemplo, capacidade de organização, saber cozinhar, costurar, bordar, cerzir, limpar, organizar jantares e almoços de negócios para os maridos, tocar algum instrumento musical para entreter convidados, gozar de boa saúde para os inúmeros filhos que se habilitavam a ter, ser casta, obediente, subserviente, calma, cuidadosa, e outros inúmeros adjetivos que poderiam ser citados aqui. Escolas para moças eram muito prestigiadas, nas quais a educação permitida era a voltada às atividades do lar, sendo vetados ensinamentos políticos e econômicos, bem como técnicas para trabalhos que não fossem relacionados às atividades domésticas.

Já as mulheres com poucos recursos, impossibilitadas de aprenderem o “supra-sumo” do trabalho doméstico nas escolas para moças, aprendiam na prática, e desde muito novas. Sejam como escravas no continente americano, ou servas e empregadas na Europa. Aqui vale destaque para uma importante distinção. TILLY & SCOTT *apud* KUZNESOF (1993) apresentam o serviço doméstico na Inglaterra e na França pré-industrial como sendo uma ocupação altamente respeitável. Para a maioria das jovens, trabalhar como servente se constituiu como caminho para a aprendizagem em um período anterior ao desenvolvimento dos sistemas de educação formal. Assim, trabalhar como servente se apresentava para todas, com exceção da elite, como uma importante oportunidade de trabalho em um ambiente protegido e paternalista. Já nos países americanos colonizados, a subalternidade e precariedade foram as características de destaque na relação entre escravas, servas, empregadas e famílias.

KUZNESOF (1993) em seu trabalho *Historia del servicio domestico em la America hispana (1492-1980)* nos confirma que muitas das empregadas domésticas no período colonial, quando não escravas, eram familiares órfãs, descendentes ilegítimas do chefe do lar ou migrantes conduzidas a uma relação personalizada, paternalista e reforçada por laços de parentesco ritual. Com efeito, a associação do serviço doméstico com o nível mais baixo do sistema de classes e cor que dominou as sociedades americanas causou uma alienação gradual entre patrões e servas, bem distinta da relação conduzida nos países europeus.

A autora nos informa que, entre 1560 e 1579, as mulheres somavam 28,5% dos emigrantes espanhóis no Novo Mundo, a maioria delas depois de 1540 eram solteiras e muitas estavam na lista de passageiros como criadas e eram contratadas por um empregador que já a esperava na América. A respeito do perfil racial destas mulheres, cabe o destaque para as mudanças ocorridas durante o período colonial. No México, até o século XVI, a maioria das criadas era indígena, mas com a legislação que passou a protegê-las contra abusos cometidos pelos espanhóis, as negras passam a ocupar lugar de destaque entre os séculos XVI a XVII. Com a crescente miscigenação americana, no século XVIII, a maioria das criadas tinha ascendência racial mista, porém, o prestígio continuou sendo mantido pelas criadas espanholas. Cabe ainda o destaque de KUZNESOF (1993) para a grande importância que o serviço doméstico teve durante o

período colonial, regulado através da obediência à autoridade e responsabilidade do patrão e, em contrapartida, pagamentos definidos como “em espécie”, ou seja, casa, comida, vestimentas, ajuda médica e proteção, característica destacada pela autora que dificulta a regulamentação da profissão nos dias atuais.

Ainda consultando KUZNESOF (1993) é possível compreender as mudanças ocorridas com o desenvolvimento do liberalismo e da independência política da maioria dos governos latino americanos em relação ao emprego doméstico. A autora nos conta que com o avançar da industrialização e o advento da maquinaria, mulheres e crianças eram ansiosamente requisitadas para o trabalho fabril, tanto por sua suposta característica dócil, quanto por receberem um terço do salário pago aos homens. Assim, o padrão de emprego feminino passa a se modificar, sendo altamente influenciado por interrupções afetadas pelo casamento, nascimento dos filhos, classe, raça e educação. Com efeito, é possível entender porque, no século XIX, as estatísticas sobre o emprego feminino demonstravam a “inatividade” das mulheres enquanto estavam casadas, ou seja, “as mulheres trabalham antes do casamento e depois da viuvez, mas dificilmente enquanto casadas” (KUZNESOF, 1993, p. 30). Assim, durante o século XIX, as oportunidades de emprego feminino limitavam-se às indústrias específicas e, ideologicamente, o trabalho das mulheres ainda se mantinha vinculado à esfera doméstica, sem abarcar ideais de individualidade, desenvolvimento profissional e igualdade sexual, sendo o trabalho feminino visto como “degradado” devido ao seu caráter temporal e sua associação com grupos de classe baixa e antecedentes éticos não prestigiados. Essa concepção acabou contribuindo para a manutenção da visão sobre o serviço doméstico não só como forma de educação para a vida adulta, mas como uma forma de estimular a visão do lar como um local protegido para o trabalho da mulher, ou ainda, como um “guardião da virtude moral”. A autora destaca que “a renúncia do Estado em interferir no trabalho dentro de casa e o ideal da casa como um lugar de respeitabilidade deu aos empregadores poder substancial sobre a vida das empregadas domésticas” (KUZNESOF, 1993, p. 31). Há, portanto, uma perpetuação da condição de quase absoluta subordinação não regulada do serviço doméstico com o chefe da casa.

No século XX, a relação empregada doméstica e patrões tende a se tornar menos pessoal, diminuindo as chances de relações de parentesco fictícias e paternalistas como visto no passado. A partir de 1980, a privacidade se institui como um caro valor

familiar, bem como o aumento no número de creches e escolas infantis e a melhora no acesso a bens de consumo parceiros das mulheres nas atividades domésticas, conduzindo a mudanças na demanda pelo serviço doméstico pago. Com efeito, diminui a procura por empregadas domésticas de tempo integral, bem como as que residem na casa de seus patrões. Isso é o que CHAPLIN (1978) chama de “casualização” do serviço doméstico. Com mais domésticas de tempo parcial para tarefas específicas, as chances de manutenção das relações paternalistas, de opressão direta e supervisão pessoal são menores. Em contrapartida, há menos segurança e regulação na atividade de trabalho, permitindo que a empregada tenha inúmeros patrões.

KUZNESOF (1993) conclui que as divisões sociais, de classe, raça e gênero, introduzidas na América colonial hispânica, modificaram o que ela interpreta como sendo originalmente uma

“relação respeitável, transitória, educativa, frequentemente afetuosa e de subordinação ao chefe da família em uma etapa da vida, em uma relação sem saída, de baixa posição, não regulada e muitas vezes em condições hostis de exploração”. (KUZNESOF, 1993, p.37)

Com efeito, os esforços por igualar os benefícios de emprego para as mulheres tem dado lugar a uma relação desigual entre elas, apresentando de um lado aumento das chances de acesso a ocupações especializadas vinculadas à extensa escolaridade feminina e de outro, a contínua disponibilidade de mulheres de classe baixa como trabalhadoras domésticas.

Baseado no ideário do capital humano, a teoria neoclássica defende que parte importante da desigualdade de renda no mercado de trabalho é decorrente das diferenças nas características produtivas e do campo das preferências de mulheres e homens. Considera-se que cada pessoa recebe como recompensa o chamado valor da contribuição marginal do insumo (trabalho, capital ou renda) que ela agrega à função de produção, e seu respectivo capital humano incrementam sua produtividade ou capacidade de contribuição para o produto. Assim, a discriminação ocorre no contexto do mercado de trabalho quando homens recebem mais do que mulheres pela mesma produtividade. Contudo, a discriminação desafia a teoria neoclássica, pois é possível entender como sendo irracional um tratamento desigual de trabalhadores igualmente

produtivos. Daí, surgem duas teorias que pretendem “ajustar” racionalização e discriminação, a chamada teoria da discriminação estatística e a teoria do amontoamento.

A primeira considera que o empregador usaria os atributos de sexo, como uma espécie de informação substantiva, na ausência de informação adequada para avaliar o potencial de produtividade do trabalhador a um custo razoavelmente baixo, o que gera uma discriminação estatística contra indivíduos pertencentes a grupos que teriam, em média, características menos desejáveis. Já a segunda teoria, considera que a concentração de certos grupos, como as mulheres, em determinados tipos de emprego, quaisquer que sejam as razões que tenham levado a isso, gera como consequência uma oferta excedente em relação à demanda por estes serviços, o que deprime a taxa de salário dessas ocupações.

GRUSKY & CHARLES (2004) em *Occupacional Ghettos* se propuseram a esclarecer alguns enigmas da segregação ocupacional de sexo. Com esse objetivo, os autores analisam que os estereótipos sobre as características naturais masculinas e femininas são disseminados e perpetuados através da cultura e da mídia, através das interações sociais. O avanço e a manutenção da segregação horizontal e sua reprodução é feita em grande parte por conta das ocupações não manuais que incorporam características que são consideradas masculinas e das ocupações manuais incorporam características que são consideradas femininas. Acreditam que a profundidade das raízes e extensa parte cultural acreditada sobre a diferença de gênero são ideologicamente compatíveis com as normas liberais e igualitárias.

O essencialismo durável suporta os típicos comportamentos e identidades de gênero e deste modo preserva a segregação de sexo horizontal nos modernos mercados de trabalho. Com o levantar da igualdade formal, as mulheres entram cada vez mais na alta educação e no mercado de trabalho assalariado, mas elas o fazem nos caminhos que estão em consistência com as preferências, sanções e prejuízos essencialistas impostos pela sociedade. Portanto, relevante é o princípio cultural que nos faz acreditar que os homens são mais merecedores de status do que as mulheres, e que lhes cai bem posições de autoridade e dominação enquanto às mulheres são reservadas posições subordinadas e privadas.

Com efeito, nem mesmo as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, na participação das mulheres na política institucional, nas organizações políticas e direito ao voto, bem como a liberação da vida sexual com advento da pílula anticoncepcional, foram capazes de romper com a desigual divisão do tempo nas atividades domésticas entre homens e mulheres. Como HIRATA (2008) nos conta, é visível a grande massa de mulheres que trabalham gratuitamente para a família em nome da natureza, do amor e do dever materno. Essa constatação abriu campo para pesquisas e interpretações acerca do “modo de produção doméstico” visto em DELPHY, 1998 *apud* HIRATA (2008) e do “trabalho doméstico” visto em CHABAUD RYCHTER, FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL & SONTTHONNAX, 1985 *apud* HIRATA (2008), que considerou o trabalho doméstico como atividade de trabalho, possibilitando novas leituras sobre a divisão sexual do trabalho, como a que articula a noção de trabalho na esfera doméstica e a na esfera profissional e ainda, a que constrói o conceito de relações sociais de sexo, alicerce para a concepção de divisão sexual do trabalho na escola francesa. Influenciada por esta escola de estudos de gênero, HIRATA & KERGOAT (2008) formulam que:

“A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (...) essa forma particular de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher).” (HIRATA & KERGOAT, 2008, p. 266).

Nesse sentido, HIRATA & KERGOAT (2008) defendem a validade dos dois princípios citados para todas as sociedades e suas dimensões, tempo e espaço. O que querem postular é que, embora as situações possam se diferenciar (e se diferenciam) ao longo da história e em locais determinados, como por exemplo, a ideia de trabalho reprodutivo e produtivo, a distância entre os grupos de sexo continua inalterada. Ainda destacam o desencadeamento de novas configurações da divisão sexual do trabalho, a partir de mudanças nas relações trabalhistas, no aumento da escolaridade do grupo feminino e na

mobilidade urbana desenhada a partir das mudanças demográficas mundiais.

A flexibilização dos empregos e atividades produtivas cria o que as autoras definem como “nomadismos sexuais” ou mudanças nas trajetórias das ocupações de homens e mulheres. No caso feminino, a ampliação do trabalho de tipo parcial e no caso masculino a ampliação do trabalho provisório e periférico, mal remunerado e pouco regulamentado, deduzindo que a flexibilização conduz ao reforço da visão estereotipada e preconceituosa das relações de sexo. Ainda, estas mudanças afetam a busca por uma atividade remunerada onde quer que ela se encontre.

## **2.1 PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE EMPREGO DOMÉSTICO NO BRASIL**

Embora não seja um tema de destaque na sociologia, relevantes trabalhos sobre o emprego doméstico podem ser lançados abrindo portas para o desafio que é compreender os fatores que constituem sua manutenção no Brasil (BLAY, 1975; SAFFIOTI, 1979; MOTTA, 1992; BRUSCHINI, 1993; BRITTES, 2000; KOFES, 2001; KUZNESOF, 1993; PINHO & SILVA, 2010; KERGOAT, 2003; HIRATA & KERGOAT, 2007; MELO, 1998; 2000; MELO & PESSANHA & PARREIRAS, 2002; MELO & CONSIDERA & DI SABBATO, 2007; MELLO & CASTILHO, 2007).

Inaugurador da temática na sociologia, o trabalho de SAFFIOTI (1979), *Emprego Doméstico e Capitalismo*, revela a influência marxista e se enquadra no desenho da teoria social feminista afirmada na década de 1970 no Brasil. Com o objetivo de “medir indiretamente em que medida as empregadas domésticas estariam preenchendo uma das funções do exército industrial de reserva” (SAFFIOTI, 1979, p. 19), a autora pesquisou em Araraquara, São Paulo, um grupo de empregadas domésticas que migraram para outras ocupações em determinados períodos de tempo. Defende, nesse trabalho, questões que se comunicam com a ideia de reprodução do capitalismo, como a compreensão de que as formas capitalistas de produção coexistem com formas não capitalistas de trabalho e direciona ao conceito de patriarcado a sujeição das mulheres aos trabalhos mais desprotegidos e menos remunerados. Ainda, visualiza uma relação entre a saída de algumas mulheres da esfera doméstica e sua substituição por outra

mulher.

“(…) sob o capitalismo periférico a liberação de certos contingentes femininos do trabalho doméstico faz-se às expensas do sacrifício de outras mulheres, ou seja, as empregadas domésticas. Trata-se de maneiras diferentes de realização histórica da sociedade de classes. O que permanece constante, independentemente do grau de desenvolvimento do capitalismo, é a injusta divisão do trabalho segundo sexo, que destina aos homens a esfera pública da economia e às mulheres o mundo restrito da família e da residência”. (SAFFIOTI, 1979, p.45)

Inserida neste debate está MOTTA (1992) em seu trabalho *Emprego doméstico: revendo o novo*, a autora se propõe a identificar as características da ocupação. Inicia a discussão afirmando ser o trabalho doméstico um trabalho pré-capitalista, constituído pela produção coletiva e centrado na atividade feminina. Já no capitalismo, a autora defende que o trabalho doméstico passa a ser exercido com a finalidade de liberar membros do domicílio para o trabalho assalariado fora de casa. Destaca nessa caracterização o estabelecimento de relações de subordinação e opressão, em que incorpora ideias sobre o dever e o prazer de servir, bem como características de conflito e interesses dissonantes (MOTTA, 1992).

Nesse sentido, caracteriza o trabalho doméstico por um trabalho próprio às mulheres, ou como dona de casa, ou como empregada doméstica, sendo a casa o *locus* da atividade, cujo objetivo instala-se na produção de bens materiais ou simbólicos para o consumo familiar; na reprodução da vida; e no trabalho produtivo dos membros da família (MOTTA, 1992).

A pesquisadora revela que, influenciada pelo movimento feminista de libertação e questionamento das relações entre homens e mulheres, a temática do emprego doméstico passou a ser lida pela academia brasileira, principalmente, a partir das teorias econômicas através de categorias dispostas a explicar a produção. Salienta, com efeito, que as análises sobre o tema nas décadas de 1970 e 1980 não contemplaram o caráter original da produção doméstica de modo gratuito ou mal pago, executado quase que exclusivamente por mulheres.

A partir desta crítica, visualiza no trabalho de KERGOAT (1987) a constituição do

debate acerca das contradições e ambiguidades de classe e gênero, lida como “contradição viva, perpetuamente em vias de modificação, de recriação” (KERGOAT, *apud* MOTTA, 1992). Ainda, demonstra ser uma das grandes curiosidades de sua pesquisa os estudos sobre as relações desempenhadas pelas mulheres a partir de suas distintas situações.

“Mulheres, esposas, enquanto gênero são social e familiarmente subordinadas; enquanto classe, são aliadas dos maridos. Como empregadas domésticas, e empregadoras, enquanto gênero são consideradas de "natureza" social comum; enquanto classe, são antagonistas”. (MOTTA, 1992, p. 4)

Esse antagonismo é destaque no trabalho de BRITTES (2000). Em sua pesquisa na cidade de Vitória, Espírito Santo, a estudiosa salienta que na hierarquia mantida nas relações entre patroas e empregadas é visível uma forte ambiguidade afetiva “nas negociações de pagamentos extra salariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas e troca de carinhos com as crianças” (BRITTES, 2000), o que não minimiza a forte delimitação desenhada entre chefe e subalterno, mantendo e reproduzindo as marcas da desigualdade social em um local específico, a casa.

Sobre esse espaço antagônico de trabalho produtivo e reprodutivo, BRUSHINI & RIDENTI (1993) em um dos seus importantes trabalhos sobre as relações de gênero e trabalho, nos apresenta relevantes contribuições sobre as características que emolduram as relações de trabalho no domicílio. O estudo *Família, Casa e Trabalho* (1993, p. 36) defende a tese de que “os limites dos conceitos família casa e trabalho são extremamente fluidos e estão em permanente transformação”. Para as autoras, as relações familiares, econômicas ou domésticas, extrapolam a casa para a rua ou para o bairro. A casa é mais do que um espaço de moradia, convivência familiar e trabalho doméstico, pois comporta ainda o lugar do trabalho remunerado que mesmo de forma esporádica ou sazonal, contribui efetivamente para a qualidade de vida do grupo familiar.

Sobre a relação família e trabalho, BRUSHINI & RIDENTI (1993) destacam o envolvimento das mulheres donas de casa, estas com poucas credenciais para a apresentação no mercado de trabalho, muitas vezes, encontram a flexibilidade na

atividade domiciliar (enquanto trabalham, cuidam da casa e dos filhos), contribuindo com a renda de todo o grupo familiar<sup>1</sup>. A partir desta discussão é visível a curiosidade de BRUSCHINI acerca da temática de gênero e trabalho em suas pesquisas posteriores.

Dedicada aos estudos sobre o trabalho e o emprego doméstico, é vasta a publicação de artigos e papers pela economista e pesquisadora Hildete Pereira de Melo. Preocupada em apresentar o trabalho reprodutivo como parte integrante da produção material, MELO (1998; 2000; 2007) apresenta relevantes dados e argumentos, contribuindo ano após ano com novas questões relacionadas à temática.

Em seu artigo *Serviço Doméstico no Brasil: de criadas a trabalhadoras* MELO (1998) visualiza o trabalho doméstico definido culturalmente como *lugar da mulher* não necessitando para sua execução nenhuma qualificação. A pesquisadora considera, portanto, o trabalho doméstico brasileiro um refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento, visto pela sociedade como uma ocupação subalterna e fora do circuito mercantil. Com efeito, o trabalho doméstico serve como porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas.

É visível a preocupação de MELO (1998) em contrapor a ideia de trabalho improdutivo ao lançar luzes sobre o emprego doméstico. Esta preocupação parece nortear seus trabalhos seguintes, sempre determinada a comprovar que o trabalho reprodutivo é a raiz da possível produção material, muito embora, seja interpretado principalmente por economistas como não produtivo. A autora interpreta essa assertiva:

“É difícil fazer uma análise econômica do serviço doméstico remunerado, porque os indicadores econômicos não permitem captar as sutilezas ideológicas e culturais que essa questão envolve. Essas atividades não são organizadas de forma capitalista, porque se realizam no interior de residências particulares e as patroas/patrões não são empresários. O contrato de trabalho firmado, seja verbal ou escrito, define que as empregadas realizam tarefas cujo produto — cozimento de alimentos (bens) ou lavagem de roupas e pratos (serviços) — é consumido diretamente pela família. Esses bens/serviços não circulam no mercado e não se mobiliza capital para a realização dessas tarefas, mas rendas pessoais”. (MELO, 1998, p. 2)

---

<sup>1</sup> Para uma leitura mais atenta sobre trabalho domiciliar veja ENOQUE, 2009.

Já no seu texto intitulado *Trabalho reprodutivo: quem faz?* Em parceria com Marta Castilho, (MELO & CASTILHO, 2007), as autoras deixam mais claro sua discordância com a não ponderação de produtivo ao trabalho doméstico, como podemos ler a seguir:

“O que se observa é que a economia, a sociologia e a política esquecem-se do autêntico objetivo das pessoas: a vida, o bem-estar e a reprodução. Em segundo, ao privilegiar a produção mercantil de bens e serviços, estes campos disciplinares esqueceram-se das atividades dirigidas ao bem-estar emocional das pessoas, particularmente o trabalho familiar doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres. A utilização do conceito divisão sexual do trabalho, consolidado desde a industrialização, possibilita a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família. Estas atividades são consideradas como não-trabalho, porque se confunde “produção” com “produção de mercadorias” e o “trabalho” com “emprego”. Esta percepção contribui para que seja feita uma associação linear entre a atividade masculina com a produção mercantil e a feminina com atividade familiar doméstica. Essa associação evidencia a invisibilidade do trabalho das mulheres e a desvalorização do lugar da mulher na sociedade”. (MELO & CASTILHO, 2007, p. 5)

Nesse sentido é possível atribuir a vulnerabilidade, precariedade e invisibilidade efetivamente sentidas pelas trabalhadoras domésticas as mesmas vulnerabilidades, precariedades e invisibilidades sentidas pelas executoras do trabalho doméstico não pago. Como salientado na introdução deste estudo, compreender a natureza do trabalho doméstico pago necessita compreender a natureza do trabalho doméstico não pago. E MELO & CASTILHO nos auxiliam nessa empreitada.

Para MELO & CASTILHO (2007), o não conhecimento das singularidades da contribuição feminina para o mundo produtivo (não explicadas nem pelas teorias marxistas nem pelas econômicas liberais) conduz ao aumento da subestimação da atividade doméstica e reforça a ideia de subemprego feminino precarizado e pouquíssimo regulamentado.

MELO & CASTILHO (2007) defendem que, sob a ótica de gênero é possível trazer à tona a questão da invisibilidade do trabalho feminino em seus aspectos reprodutivos e produtivos, e nesse sentido, construíram um cálculo para inclusão dos afazeres domésticos nas contas nacionais, visando demonstrar quanto vale o trabalho reprodutivo no PIB (Produto Interno Bruto). Segundo as autoras, a inclusão do valor dos afazeres

domésticos no PIB brasileiro significaria acrescentar ao PIB de 2005, divulgado como R\$ 1.937.598.291 (mil R\$), a quantia de R\$ 235,4 bilhões ou R\$ 207,6 bilhões, dependendo de qual método de cálculo for utilizado.

## **2.2. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS E SUAS RELAÇÕES COM O EMPREGO DOMÉSTICO**

No mundo inteiro, cerca de duzentos milhões de pessoas vivem em outros países que não os seus países de origem, ou nascimento. A atual estrutura global de migração vem sendo afetada pelos legados do colonialismo, neocolonialismo, imperialismo, guerras civis, desenvolvimento desigual e efeitos contemporâneos do neoliberalismo. Muitas vezes, a migração parte da iniciativa de empregadores facilitados por políticas de Estado que fomentam a saída de cidadãos e cidadãs para um novo país, em busca de novas oportunidades de emprego, e ainda, por acordos bilaterais entre dois países, como nos conta HONDAGNEU-SOTELO (2007).

Sem voltar muito na história, o perfil migrante era o masculino, percebido como um fator característico da crescente industrialização e modernização. Segundo HONDAGNEU-SOTELO (2007), neste capítulo da história mundial, os Estados industrializados ou em industrialização evocaram o recrutamento e a importação de homens para um trabalho “tipicamente” masculino, quais sejam, construção de estradas e ferrovias, mineração e agronegócio em grande escala, entre outros. Na maioria das vezes, homens não brancos, cujos membros familiares tinham acesso negado para a migração nas sociedades receptoras. Sendo assim, suas mulheres e filhos eram vistos como personagens demograficamente e racialmente indesejáveis aos olhos das sociedades empregadoras.

Com o avançar da modernidade, ou pós-modernidade como denominam alguns, as dimensões tempo e espaço transformam-se na percepção do indivíduo, e assim, não se faz mais necessário cooptar mão de obra barata para a indústria. O capital torna-se transnacional, sendo assim, as fábricas é que migram, de um lado para o outro do globo, em busca de maiores concessões fiscais e benefícios para suas instalações. Com efeito, hoje a indústria não é mais a maior recrutadora de trabalho migrante. A característica

transnacional do capital constitui um novo panorama do setor industrial em todo o globo. Assim, com a crescente urbanização e a constituição de verdadeiros polos de desenvolvimento nos países industrializados, o perfil da migração vem mudando, sendo, neste momento, clara a expansão de mulheres com baixa escolaridade entre os que migram para esses polos urbanos altamente desenvolvidos. São nesses locais que as mulheres altamente escolarizadas e com acesso a ocupações privilegiadas, com alta renda e exercício de autoridade no mundo do trabalho necessitam da chegada de suas substitutas para o trato do lar e, muitas vezes, de sua prole.

Para HONDAGNEU-SOTELO (2007) é insaciável a demanda por trabalhadoras domésticas ao redor do mundo, porém esta demanda é ativada de forma distinta, por diferentes caminhos nos diferentes países. A pesquisadora destaca que, vários países da Ásia e Oriente Médio ativam programas planejados para recrutar e manter uma classe subordinada de empregadas domésticas. Neste sentido, esses países dependem de projetos legais do Estado para recrutar e manter esse grande número de trabalhadoras que chegam a cada dia em seus países. O que difere do recrutamento de empregadas domésticas pelos países europeus e nos Estados Unidos. Nos últimos, as trabalhadoras domésticas chegam sem regulamentação trabalhista, muitas vezes, entram nos países de forma ilegal e se mantêm por lá na ilegalidade, contribuindo para a formação de uma atividade precária e insegura.

Em tempos de globalização, a migração é vista tanto como causa e como consequência da intensa troca de mercadorias, bens e capital através das fronteiras nacionais. Embora não seja um fenômeno novo, os vestígios do colonialismo informam os padrões, os modos e narrativas culturais da migração. O relevante trabalho de RODRIGUES (2007) *The “hidden side” of the new economy – On transnational migration, domestic work, and unprecedented intimacy* (a partir de um estudo comparativo com pesquisas realizadas na Espanha, Alemanha, Áustria e Reino Unido sobre migração, gênero e trabalho doméstico no Oeste da Europa), levanta o que ela denomina como “lado oculto” da economia, constituído pelo cuidado, trabalho doméstico e trabalho sexual como parte das desigualdades globais de gênero, que são transferidas ao longo das cadeias de cuidados, com atendimento prestado por mulheres da periferia mundial nos domicílios das sociedades abastadas.

RODRIGUES (2007) esclarece que a relação desigual entre as antigas potências coloniais e suas ex-colônias permanece no presente, embora essa relação tenha sido modificada por lutas e pelos processos de independência e libertação nacional. Este processo de independência política, combinada com a dependência cultural e econômica, caracterizou as sociedades “pós-independentes” dos antigos países colonizados.

Esta continuação do domínio colonial após a independência política tem sido denominada como "pós-colonial." Para RODRIGUES (2007) a ideia de pós confere a contínua centralidade da Europa na nova conjuntura de poder mundial e seu lugar no modo neocolonial de produção e acumulação capitalista, oferecendo interpretações acerca da permanente lógica hierárquica das relações raciais entre os campos periféricos e desenvolvidos. Devido a essa centralidade, é relevante notar que as políticas migratórias são parte de uma reorganização das políticas mundiais, através de formações transnacionais como a União Europeia e o Mercosul. Estas políticas incluem abertura do mercado de trabalho dos trabalhadores migrantes, bem como aumento de controle e regulamentação nas fronteiras.

O chamado por RODRIGUES (2007), pós-colonialismo, introduz mudanças relevantes no que diz respeito à organização do trabalho nos países desenvolvidos, com importantes reflexos nos países periféricos, como novos modos de produção baseados em unidades produtivas coletivas e redes de fluxo, novos produtos como informação, comunicação, criatividade e afeto, bem como novas condições de trabalho visualizadas a partir da continua desregulamentação e flexibilidade nos contratos trabalhistas.

Incorporada à nova organização do mundo do trabalho está o trabalho doméstico e o cuidado, cuja atividade se apresenta hoje como o maior setor que emprega mulheres migrantes na União Europeia. Em sua maioria, essas trabalhadoras não possuem documentação, se apresentam como refugiadas, sem os direitos sociais oferecidos através das leis de asilo e migração, e visualizam no trabalho privado do agregado familiar uma oportunidade para iniciar sua nova vida. Em contrapartida, na privacidade do domicílio patronal podem encontrar estruturas semi-feudais de exploração, e até mesmo, a violência sexual. O que dificulta a possibilidade do exercício de outras habilidades que não somente as relacionadas à limpeza e ao trato do lar.

As pesquisadoras ABIGAIL BAKAN & DAIVA STASIULIS *apud* RODRIGUES (2007), observaram que as trabalhadoras domésticas na era da globalização não só deveriam fazer o trabalho de empregadas domésticas, mas também espera-se delas habilidades especiais, como falar línguas diferentes, além de serem educadas no atendimento às famílias. Além de se desejar uma maior escolaridade, a pesquisadora Bridget Anderson, em seu estudo sobre o trabalho doméstico na Europa Ocidental, sustenta que o recrutamento das trabalhadoras domésticas não se baseia somente nas necessidades de uma família de terceirizar o trabalho doméstico, mas sim, na condição de oferecer às famílias empregadoras uma forte distinção social sobre aquelas famílias que não podem contratar uma doméstica para as atividades do cuidado no lar. Com efeito, ter uma empregada doméstica em casa, não só oferece às mulheres e às famílias empregadoras mais tempo para o trabalho e lazer, mas também oferece uma distinção como empregadores.

Somada à distinção constituída entre patrões e empregados, RODRIGUES (2007) introduz a ideia de qualificação e falta de qualificação na constituição da desigualdade operada na dicotomia trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Para a pesquisadora, a noção de "não qualificados" representa uma percepção distorcida do trabalho e cuidados domésticos, vistos como trabalho inferior, sem valor social ou cultural. Influenciada pelos estudos de *Anderson Bridget* sobre o trabalho doméstico, e *Agustin Laura* sobre as trabalhadoras do sexo, RODRIGUES (2007), afirma que dada a diversidade de competências educativas, interculturais e técnicas, bem como habilidades de gerenciamento do tempo, flexibilidade e mobilidade, é possível considerar essas atividades como altamente qualificadas. Para RODRIGUES (2007), o termo "trabalhadores não qualificados" apresenta uma visão hegemônica e reafirma uma organização e divisão do trabalho alicerçada pelas relações hierárquicas de raça, classe e gênero.

É possível perceber, de fato, que, enquanto a tendência do fluxo internacional da migração de empregadas domésticas é diverso, o resultado não varia. Famílias das nações ricas recrutam mulheres das nações pobres para executar de forma precária seu trabalho doméstico. A outra face da moeda é a perda contínua sofrida pelas nações pobres de suas mães e esposas. EHRENEICH & HOCHCHILD *apud* HONDAGNEU-

SOTELO (2002, p.11) criticam de forma incisiva esse fenômeno quando afirmam que as “nações ricas cada vez mais assumem um papel como o do macho à moda antiga na família – mimado, herdeiro, que não sabe cozinhar, lavar ou achar suas meias”

Por várias razões, famílias as quais pai e mãe se dedicam ao trabalho fora do domicílio, vêm preferindo a flexibilidade, a conveniência e o privilégio de ter alguém em seu lar responsável pelo cuidado com suas crianças. Segundo WRIGLEY *apud* HONDAGNEU-SOTELO (2002), os pais têm a sensação de maior controle e flexibilidade, e ainda, levam duas profissionais (babá e empregada doméstica) pelo preço de uma. E, até mesmo quem não tem filhos se sente oprimido pela exaustiva jornada de trabalho, que impera, de forma decisiva, no uso do tempo para as atividades domésticas e o próprio lazer. Sendo assim, o crescimento da desigualdade de recursos econômicos vem contribuindo significativamente com o crescimento do trabalho doméstico pago.

Ainda sobre o fenômeno migratório das trabalhadoras domésticas, JACQUET (2003) apresenta que o papel da migração feminina, com destaque para as domésticas, é determinante na constituição das populações urbanas, constatando em sua pesquisa haver um caráter sexuado nos movimentos migratórios. Há no Brasil, a partir de sua análise, uma sobrefeminilidade nas trocas rural-urbano e uma sobremasculinidade nas trocas urbano-rural, inferindo que o êxodo rural brasileiro é um fenômeno marcadamente feminino. Um elemento para essa inferência é o fato de que dos onze estados brasileiros com maiores déficits masculinos na população urbana, oito registram a maior proporção de empregadas domésticas nas cidades.

Na construção de sua pesquisa com empregadas domésticas migrantes na região metropolitana de Fortaleza - Ceará, JACQUET (2003) lança a hipótese de que o motivo da migração das jovens mulheres das regiões rurais para as cidades é de ordem matrimonial. Para defender sua versão, a pesquisadora lança mão da ideia exposta por SINGLY *apud* JACQUET (2003) que afirma ter o casamento um grande efeito na determinação do chamado estatuto feminino, ou seja, o casamento afeta fortemente a formação da identidade social das mulheres, enfim, o casamento torna-se um caminho para o acesso a um caro valor simbólico entre as mulheres e na própria sociedade, qual seja: respeito.

A maioria das domésticas pesquisadas por JACQUET (2003) são provenientes de municípios com mais homens do que mulheres. A pergunta a se fazer seria, por que essas mulheres, então, se deslocam para as cidades em busca de seus futuros cônjuges? JACQUET (2003) sugere que, o que está em jogo não é a quantidade de homens disponíveis para o matrimônio, mas sim a qualidade dos potenciais cônjuges, ou seja, seu valor social. Analisar esse fenômeno requer compreender que o casamento nas pequenas regiões rurais brasileiras está longe de ser uma aliança entre duas pessoas, mas sim, uma aliança entre grupos familiares. Nesse sentido, o casamento representa um dos meios pelo qual as famílias estruturam uma ampla rede de relações, indispensável à manutenção dos grupos domésticos.

Ao utilizar a abordagem de TOURAINE & RAGAZZI (1961); e BOURDIEU (1979), JACQUET (2003) entende ser a migração o resultado de um projeto individual de ascensão social. Essa abordagem permite que não nos detenhamos em uma única explicação, usualmente a dos constrangimentos econômicos sofridos pelos grupos populares. Assim, o objetivo principal do deslocamento geográfico e social é a construção de uma nova identidade, possibilitada pelo emprego doméstico, sintetizada pelas entrevistadas como “mudar de vida”.

A partir do desejo expresso de mudar de vida, o que na abordagem sobre estratificação social poderia ser lido como desejo de ascensão social, é necessário construir um arcabouço teórico que irá determinar o entendimento das relações de trabalho nesta típica e distinta atividade que é o serviço doméstico. Arcabouço esse que deverá estar fundamentado no entendimento da estrutura de classes na sociedade brasileira, e necessariamente na apresentação de uma firme teoria sobre as classes sociais. Com efeito, é tarefa sociológica compreender os mecanismos que levam um determinado grupo de mulheres em uma dada configuração geográfica e política ao nível mais baixo do mercado de trabalho.

### 3. CONCEITUANDO

Visando compreender os elementos que contribuem para a manutenção do emprego doméstico no Brasil, este capítulo tem como objetivo apresentar os principais conceitos norteadores do presente estudo e que se relacionam com a constituição do trabalho doméstico pago.

Na primeira parte deste capítulo (“*Gênero*”) serão apresentadas as principais leituras que discutem o conceito de gênero na teoria social contemporânea, bem como sua constituição para a literatura social.

Na segunda parte deste capítulo (“*Raça*”) serão apresentadas diversas abordagens teóricas no surgimento e na defesa da utilização do conceito de raça.

Na terceira e última parte do capítulo (“*Educação e Funcionalismo*”) será apresentada as principais correntes teóricas sobre o tema.

#### 3.1.GÊNERO

Ao estudar as questões relacionadas a gênero na teoria social contemporânea, indubitavelmente nos deparamos com uma discussão já antiga e de extrema importância para o desenvolvimento das ciências sociais: Natureza e cultura.

Poderíamos nos perguntar: Onde acaba a natureza? Onde começa a cultura? Nos alerta LEVI STRAUSS (1982): “*O homem é um ser biológico ao mesmo tempo em que é um indivíduo social*”. Mas há uma preponderância de uma sobre a outra? Ou não, ambos, o biológico e o cultural, têm o mesmo peso para o entendimento do comportamento e das interações humanas?

Ao conceito de gênero é atribuída a construção social que torna desiguais mulheres e homens. Sua utilização representou um caráter de contraponto respondendo às interpretações biologistas que vinculam as posições sociais às diferenças sexuais hierarquicamente diferentes entre mulheres e homens. O entendimento moderno do

mundo mudou esta configuração, principalmente a partir das primeiras tentativas de superação das desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Utilizando a concepção dicotômica natureza *versus* cultura, ou sexo *versus* gênero, BRUSCHINI (1998) expõe o conceito como sendo:

“Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres. Usar “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica”. (BRUSCHINI,1998)

Há também os que pensam que até mesmo sexo é construído socialmente, como nos conta WHARTON (2005). Para os etnometodologistas, a categorização sexual é um hábito, raramente questionado, eles acreditam que a categorização sexo e a “atitude natural” são construções sociais, assim como as realidades biológicas e físicas. Essa concepção nos remete ao ideário da imutabilidade do sexo, defendido pelas estudiosas francesas do início do século XX. Elas se recusavam em separar as esferas social/biológica, bem como os conceitos gênero/sexo. Seu entendimento era de que o sexo sofre uma elaboração social. Analisando as formulações de BEAUVOIR (1980), SAFFIOTI (1992) destaca que gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. De fato, o corpo é essencial para definir a situação da mulher ou do homem no mundo, porém é insuficiente para defini-la enquanto mulher ou defini-lo enquanto homem.

Os primeiros ensaios e estudos sobre as desigualdades entre mulheres e homens buscavam se situar sobre o aspecto feminino, sobre seu corpo e sexualidade. As características biológicas, entre elas a pouca força física e até mesmo o menor peso do cérebro, estavam no centro desta concepção. Na tentativa de explicar que é da “natureza” feminina ser frágil e da “natureza” masculina ser forte. Que o lugar “natural” da mulher é a casa, e o lugar “natural” do homem é a rua. Esta naturalização da condição humana nada mais é do que uma resposta para legitimação das desigualdades sociais.

A explicação biológica para a condição naturalmente subalterna da mulher sustenta-se

até o avançar do capitalismo industrial. Neste momento, as condições históricas se transformam. O movimento feminista, organizado coletivamente, surge com o objetivo de opor-se à situação subordinada das mulheres “pegando carona” nas mudanças que marcaram a história ocidental européia, a partir do século XVIII, vinculado ao desenvolvimento da democracia através das Revoluções Francesa e Americana. GUIMARÃES (2005) afirma ser o marco teórico contra a visão essencialista imposta pelas diferenças anatômicas apresentado pelo filósofo *Ponlain de la Barre* que, já entre 1673 e 1675, contrapôs os defensores da inferioridade feminina. Seu ideário sintetiza-se no argumento de que as desigualdades entre homens e mulheres não são consequência das desigualdades baseadas na biologia, mas sim, resultado das desigualdades sociais e políticas impostas a elas em seu tempo.

A racionalidade, elemento constitutivo de um novo tempo aberto pela sociedade ocidental, ora denominado modernidade, abriu espaço à transparência, e a vida social ganhou mais visibilidade. Neste momento, é difícil, para não dizer impossível, ocultar a existência de sujeitos imprescindíveis à produção e à reprodução da vida cotidiana. Assim, a racionalidade moderna, somada à pressão do movimento organizado de mulheres, levou-as não só ao cenário político, mas fundamentalmente à esfera pública, buscando uma saída da obrigatoriedade da vida doméstica privada. Ao mesmo tempo, o trabalho mecânico avança na estrutura social mundial. A força de trabalho feminina, mesmo biologicamente mais “fraca” que a masculina ganha espaço, pois agora a diferença entre homens e mulheres não se mede por ossos e músculos. Com a industrialização, os dois passam a ter a mesma força necessária para o trabalho.

Para GUIMARÃES (2005), a participação feminina avança através do início das discussões sobre as mulheres e o tema do *gênero* nos bancos universitários, bem como na luta das ruas e praças. Nos Estados Unidos, os estudos feministas originam-se dos protestos de pesquisadoras na década de sessenta. A crítica da estrutura organizacional científica e sua hierarquia são a “ponta de lança” para elaboração de uma nova concepção sobre as desigualdades entre mulheres e homens. A princípio, enquanto *feminist* ou *women's studies*, as pesquisadoras feministas americanas iniciam a reflexão sobre a experiência das mulheres e suas aspirações. No Brasil, de forma diferenciada, as pesquisadoras feministas não procuraram criar espaços alternativos sobre o tema, mas sim se integrar à dinâmica científica estabelecida a procura de reconhecimento

científico de suas preocupações intelectuais. Os estudos feministas, neste período, procuravam, nesse sentido, expor e questionar a subalternidade feminina em vários aspectos sociais.

A historiadora SCOTT (1996) destaca o comportamento dos pesquisadores não feministas a respeito da temática das mulheres. A tendência apresentada era, mesmo reconhecendo sua possível relevância teórica, descartar este tipo de estudo. Cita:

“As mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente; a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica”. (SCOTT, 1996)

Assim, é lançado um desafio teórico que teve que ser respondido. Entender e constituir uma categoria de análise que seja relacional, entendendo mulheres e homens como indivíduos que se diferenciam sob o aspecto reprodutivo. Com efeito, só podemos defini-los correlativamente. Para tal, a substituição dos chamados estudos feministas ou das mulheres pelo termo *gênero* como categoria de análise se fez urgente.

Ocorre que, por um determinado tempo, em vários estudos, foi visível a substituição dos termos “mulheres” por “gênero”, mais pelo fato de ser uma necessidade de inclusão do tema nas ciências sociais, do que propriamente uma construção de um conceito que compreende a necessidade de relação entre homens e mulheres. Visando a aceitabilidade científica do campo de pesquisa relacionado ao estudo das mulheres, o conceito gênero apresentou tendência à neutralidade, pois enquanto o termo “estudo das mulheres” ou “história das mulheres” salienta a posição feminina como agentes sociais históricos, o termo “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, não se constituindo, criticamente, às análises sociais vigentes. Para tal, necessitava-se acrescentar aos estudos sobre a mulher uma noção relacional, entre homens e mulheres, com objetivo de transformar os paradigmas sociais, trazendo à luz da ciência novos temas.

O uso do termo gênero destaca que tanto mulheres quanto os homens são produtos do meio social e, desta forma, suas condições de vida são variáveis e históricas. Logo, foi largo o passo produzido nas análises sociais sobre o tema, pois chama a atenção para o fato de que parte da humanidade estava na invisibilidade.

No Brasil, GUIMARÃES (2002) destaca que os chamados estudos de gênero puderam contribuir na construção de um campo de estudos temáticos e relacionais, fundamentalmente através da interlocução entre a sociologia do trabalho e gênero, pois um dos marcos das interpretações sobre a condição feminina no Brasil partiu justamente do interesse pela participação das mulheres no mundo do trabalho, com destaque ao trabalho industrial. Foi, portanto, como sugeriu BRUSHINI (1993), “a porta de entrada dos estudos sobre a mulher na academia brasileira”.

Já nas praças e ruas, na tentativa de justamente se livrar desta invisibilidade, surge uma série de transformações culturais e sociais. No embate por igualdade de gênero, três perspectivas podem ser delineadas no que se refere às teorias que caracterizam esses movimentos. BRADLEY (1996) nos informa que a primeira delas, denominada feminismo liberal, destaca a luta pela igualdade de oportunidades e direitos individuais, como o voto, a igualdade no mercado de trabalho, os mesmos direitos legais para os homens e para as mulheres entre outros. As críticas a esta perspectiva existem, sobretudo no que se refere à ênfase ao individualismo e à ausência de discussão e aprofundamento sobre as questões culturais, construindo desta forma uma crítica social limitada.

A segunda perspectiva é o feminismo marxista, que reivindicava principalmente direitos no mercado de trabalho. Para estas feministas, o estado as tratava como instrumento de controle e opressão do capitalismo, pois como força de trabalho atuavam enquanto exército de reserva, e no trabalho doméstico serviam como instrumento de acumulação do mercado capitalista. Teoricamente, esta concepção aplicou as ferramentas de Marx aos métodos e nas análises na relação de gênero salienta BRADLEY (1996).

Na terceira e última perspectiva, BRADLEY (1996) destaca o feminismo radical, as feministas utilizam o termo para se referir a uma estrutura geral de dominação do homem na sociedade. Utilizando-se de estratégias políticas de reivindicação, seu foco é a intimidade pessoal, como casamento e relacionamentos, que para elas são apenas formas de contrato pessoal, sendo a reprodução apenas uma das muitas formas de se oprimir a mulher.

Todas essas lutas e reivindicações, de cunho liberal, marxista ou radical, representam uma demarcação do social sobre a natureza. De fato, todas as “limitações” femininas que faziam das mulheres mais fracas ou menos aptas a determinadas atividades do que os homens são construções da sociedade a fim de nos diferenciarmos. Diferenciar, fundamentalmente, os que têm acesso aos bens ou recursos simbólicos ou economicamente escassos, e por isso, mais valiosos, dos que não têm esse acesso.

A natureza, como vimos até aqui, sempre foi utilizada como principal (senão única) responsável pelas diversas formas de desigualdade humana, e em particular, neste estudo, as desigualdades entre mulheres e homens. Gênero desta forma, nada mais é, do que uma padronização da diferença e da dominação através de distinções entre mulheres e homens para a maioria dos processos sociais. O que queremos aqui é entender de que forma a construção humana sobre o que é dado pela natureza desenvolve a desigualdade. O que nos chama atenção para uma análise mais atenta são quais os caminhos percorridos pela sociedade que nos leva a um ambiente propício para que homens e mulheres tenham acesso desigual a recursos e bens simbólicos escassos. Como a constituição do gênero, feminino ou masculino, interfere nessa trajetória, e ainda, qual o papel do Estado cujo interesse repousa na minimização destas desigualdades.

Iremos a seguir situar neste tópico três planos ou teorias de gênero que nos aproximarão de uma melhor compreensão deste nosso desafio. A chamada teoria de *status* ou teoria dos papéis sociais, dirigida por PARSONS & BALES (1955) cujo em pano de fundo está presente o indivíduo e como a sociedade pode ser incorporada a este indivíduo; as teorias focadas nas interações sociais, que entendem gênero como sendo construído no dia a dia das pessoas, e por isso estamos a todo o momento “fazendo” gênero; e as teorias focadas nas instituições, ou seja, através das instituições nós reproduzimos a personalidade e o comportamento que devemos ter, sejamos homens ou mulheres.

Através da categorização e conceituação destas teorias de gênero formuladas por diversos pesquisadores do tema, construiremos nossa interpretação acerca dos objetivos anteriormente mencionados, permitindo que possamos relatar alguns aspectos da realidade, identificando nossas observações para diferentes exemplos das desigualdades de gênero enquanto um fenômeno no mundo real, sem perder de vista a perspectiva de

diminuição destas desigualdades. Relevante ainda destacar que, essa teoria crítica de gênero que nos propomos a apresentar, lança nova luz às leituras existentes, pois entendemos que as teorias que se silenciam sobre construção e a reprodução das desigualdades de gênero não apresentam avanços fundamentais.

### **3.1.1 TEORIA DE STATUS OU TEORIA DOS PAPÉIS SOCIAIS**

Sobre o plano do indivíduo, uma das mais destacadas e criticadas leituras sobre gênero é sem dúvida o funcionalismo apresentada aqui a partir da leitura de PARSONS & BALES (1955) que entendem a diferença de gênero no interior da família moderna em termos de papéis “expressivos” – femininos; e papéis “instrumentais” - masculinos. Nesta concepção, apresentada como funcionalista, a família (bem como suas funções sociabilizadoras) é apresentada enquanto instituição fundamental na manutenção do funcionamento regular da ordem social. As diferenças entre as mulheres e os homens são estudadas nesta teoria através dos conceitos de papel sexual e *status*. Nessa leitura, as diferenças sexuais são mais evidentes e cumprem um papel mais central na instituição familiar, pois as relações entre os gêneros funcionam, primordialmente, para assegurar a reprodução social. Ainda reconhecem que os indivíduos se constroem através da vida social, negando, portanto, as visões biológicas e psicológicas sobre a “naturalização” das identidades humanas.

Esta análise funcionalista levantou uma série de críticas. Para GUIMARÃES (2005), a primeira delas é sobre sua clara legitimação do papel subordinado das mulheres limitando-as ao espaço privado, da família e da reprodução social. Ainda nesse sentido, conceber gênero somente como um papel social restringe o campo de análise ao comportamento individual, perdendo seu poder de explicação mais amplo. Por fim, entender gênero em termos de diferenças sexuais é diminuí-lo a uma única variável empírica, imutável, indo na contra mão de um princípio de organização social.

Neste contexto, o conceito de gênero é construído como categoria social que interfere no cotidiano das pessoas. Antes mesmo de nascer, já são criadas expectativas para o novo indivíduo. A primeira pergunta a nova alma anunciada é: “É menino ou menina?” Da cor do quarto à escolha profissional, as oportunidades de vida já são construídas pela família que o espera. Sua suposta fragilidade ou virilidade já está construída no

imaginário social familiar e será levado consigo por toda vida, tendo peso imponderável em suas escolhas pessoais. Mais do que uma identidade apreendida, o gênero desta nova alma estará imerso nas complexas teias das relações sociais, políticas, econômicas e psicológicas entre homens e mulheres; relações estas que fazem parte da estrutura social institucionalizada da sociedade.

Esta construção é dada através de processos de socialização e educação dos sujeitos para se tornarem homens ou mulheres e, ainda, no estabelecimento dos padrões sociais entre eles. Para WHARTON (2005) a teoria do *status* entende gênero como algo que ordenamos para fazer a vida social mais administrável, compreendendo que a categoria sexo serve como fator de organização social. Sendo assim, a dependência na categorização sexo como um caminho para organizar as interações tende a criar expectativas e estereótipos de gênero. As pessoas aprendem a esperar certos tipos de comportamento e reações dos outros baseando-se na sua categoria de sexo, respondendo aos outros baseando-se no que acreditam ser esperado delas e assumem que os outros agirão da mesma forma. Essa teoria reconhece que os efeitos de gênero na interação social podem variar de situação para situação, podendo o gênero ser “ativado” mais em algumas situações que em outras.

MEAD (1988) em sua clássica obra *Sexo e Temperamento* utiliza, apesar de não conceituar explicitamente, a teoria dos papéis sociais. Através da análise de três sociedades primitivas da Nova Guiné – *Arapesh*, *Mundugumos* e *Tchambuli* - entre os anos de 1931 a 1933, a autora trata, em sua investida, das atitudes sociais em relação ao temperamento de homens e mulheres em torno de suas diferenças sexuais. Na divisão do trabalho, no vestuário, nos costumes, na atividade social e religiosa, mulheres e homens são socialmente diferenciados, e cada sexo, como sexo é forçado a conformar-se ao papel que lhe é atribuído. Vinculações entre aparência ou ocupação e sexo são ensinadas sem dificuldades a toda criança.

Com este estudo, a autora rompe com um senso comum, do qual ela própria confessa ter compartilhado, de que há um temperamento ligado ao sexo natural, que poderia, no máximo, ser afastado da expressão normal. A partir de suas observações, entende ela que, os temperamentos que interpretamos como sendo “naturais” a um sexo, são na verdade variações do temperamento humano a que mulheres ou homens podem, com

mais ou menos sucesso, incorporar através da educação e do condicionamento social.

MEAD (1988) afirma que a natureza humana é incrivelmente maleável, e responde de forma diferenciada a condições culturais diversas e contrastantes. As diferenças individuais devem ser atribuídas às diferenças de condicionamento, em particular na primeira infância, e a forma do condicionamento é culturalmente determinada.

Para HEILBORN (2006), as atitudes e ações das pessoas que se diferenciam através do sexo variam de sociedade para sociedade, de tempos em tempos:

“O comportamento esperado de uma pessoa de um determinado sexo é produto das convenções sociais acerca do gênero em um contexto social específico. E mais, essas idéias acerca do que se espera de homens e mulheres são produzidas relacionalmente; isto é: quando se fala em identidades socialmente construídas, o discurso sociológico/antropológico está enfatizando que a atribuição de papéis e identidades para ambos os sexos forma um sistema simbolicamente concatenado”. (HEILBORN, 2006).

Com efeito, em vista das sociedades modernas, estamos organizados por critérios de diferenciação, não só de gênero, mas também de raça, classe, origem regional, idade entre outros, que demonstram experiências sociais bastante diferenciadas. Cabe o destaque para a insuficiência da compreensão da sociedade observando apenas pela ótica do sexo frágil oprimido pela dominação masculina. Ou ainda, sob o ponto de vista de classes antagônicas. É imprescindível, pois pensar a vida social de forma articulada e concatenada com as mais diversas categorias.

Soma-se a estas observações algumas críticas destacadas por KIMMEL (2000). A primeira diz respeito à singularidade dos papéis. Os significados de masculinidade e feminilidade variam entre as culturas, através do tempo histórico, entre os homens em qualquer cultura. Desta forma, não podemos falar de masculinidade e feminilidade como essência constante, singular e universal. Existe então realmente somente um papel sexual masculino e somente um papel sexual feminino? Outras diferenças (raça, classe,

sexualidade, idade...) moldam e modificam nossas definições de gênero. Sendo assim, a teoria do papel sexual não pode acomodar completamente essas diferenças entre homens e mulheres. Podemos assim falar de masculinidades e feminilidades.

Ainda por KIMMEL (2000), outro ponto que merece ênfase diz respeito à estrutura social. A noção de papel e a construção de gênero como um conjunto de atributos individuais dá mais atenção aos indivíduos do que à estrutura social, e sugere que o papel feminino e o papel masculino são complementares. E ainda, a teoria é inadequada na compreensão de dinâmicas de mudança. Na teoria do papel sexual, movimentos pela mudança social, como o feminismo ou a liberação gay, são movimentos pela expansão das definições dos papéis e para a mudança da expectativa desses papéis. Seu objetivo é expandir as opções de papéis para mulheres e homens, cujas vidas são constrangidas por estereótipos tendo como objetivo a redistribuição do poder na sociedade. Demandam realocação de recursos e o fim de formas de desigualdade que estão embutidos nas instituições sociais, bem como os papéis e estereótipos sexuais.

### **3.1.2 TEORIA DAS INTERAÇÕES OU DOING GENDER**

Para compreender como o gênero opera no plano das interações, recorreremos à historiadora SCOTT (1996), destacada estudiosa das relações de gênero, em *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, que nos apresenta quatro elementos interrelacionados que visam auxiliar na compreensão mais ampla das relações de gênero.

Em primeiro lugar, destacam-se os “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Maria e Eva como símbolo da mulher – mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de inocência e corrupção”. Tais símbolos apresentam diversas representações, mas antes de serem somente diferentes, são contraditórios, porém não excludentes, como por exemplo, as imagens de “santa” e “puta”, haja vista que ambas as representações podem servir para a mesma mulher.

O segundo elemento refere-se a “conceitos normativos que colocam em evidência

interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher”. Exemplo disto é a obrigação comportamental “viril” para o homem e “sensível” para a mulher.

O terceiro elemento é a “noção de fixidez (...) que leva a aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros.” A pesquisadora defende a superação desta visão binária e, ainda, a restrição do uso do gênero ao sistema de parentesco, pois o gênero não é somente construído nesta instância. Há de se somar à esfera econômica e a da organização política.

Por fim, o quarto elemento se refere à noção de identidade subjetiva. Aqui, percebemos como as identidades de gênero são elaboradas a partir de conceitos, imagens e símbolos, fazendo com que homens e mulheres carreguem consigo uma carga do simbólico e do cultural.

A partir destes elementos, SCOTT (1996) propõe o estudo das relações de gênero com base nas identidades socialmente construídas e suas relações com as organizações sociais e representações culturais historicamente específicas. Este guia de investigação é proposto pela estudiosa também nas análises de outros processos sociais, com destaque para classe e raça.

Nessa mesma lógica, para KIMMEL (2000), quando dizemos que a nossa identidade de gênero é socialmente construída, significa dizer que nossa identidade é uma junção flexível de significados e comportamentos que nós construímos através de valores, imagens, prescrições que encontramos no mundo que nos cerca. Para alguns de nós tornar-se mulher ou homem adulto é como seguir o curso de um rio, sem esforço, de forma suave através de comportamentos e atitudes que sentimos familiares. Para outros, tornar-se masculino ou feminino é uma interminável tortura, um pesadelo do qual somos diariamente forçados a agir de forma diferente da que gostaríamos. Neste sentido, através das interações entre os indivíduos, no seu dia a dia, o gênero é construído, sendo fundamental para o entendimento desta análise a percepção do fato de

que a interação social produz um mundo diferenciado pelo gênero.

As mesmas dinâmicas que “fazem” gênero nas interações também produzem outras formas de desigualdade e poder diferenciado como nos diz WEST & FENSTERMAKER *apud* WHARTON (2005), isto é, não somente gênero, mas também raça e classe são produtos das interações sociais. O caminho para a explicação dos vários tipos de desigualdade está no que se chama “fazendo a diferença”, ou seja, a diferença é construída através das interações, logo não são características pessoais herdadas da natureza. Há de se interpretar, portanto, que fazemos o gênero cotidianamente, isto quer dizer, criamos diferenças entre meninas e meninos, entre mulheres e homens, diferenças essas que não são naturais ou biológicas, são sim, fundamentalmente sociais. Com efeito, uma vez que as diferenças são criadas, elas são utilizadas visando reforçar a fundamentação do gênero. E como uma bola de neve, nos adaptamos, sem se quer perceber este fato.

Para WEST (1991), esta teoria, portanto, entende que “fazer” gênero é comprometer mulheres e homens como membros da sociedade reféns desta produção social, que envolve um complexo guia interacional, de percepções e de atividades micro políticas que elencam atividades particulares como expressão de “naturezas” masculinas e femininas. E ainda, mais do que uma propriedade individual, gênero é uma característica de situações sociais, tanto como resultado racional de vários arranjos sociais, como um significado de legitimação da maioria das divisões fundamentais da sociedade.

### **3.1.3 TEORIA DE GÊNERO E INSTITUIÇÕES**

Para KIMMEL (2000), a relevância do plano das instituições é percebida pela impossibilidade de explicar gênero sem o adequado entendimento sobre “o poder”. Não por ser o poder uma consequência das diferenças de gênero, mas por ser o poder o produtor destas diferenças de gênero em um primeiro plano. Como gênero, poder não é uma propriedade de indivíduos, uma posse que uns têm e outros não, mas sim uma propriedade de uma vida em grupo, de uma vida social.

“Power corresponds to the human ability not just to act but to act in concert. Power is never the property of an individual; it belongs to a group and remains in existence only so long as the group keeps together. When we say of somebody the he is “in power” we actually refer to his being empowered by a certain number of people to act in their name. The moment the group, from which the power originated to begin with ... disappears, “his power” also vanishes”. (ARENDRT *apud* KIMMEL, 2000).

O argumento de que o poder é propriedade de um grupo, e não de um indivíduo qualquer está relacionado ao argumento de que gênero é tanto propriedade de instituições, como parte de nossas identidades individuais. segundo KIMMEL (2000), as instituições criam padrões normativos de gênero, expressam uma lógica institucional de gênero e são uns dos principais fatores de reprodução desta desigualdade. Com efeito, a identidade de gênero dos indivíduos molda as identidades de gênero das instituições, e as instituições expressam e reproduzem as desigualdades que compõem a identidade de gênero.

Gênero assim está presente nos processos, práticas, imagens, ideologias e distribuição de poder em diversos setores da vida social. E ainda, ignorar o poder é erro certo no diagnóstico dos “porquês” e “comos” da estrutura da desigualdade e exploração. Assim, o poder e a dominação são peças chave para as dinâmicas sociais.

Dessa forma, é possível perceber o que MARTIN (2003) destaca, ou seja, dinâmicas de legitimação em que poderosas elites justificam arranjos institucionais que trabalham para seus benefícios, torna as instituições ativamente construídas como produtos humanos, reivindicando que uma ação repetida frequentemente torna-se padrão. Sem dúvida, a questão de gênero está incorporada nesses padrões institucionais.

Muitas instituições que definem as chamadas “regras do jogo” na maioria das sociedades incorporam aspectos de gênero. Vejamos o que WHARTON (2005) diz:

“Gênero está presente nos processos, práticas, imagens e ideologias, e distribuições de poder em vários setores da vida social. Tomando mais ou menos o funcionamento total, a estrutura institucional dos Estados

Unidos e de outras sociedades é organizada por linhas de gênero... (essas instituições) tem sido historicamente desenvolvidas por homens, geralmente dominadas por homens, e simbolicamente interpretadas do ponto de partida dos homens em posições vantajosas, no presente e historicamente”. (WHARTON, 2005)

Fato é que as mulheres têm estado invisível na realidade das organizações, e que os comportamentos e estruturas organizacionais têm sido identificados pela neutralidade de gênero, sendo, entretanto sempre constituídos a partir da perspectiva do masculino.

“Estas instituições [direito, política, religião, academia, Estado, economia] têm sido definidas pela ausência das mulheres. A única instituição na qual as mulheres tem tido central definição, através da subordinação, é a família. A despeito de muitas mudanças que levaram as mulheres a todas as instituições, e a recuperação da história das mulheres que demonstra suas importantes participações, os homens ainda dominam as instituições centrais”. (ACKER, 1991)

Este gênero-neutro remete a uma estrutura assexual, sendo construído a partir da identidade e imagem de gênero nas instituições. Desta maneira, nos modelos organizacionais, é visível a presença de vantagens tornadas como naturais aos homens, em consequência dos processos correlacionados a essa “pseudoneutralidade”. Um exemplo disto é a imagem dada a administradores. Para esta tarefa são exigidas características de habilidade analítica e firmeza na resolução de problemas que em princípio são aspectos que estariam mais facilmente presentes no homem. Isto é o que CONNELL *apud* ACKER (1991) denomina de masculinidade hegemônica, e que é difundida em muitas áreas institucionais. Entretanto, essa realidade de gênero é obscurecida, exceto na família, sendo um fator de “senso comum” a chamada neutralidade de gênero. Entender como a aparência da neutralidade de gênero é mantida em contraponto com a evidência das estruturas alicerçadas pelo gênero é um importante fator para o entendimento das dinâmicas institucionais. Faz-se urgente, portanto tornar gênero visível aos olhos da sociedade.

Podemos entender como as instituições se tornam uma importante fonte de opinião cultural sobre o mundo social, incluídas aí opiniões sobre gênero. Para WHARTON (2005) as instituições constroem verdadeiros roteiros que guiam nossas vidas sem que

nós mesmos possamos nos dar conta. A família ou o trabalho são poderosas instituições que servem como fontes de opinião para a maioria das pessoas sobre o que homens e mulheres devem ser, ou em o que devem se tornar. De que forma devem se comportar e o que estão aptas ou não a fazer. Essas opiniões sobre gênero também valem para as próprias instituições na maneira como elas constroem sua organização e suas práticas. Gênero neste plano não pode ser visto somente como algo de posse individual, mas sim como um aspecto importante da organização social. Parte da estrutura social e da cultura.

É ainda necessário ressaltar que gênero não é uma estrutura trans-histórica que permanece a mesma através do tempo em resposta à dicotomia sexual dos corpos como nos conta CONNELL *apud* MARTIN (2004). As pessoas constroem o mundo social, e não apenas reagem a ele. Desta forma, não podemos interpretar as relações sociais como naturais, pois estaríamos omitindo sua historicidade. A naturalização é um ato eminentemente político.

Nascido do debate, ou embate, entre natureza e cultura, o conceito de gênero pôde nessas linhas nos apresentar algumas relevantes questões em torno da permanente desigualdade entre mulheres e homens. Formulamos aqui que, a natureza sempre foi utilizada como uma desculpa, ou uma vantajosa saída, para a explicação e legitimação das desigualdades entre os sexos. Fechando os olhos para a construção social da desigualdade, e também da igualdade, o mundo impôs às mulheres, durante séculos, a invisibilidade. Porém, mesmo com o avançar da emancipação feminina, no trabalho, casa ou escola, a discriminação e o acesso desigual ao que realmente é dado valor na sociedade contemporânea está longe de acabar.

No plano individual percebemos que os papéis impostos às mulheres e homens, muitas vezes, são incompatíveis com seus desejos e necessidades, obrigando a certos comportamentos ditos “desviantes”. Comportamentos estes que são construídos, criados, moldados pelas relações cotidianas no plano das interações, e são afetados indubitavelmente pelo poder. Principalmente pelo poder candente das instituições.

Sendo assim, podemos entender gênero como um sistema de práticas sociais que constituem as pessoas como diferentes e que organiza as relações de desigualdade,

devendo, desta forma, ser compreendido tanto do ponto de vista individual, como através das práticas sociais que produzem o gênero da pessoa. Estas práticas sociais moldam as relações sociais e os padrões de interação e operam como parte da maioria das organizações e instituições.

Esta formulação é apresentada como uma teoria crítica e emancipacionista, avistando desenvolver alternativas exequíveis para o trabalho prático das estratégias para a mudança social, compreendendo os obstáculos, as possibilidades, e os dilemas de transformação.

### **3.2. RAÇA**

As interpretações científicas abandonaram já faz tempo a ideia de raça como enraizada em fundamentos biológicos, reconhecendo que atitudes e arranjos sociais, não biológicos, vêm mantendo o domínio branco. Raça deve ser apresentada como uma criação social, uma ficção que divide e categoriza indivíduos por aspectos fenótipos, tais como a cor da pele, que supostamente significam diferenças subjacentes. Com efeito, inicio meu raciocínio utilizando autores que superaram esta fronteira, e que se baseiam na interpretação social do referido conceito, raça.

Iniciamos esta conversa, no Brasil, a partir de FREYRE (2005). Podemos afirmar que foi FREYRE (2005) um dos primeiros intelectuais a mudar a configuração e o entendimento sobre a questão racial do Brasil em formação. Foi o responsável pela inversão valorativa de nossa, até então vexatória, miscigenação. Apresentando positivamente as melhores características dos povos que aqui pariram o Brasil, FREYRE (2005) enfrentou o argumento da raça inferior, descrevendo minuciosamente as contribuições tecnológicas e culturais trazidas da África. Sobre os portugueses recém chegados, também inova na argumentação, discordando da tese de uma corte de criminosos e exilados e os apresentando como “gente sã” já com influência negra africana na vida sexual, na alimentação e religião. Daí, talvez, parta sua linha de raciocínio fraterna apresentando-nos valiosas contribuições dos primeiros habitantes do Brasil, dentre elas o papel da mulher indígena como matriz genética e transmissora de elementos de cultura, na alimentação, na língua e na higiene e cuidados com a casa.

A partir de *Casa Grande & Senzala*, a questão racial no Brasil deixa de ser lida a partir de fatores negativos, e passa a ganhar espaço o valor moral da positividade da miscigenação, da mestiçagem, fundamentalmente, da autenticidade brasileira. Essa elaboração teórica sem dúvida é uma sofisticação para as construções e leituras sociais da época, porém, ao mesmo tempo, serviu para mascarar o racismo e velar a desigualdade.

Percebo em NOGUEIRA (1998), em sua pesquisa *Preconceito de Marca*<sup>2</sup> datada da década de quarenta sobre estudos de raça, ascensão social e preconceito, a influência do discurso propagado por FREYRE (2005) sobre as relações raciais brasileiras. Para NOGUEIRA (1998), nos países de colonização europeia onde populações de outras origens vivem lado a lado com a população branca, o preconceito racial é parte constitutiva do sistema ideológico desenvolvido pelo grupo branco, e tem por função a preservação de sua supremacia social diante dos demais elementos da população. No Brasil, por diversos fatores específicos, se constrói uma ideologia das relações raciais que, ao mesmo tempo, protege os interesses do grupo branco e desenvolve um compromisso com os interesses da população não branca, acredita NOGUEIRA (1998).

Esta diferença nas “ideologias” de relações raciais se distingue ainda mais em outro trabalho do autor, *Tanto preto quanto branco*, onde NOGUEIRA (1979) distingue o preconceito racial estadunidense do preconceito racial brasileiro. No primeiro, o denominado preconceito de origem, basta à suposição de que o indivíduo descende de certo grupo para a discriminação. Nele, as relações entre os grupos são severamente restringidas por sanções e tabus, há rígida separação entre o discriminado e o discriminador, e ainda, o grupo discriminador atua como uma – chamada pelo autor de – minoria nacional, coesa e propensa à ação conjugada. No segundo, a discriminação se exerce em relação à aparência física, de marca. Aqui, as relações pessoais cruzam facilmente a fronteira da cor, a mobilidade social da raça coincide com a mobilidade social de classe, e o movimento político tende a se confundir com a luta de classes.

---

<sup>2</sup> Preconceito de marca – as relações raciais em Itapetininga. Esta rica pesquisa discorre desde a distribuição da população por segmentos de cor, classe e suas relações, bem como a estrutura social e a ideologia das relações inter-raciais e associações de “gente de cor”, para concluir que houve substituição da ideologia da ascensão social individual por uma ideologia de reivindicação de massa, atuando contra o preconceito de cor.

Voltando à pesquisa em Itapetininga, estado de São Paulo, NOGUEIRA (1998) estabelece que haja relativa importância da cor como critério de status social, sendo a cor branca um facilitador desta ascensão, mas não a garantindo por si mesma. A cor escura implica antes uma preterição social do que uma exclusão incondicional de seu portador. Sendo assim, os elementos de cor no Brasil, em seu esforço por ascensão social, estão sujeitos às mesmas barreiras de classe, não raciais.

Questionador da invisível ascensão social dos negros, NOGUEIRA (1998) estabelece que na medida em que se intensificar a consciência de classe nas camadas menos afortunadas, com conseqüente substituição da ideologia da ascensão social individual por uma ideologia de reivindicação de massa, é provável que o preconceito de raça atue como um propulsor da integração dos elementos de cor na luta de classes.

Outra importante leitura sobre a questão racial brasileira é a de COSTA PINTO (1998). Financiado na década de cinquenta, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura), que, a época, assistiu estarrecida os resultados catastróficos da Segunda Guerra Mundial em nome da raça, COSTA PINTO (1998) constrói um caráter mais sociológico à questão. Afirmando que os estudos das relações de raça só se tornam possíveis quando se tem clara noção das circunstâncias objetivas não étnicas que estão envolvidas na configuração total considerada, o autor firma a necessidade do estudo das relações de raça “elas mesmas” e não seus produtos.

Pontos relevantes merecem destaque em *O negro no Rio de Janeiro – Relações de raças numa sociedade em mudança*. Para COSTA PINTO (1998), circunstâncias históricas particulares fizeram com que a estratificação de raça e classe não fossem duas realidades independentes, mas sim dois ângulos pelos quais pode ser observada a configuração total das relações de raça e classe no Brasil. Nos Estados Unidos, negros e brancos estratificam-se num sistema como o de castas, com relações mais rígidas e hierarquicamente definidas. Já no Brasil, o autor verifica a preponderância da estratificação em classes, argumento que se encontra em consonância com Nogueira.

No Rio de Janeiro, COSTA PINTO (1998) encontrou forte representação dos grupos de cor, de ambos os sexos, na massa do proletariado industrial, sendo predominante à cota

de brancos entre os empregadores. Em face dos dados, não restou dúvidas ao autor de que, de escravo a proletário foi a maior distância percorrida pela grande massa dos homens e mulheres de cor naqueles últimos anos de mobilidade social. Destaca, ainda, que é na medida em que a ocupação se une à ideia de superioridade de *status* que os elementos de cor escasseiam mesmo presentes em todas as categorias de atividade.

São conceitos básicos sobre o problema da segregação racial nas sociedades com grupos étnicos diversos a posição social; a situação ecológica e a condição étnica. São nas regiões mais deterioradas do mapa urbano que os grupos de cor encontram o nicho onde se instalar e viver, paralelamente no nível das posições sociais mais subalternas. No Rio de Janeiro, COSTA PINTO (1998) encontrou peculiaridades geográficas por conta da composição étnica dos empregados domésticos, que moram mais perto do trabalho em regiões de classe média e alta, e ainda por conta das favelas, que distribuídas por toda cidade, camuflam a alta concentração de não brancos em determinada região.

Sobre a situação cultural, as mais baixas cotas de analfabetismo que os não brancos apresentavam no Rio de Janeiro de 1940 são uma resultante de fatores essencialmente sociológicos, inteiramente desligados da condição étnica, e diretamente dependentes da posição que o grupo historicamente vinha ocupando na sociedade brasileira, bem como a posição que vinha ocupando em face ao funcionamento de seu sistema educacional. Para COSTA PINTO (1998), este fato é resposta à participação do negro como um “instrumento” na economia escravista, sem preocupação e incentivo de aumento da qualificação técnica e intelectual.

Sobre as tensões sociais, COSTA PINTO (1998) afirma que elas se formam dentro das estruturas sociais, sendo produtos de seu funcionamento histórico, iniciado pela apropriação do negro pelo branco durante trezentos anos. Na medida em que a urbanização e a industrialização se expandem, concentrando grandes massas de cor no proletariado industrial urbano, aumenta a diferenciação interna do grupo de cor em estratos e classes sociais diversas. Disso nascem, como consequência, novos problemas de mobilidade e ascensão social para o grupo de cor, em especial para os estratos superiores deste grupo. Assim, o preconceito e a discriminação atuam, fundamentalmente, no sentido de “reconduzir ao seu lugar” o negro, que historicamente saiu do lugar que tradicionalmente ocupava no sistema de relações sociais. Lugar que a

ideologia do grupo socialmente dirigente e etnicamente diferenciado considera próprio, natural, biologicamente justificado, tão próprio quanto o seu de grupo dominante. A tensão se manifesta em consequência da aspiração que se generaliza entre os negros a fim de conquistar posições superiores.

Assim como NOGUEIRA (1998), COSTA PINTO (1998) encerra esta obra concluindo que a ascensão do chamado por ele, “negro-massa”, só será possível no bojo da ascensão das massas que eles integram e, tudo indica que o “negro-massa” esteja tomando consciência disto, sem contar com as utopias da pequena burguesia negra.

FERNANDES (1978) parece discordar da assertiva de COSTA PINTO (1998), e também de NOGUEIRA (1998), no que diz respeito à tomada de consciência da população de cor. Não que deixasse de ser sua inspiração, mas em *A integração do negro na sociedade de classes*, FERNANDES (1978) deixa claro que a ofensiva ideológica imposta pela sociedade brasileira apresentava uma única saída aos negros e mulatos, a da infiltração pessoal e da ascensão social parcelada, sem alcance coletivo. Isto porque, de um lado os problemas da população de cor se apresentavam naturais e transitórios, devendo ser minimizados ou resolvidos pela própria população de cor na luta por seu erguimento e integração na sociedade de classes. Por outro lado, a discussão franca da situação dos negros era considerada indesejável, bem como perigosa era sua manifestação política destinada à proposição de soluções. Sendo assim, restava ao negro a mobilidade individual que não oferecia possibilidade de real integração e ascensão.

FERNANDES (1978) apresenta sua incisiva discordância com o denominado mito da democracia racial, ou seja, com a ideia de que o padrão brasileiro de relações raciais estava integrado aos fundamentos éticos e jurídicos da recente república. Com a abolição e o nascimento da república saem de cena as razões morais e legais que legitimavam a discriminação e o preconceito e surge uma nova elaboração e interpretação racional compatível com o sistema republicano. Em uma passagem, discorre:

“Como as oportunidades de competição subsistiam potencialmente abertas ao “negro”, parecia que a continuidade do paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial da sociedade brasileira constituía uma expressão clara das possibilidades relativas dos diversos estoques

raciais de nossa população. Ninguém atentou para o fato de que o teste verdadeiro de uma filosofia racial democrática repousaria no modo de lidar com os problemas suscitados pela destituição do escravo, pela desagregação das formas de trabalho livre vinculadas ao regime servil e, principalmente, pela assistência sistemática a ser dispensada à “população de cor” em geral. Imposto de cima para baixo, ao funcionamento normal das instituições e ao equilíbrio da ordem nacional, aquele mito acabou caracterizando a “ideologia racial brasileira”, perdendo-se por completo as identificações que o confinavam à ideologia e às técnicas de dominação de uma classe social”. (FERNANDES , 1978, p.255)

Utilidades práticas do mito são também apresentadas, como a atribuição da incapacidade do negro aos problemas da população de cor, protagonista dos sofríveis índices de desigualdade econômica, política e social, bem como a total desresponsabilização, econômica, social ou moral do branco perante a população negra espoliada pela abolição. Mas a utilidade que parece mais nociva no ponto de vista de FERNANDES (1978) foi a percepção, falsa em seu entendimento, das relações raciais através das aparências dos ajustamentos raciais, construindo uma falsa consciência de nossa realidade racial. O que desencadeou um ideário etnocêntrico, no qual se encontra presente formulações como: “o negro não tem problemas no Brasil”; “a índole do povo brasileiro não permite distinções raciais entre nós”; “o preto está satisfeito” e, ainda, a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com o negro, além do que já foi resolvido pela lei áurea e pela universalização da cidadania.

A tese de FERNANDES (1978) sobre a utilidade do mito da democracia racial se apresenta como argumento importante quando sugere que a ordem racial brasileira, elaborada socialmente no passado, permaneceu quase intacta. O racismo é reproduzido através do mito, que se apresentou como um artifício ideológico capaz de manter as relações raciais hierarquicamente definidas, isentando a população branca e lançando a população negra à competição pela sobrevivência.

SOUZA (2005) em artigo intitulado *Raça ou Classe? Sobre a desigualdade brasileira*, discorda do argumento de que o apego à hierarquia anterior produz o racismo transferindo-o para a ordem social competitiva. Não há neutralidade neste campo, e por que não dizer, em campo algum. A transferência sobre a causa do racismo à história escravocrata brasileira vela que há certamente uma hierarquia na competição por

melhores posições sociais quando o mérito é o objetivo perseguido. Para SOUZA (2005), influenciado por BOURDIEU (2007) e TAYLOR (1997), a hierarquia das causas da desigualdade, que une e desune por vínculos de solidariedade e preconceito, grupos sociais segundo critérios não transparentes institucionalizados pelo Estado e mercado, se apresenta na perpetuação de um chamado *habitus precário*. Sua tese principal é de que existe uma hierarquia moral incorporada nas instituições modernas cujo alicerce funda-se na dicotomia corpo e mente, legitimando a desigualdade entre o trabalho manual e não manual, e ainda, operando em todas as classificações e distinções sociais, como classe, raça ou gênero.

“O homem é definido como superior em relação à mulher por ser visto como portador das virtudes intelectuais e morais superiores que caracterizam o domínio da mente ou alma sobre as necessidades animais inferiores típicas da corporalidade. A mulher, por oposição, é percebida como repositária da sensualidade, dos afetos e do mundo emocional associado às virtudes ambíguas da corporalidade. É essa associação inconsciente e pré-reflexiva que a torna suspeita, ainda hoje, para exercer cargos de comando, por exemplo. Do mesmo modo, a "raça branca" é associada a europeidade e sua herança cultural de controle dos instintos e necessidades corporais em favor do autocontrole e disciplina. A "raça negra" é considerada inferior pela associação ao "primitivismo" africano que é percebido como repositário de valores ambíguos como força muscular e sensualidade”. (SOUZA, 2005)

SOUZA (2005) ainda argumenta que não é a transposição mecânica das disposições do passado para o presente que revela o então diagnóstico das relações sociais no Brasil, mas sim a nova configuração e o novo papel do negro na sociedade moderna “como” imprestável para as atividades relevantes e produtivas da modernidade. No contexto da sociedade de castas, como diz FERNANDES (1978), ou estamental e adscritivo de SOUZA (2005), raça opera como o definidor da condição servil, rígida e intransponível. Diferentemente da sociedade moderna competitiva, como diz SOUZA (2005), em que raça opera como índice "relativo" de primitividade, em relação do tipo humano desejado e definido como útil ao racionalismo ocidental e implementado por suas instituições.

Dada essa relatividade, é mais do que necessário um conceito, um instrumento analítico, que consiga revelar as discriminações e desigualdades efetivamente raciais, e não apenas de classes. É isso que GUIMARÃES (2002) se propõe quando constrói uma

dura crítica aos pesquisadores contrários à manutenção do termo raça.

GUIMARÃES (2002) elenca alguns argumentos relevantes. O primeiro deles, já apresentado ao nosso debate, versa sobre a inexistência biológica de raças humanas. Há ainda, a defesa de que o conceito de raça constitui erro no campo científico, discriminação no campo político, e que apenas reifica uma categoria política abusiva.

GUIMARÃES (2002) responde a esta série de argumentações começando pela questão biológica. O que chamamos de raça, esclarece o autor, só tem efeito e eficácia e só se realiza no mundo social. Complementa analisando em qual momento podemos lançar mão do conceito, já que seus críticos entendem ser errônea sua utilização. Quando não houver mais identidades raciais; quando não mais for relacionada à hierarquia da desigualdade ao indicador de raça; e quando as identidades e a discriminação forem dispensáveis para afirmação dos grupos oprimidos. Podemos afirmar sem erro, que no Brasil contemporâneo, estamos longe de alcançar algum destes três momentos.

Ainda neste trabalho, GUIMARÃES (2002) afirma ser o conceito de raça necessário como um instrumento que busca encontrar a presença da percepção de raça disfarçada em alguma outra categoria, frequentemente, no Brasil, à classe. Para o autor, o conceito de raça deve, em sintonia, contemplar o peso real e efetivo que a ideia de raça tem em nosso país como legitimador das desigualdades de tratamento e oportunidades; firmar a construção analítica do conceito a fim de confirmar a não existência de raça em termos físicos ou biológicos; e ainda identificar o conteúdo de racial das classes, ou seja, demonstrar onde existe efetivamente desigualdade de raça, e não de classe.

A argumentação acima parece estar em consonância com o que afirma HASENBALG & SILVA (1992), em sua obra, *Relações raciais no Brasil contemporâneo*, para os autores, se raça passa a ser compreendida como um fator classificatório e seletivo que norteia a permanência da desigualdade social e econômica, ela deve ser incorporada às variáveis que condicionam a estrutura das relações sociais, como fator decisivo das chances de vida, bem como no sentido de pertencimento a uma identidade racial, influenciando a hierarquização social. Em seus estudos, os autores demonstram o quão necessário se faz a utilização da variável raça contrapondo os que pensam que a mesma não desempenha um papel significativo no processo de mobilidade social.

Em *Diferenças raciais de rendimentos*, SILVA *apud* HASENBALG & SILVA (1992) elenca duas principais hipóteses que versam sobre as desigualdades raciais no Brasil. A primeira engloba várias argumentações, tais como a de FREYRE (2005), que afirmava ser a situação dos não brancos explicada basicamente por sua posição inicial de relativa desvantagem. Já IANNI (2004) admitia a existência do preconceito e da discriminação racial, mas a entendendo como reflexo da discriminação de classe, e FERNANDES (1978), como já vimos, apresentou a desigualdade racial como uma herança cultural do passado, um traço a ser dissolvido pela crescente aquisição de capital humano por parte dos não brancos.

A segunda hipótese de SILVA *apud* HASENBALG & SILVA (1992) refere-se à posição supostamente privilegiada dos mestiços, que receberiam mais oportunidades de mobilidade social que os pretos e alcançam níveis educacionais, ocupacionais e econômicos mais altos. Para esta hipótese, a miscigenação atenuou a rigidez das relações sociais, pois a discriminação contra os miscigenados é supostamente menor do que contra os pretos.

SILVA *apud* HASENBALG & SILVA (1992) contesta ambas as hipóteses e apresenta que a estratificação racial está enraizada na atual estrutura social do Brasil, sendo que a discriminação racial é uma reação racional ao conflito devido à escassez de recursos sociais e econômicos. Os não brancos só dispõem de uma vantagem relativa sobre os brancos no início de sua entrada no mercado de trabalho ou quando são exigidos baixos níveis de habilidades, normalmente em regiões pobres como as áreas rurais. Destacam não ser factível a assertiva que acredita em um tratamento “diferenciado” dos pardos frente aos pretos, não sendo de fato a raça pouco importante rumo ao alcance de melhores condições de renda.

Nesse sentido, em *Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil*, HASENBALG & SILVA (1992) ratificam o papel da variável raça no processo de estratificação da sociedade brasileira, afirmando não ser raça, em trabalhos anteriores, considerada no processo estratificatório brasileiro ou minimamente apresentada através de efeitos discriminatórios por conta do legado escravista. Ainda, apresentam que o preconceito e a discriminação racial surgem na competição por benefícios simbólicos e

materiais, com vantagens para o grupo branco em relação ao não branco, sugerindo que os não brancos estão sujeitos a um processo de “acumulação de desvantagens”. Neste estudo sobre a mobilidade social dos grupos de cor, os autores utilizaram metodologicamente a comparação das matrizes de mobilidade intergeracional dos grupos de cor, chegando a três resultados relevantes.

O primeiro resultado demonstra que os não brancos experimentam um *déficit* considerável de mobilidade social ascendente. Estes diferenciais de mobilidade ascendente crescem ao se passar para os estratos mais altos, contribuindo para que os não brancos<sup>3</sup> fossem mais expostos e tivessem uma probabilidade mais elevada de mobilidade descendente.

O segundo resultado apresenta que os entrevistados não brancos mostram uma distribuição educacional mais concentrada na base, independente do estrato de origem adotado como referência da comparação.

Por fim, qualquer que seja o nível educacional considerado, os não brancos estão mais proporcionalmente concentrados nos estratos inferiores da classificação ocupacional brasileira, e as enormes diferenças de distribuição ocupacional tendem a aumentar quando olhamos para os níveis educacionais mais elevados.

Interessante notar que, a pesquisa de HASENBALG & SILVA (1992) demonstra que os não brancos nascidos em famílias de alto *status* estão mais propensos ao risco de mobilidade descendente, podendo perder as posições sociais adquiridas pelas gerações anteriores. Portanto, podemos afirmar segundo a pesquisa dos autores, no que se refere aos padrões de mobilidade, que os não brancos são mais expostos às menores chances de ascensão social. Se não bastasse, as dificuldades para ascender crescem junto com o nível de extrato de origem.

Através deste estudo, HASENBALG & SILVA (1992) concluem que os não brancos sofrem desvantagem na conversão de sua escolaridade formal em posições na estrutura ocupacional, o que pode ser explicado aos processos discriminatórios de raça no

---

<sup>3</sup> Utiliza-se o termo não branco por conta da semelhança na mobilidade ocupacional de pretos e pardos, havendo também semelhança nos indicadores de educação e renda.

mercado de trabalho. No Brasil, para os autores, o ponto central do processo de desvantagens sofrido por pretos e pardos está na aquisição educacional.

Porém, outras formas de discriminação racial impactam a mobilidade social dos não brancos brasileiros. SILVA *apud* HASENBALG & SILVA (1992) elenca, em *Diferenças raciais de rendimentos*, quatro relevantes formas discriminatórias que refletem a dificuldade da ascensão social da população de cor.

A discriminação em capital humano, quando os não brancos são impedidos de conseguir qualificação necessária para assumir as ocupações mais elevadas; a de emprego, quando os não brancos sofrem mais do que o proporcional com o desemprego; a discriminação ocupacional, quando os não brancos são impedidos de assumir ocupações com maiores rendimentos independente da qualificação que possuem; e a de salário, observada quando os não brancos têm rendimento menor nas mesmas funções e com o mesmo número de horas trabalhadas que os brancos, ou seja, salário desigual por trabalho igual. Algumas considerações sobre o assunto merecem destaque:

SILVA *apud* HASENBALG & SILVA (1992) salienta que sobre a discriminação de capital humano, é importante destacar que as vantagens dos brancos em alcançar altos índices educacionais dependem diretamente das vantagens iniciais de variáveis como histórico familiar e habilidades cognitivas. Com efeito, os baixos índices educacionais dos não brancos podem não ser efeitos diretos de discriminação, mas de desvantagens iniciais condicionadas historicamente à população de cor. Quando o assunto é ocupacional alguns fatores podem variar de uma ocupação para outra. As hipóteses de ameaça econômica<sup>4</sup>, e do apinhamento<sup>5</sup>, demonstram que níveis maiores de participação não branca em determinada ocupação acarretará em mais altos níveis de discriminação racial.

Ainda, em certas ocupações, pretos e pardos sofrem dupla discriminação, ou seja, têm sua entrada dificultada, e quando obtém sucesso parcial vêem suas carreiras bloqueadas por práticas discriminatórias. Porém, quando é aumentado o número de não brancos nas referidas ocupações, o impacto deste bloqueio parece diminuir. Por fim, no que se refere

---

<sup>4</sup> Quando os trabalhadores brancos, em minoria, pressionam os patrões brancos elevando a discriminação e neutralizando o efeito decrescente dos salários.

<sup>5</sup> Quando os trabalhadores não brancos são maioria em uma determinada ocupação gerando baixos salários.

à discriminação salarial, HASENBALG & SILVA sugerem que seu surgimento se dá a partir das diferenças de oportunidades de carreiras e chances de mobilidade social. Os não brancos têm maiores dificuldades na conversão de investimentos educacionais em posições ocupacionais de melhores rendimentos, bem como na conversão geracional, e no mercado de trabalho têm menos facilidade na construção de suas carreiras, com efeito, recebem menores salários.

O interessante trabalho organizado pelas pesquisadoras americanas BLANK & DABADY & CITRO (2004), *Measuring Racial Discrimination: panel on methods for assessing discrimination*, analisa como operam e qual o impacto dos efeitos da discriminação racial ao longo do tempo. Estudos mostram pequenos efeitos de discriminação em cada estágio de uma área (na contratação, avaliação, promoção e no salário ajustado ao mercado de trabalho), levando a concluir que a discriminação é relativamente sem importância por causa dos efeitos em qualquer ponto do tempo que são pequenos, mas os pequenos efeitos podem se acumular em diferenças substanciais. São identificados três caminhos primários através dos quais a discriminação é fortemente acumulada<sup>6</sup>.

Para BLANK & DABADY & CITRO (2004) a acumulação das desvantagens pode se dar através das gerações, que produz efeitos negativos para saúde; das oportunidades econômicas, ou na acumulação de riqueza para um grupo particular podendo diminuir as oportunidades para as gerações seguintes. Efeitos discriminatórios podem se acumular nos tempos de vida e através de muitas gerações. A discriminação dos pais de uma geração pode afetar diretamente os resultados de seus filhos e indiretamente as oportunidades de vida das gerações subsequentes. Discriminação contra os pais em um determinado tempo pode limitar a perspectiva para seus filhos até se o comportamento discriminatório cessa ou a criança não sofre discriminação.

---

<sup>6</sup> Por discriminação cumulativa entendemos uma dinâmica conceitual que captura sistematicamente processos que ocorrem no tempo e através da área (lugar). Discriminação tem efeitos cumulativos quando um incidente discriminatório afeta não somente o resultado imediato, mas também os futuros resultados em seu próprio tempo de vida ou nas próximas gerações. A discriminação cumulativa pode ser mais do que um processo aditivo no qual os efeitos do incidente discriminatório formam largas disparidades de resultados. A probabilidade de um futuro evento discriminatório acontecer pode ter sua causa relacionada a eventos discriminatórios passados, então a corrente discriminação pode aumentar a probabilidade de uma futura discriminação. Por exemplo, a expectativa de professores a cerca da performance de estudantes negros pode influenciar negativamente a performance destes estudantes.

Através de processos dentro de uma mesma área, (no lar, mercado de trabalho, assistência médica, educação) BLANK & DABADY & CITRO (2004) afirmam que a discriminação é o primeiro estágio que produz efeitos para os próximos resultados. As autoras exemplificam: discriminação na escola primária pode produzir efeito negativo nos resultados da escola secundária, diminuindo as oportunidades de se alcançar à universidade. Quando os indivíduos se ocupam em uma sequência de interações no trabalho, em casa, na escola etc., experiências discriminatórias podem produzir efeitos cumulativos. Recente discriminação em uma carreira pode afetar o desempenho de promoções e salários. Diferenças salariais são pequenas entre universitários negros e brancos no primeiro contrato, mas o *gap* aumenta nos anos após deixarem a universidade. BLANK & DABADY & CITRO (2004) destacam que na educação é possível notar que preconceitos nas expectativas dos professores podem afetar mais tarde as experiências educacionais e o desempenho do estudante. Efeitos discriminatórios em um determinado momento podem produzir individualmente um grande risco de futura discriminação, conduzindo um maior efeito acumulativo. O processo individual que valoriza os indivíduos e determina seu progresso através do sistema ao longo do tempo pode ser importante na transmissão cumulativa dos efeitos discriminatórios.

Ainda para BLANK & DABADY & CITRO (2004), quando há discriminação através de uma área, essa discriminação pode diminuir as oportunidades em outras áreas, por exemplo: famílias que vivem segregadas dos vizinhos podem ter acesso limitado a empregos adequados e à assistência médica. Na educação, discriminação pode afetar negativamente após a realização acadêmica, podendo limitar o acesso a oportunidades de emprego e habitação acessível.

As pesquisadoras BLANK & DABADY & CITRO (2004) afirmam que a mensuração da discriminação focada em um episódio ocorrido em um lugar particular e em um ponto do tempo pode provocar muitas limitações de informação nos efeitos da dinâmica. Por exemplo: vários pequenos preconceitos em cada nível de uma organização hierarquizada podem resultar ao longo do tempo em um maior preconceito no topo do nível com referência à composição do topo do gerenciamento. Padrões legais correntes não são adequadamente endereçados às questões de discriminação cumulativa.

No senso legal, discriminação é conceituada como um evento que acontece em um lugar e tempo específico, um tanto quanto como um processo em andamento, produzindo desvantagens cumulativas ao longo do tempo.

Para BLANK & DABADY & CITRO (2004) o conceito de discriminação cumulativa não é endereçado diretamente pela definição legal corrente ou remediação legal da discriminação. E ainda, os efeitos da discriminação cumulativa podem ser transmitidos através das estruturas organizacionais e sociais da sociedade. Com efeito, ações individuais não são independentes do contexto social e econômico. Certos comportamentos de membros de grupos raciais em desvantagem podem surgir em resposta a comportamentos sociais e institucionais de uma sociedade preconceituosa e racista. Não brancos jovens, especialmente negros, estão desproporcionalmente sujeitos a fatores de risco associados ao crime, à pobre assistência médica e à segregação. Uma sociedade que perpetua fortes diferenças raciais pode comunicar aos jovens não brancos que eles nem pensar triunfarão dentro de uma sociedade dominante, conduzindo-os a escolherem alternativas de vida, afirmam DABADY & CITRO (2004).

Algumas considerações são necessárias a fim de concluirmos nossa trajetória sobre os estudos de raça. Raça biológica não existe, devendo ser considerada somente no âmbito do mundo social. A partir desta assertiva, os estudos de raça necessitam englobar circunstâncias objetivas não étnicas para que sejam fundamentados sociologicamente. Os principais estudos sobre a desigualdade social brasileira aferem que grande parte da população de cor tem baixa escolaridade, pouca mobilidade social, se localizam nas posições mais proletarizadas e com diferenças nas oportunidades de carreiras em relação aos brancos, demonstrando a necessidade de um conceito analítico que consiga revelar as desigualdades e discriminações efetivamente raciais. Discriminações raciais que surgem como uma reação racional ao conflito desencadeado pela escassez de recursos sociais e econômicos. Estas discriminações podem se tornar cumulativas através das gerações, das oportunidades econômicas e da acumulação de riqueza para um grupo particular podendo diminuir as oportunidades para as gerações seguintes. Por fim, as ações individuais devem ser sempre contextualizadas, pois operam em resposta a comportamentos sociais e institucionais.

### 3.3. EDUCAÇÃO E FUNCIONALISMO

Os estudos sociológicos sobre os processos de mobilidade social se dedicam a compreender a estrutura de desigualdade de oportunidades nas sociedades. Uma das fortes ideologias que marcam o advento da sociedade moderna, diz respeito exatamente a esta questão. Antes da modernidade, as posições sociais ocupadas pelos indivíduos eram praticamente ditadas por sua origem, o que quer dizer que, filho de nobre torna-se nobre e filho de escravo, escravo será.

A influência das diferenças de oportunidades no acesso a posições no sistema de estratificação social, já é há muito discutido na sociologia. MARX (2010), mesmo sem se debruçar no tema, deixou presente a ideia de que a mobilidade pode ser vista como um mecanismo de manutenção do *status quo* capitalista, uma vez, que cria condições, como ele diz, de assimilação das principais mentes da classe dominada pela classe dominante, impossibilitando a formação da consciência de classe e de sua organização, conceitos tão caros ao ideário socialista.

Já para WEBER (2009), a distribuição da propriedade material entre competidores no mercado cria oportunidades específicas de vida, oportunidades essas que excluem os não proprietários da disputa pelos bens mais almejados, e que favorece os proprietários dando-lhes monopólio para a aquisição desses bens, incluindo qualificações profissionais. Qualificações para ele, portanto são ativos tão importantes quanto à propriedade em si, pois podem ser convertidas em recompensas, como renda, *status* e autoridade. Nesse sentido, WEBER (2009) desenvolve a ideia de que o tipo de oportunidade no mercado é o momento decisivo para a sorte individual, sendo a situação de classe, nesse sentido, uma situação de mercado. Mobilidade social aqui pode ser entendida como o resultado do posicionamento do indivíduo na estrutura social baseado em suas chances de vida, que são intrinsecamente ligadas à situação de mercado.

É possível também destacar Durkheim neste debate, através da obra de SOROKIN *apud* VELHO (1979). Na sua concepção, as ocupações são hierarquicamente diferenciadas de acordo com o caráter funcional de cada uma. A mobilidade existe para garantir a ordem e a eficácia dos indivíduos e de seu trabalho de acordo com suas funções sociais,

aumentando os laços de solidariedade, diminuindo as possibilidades de conflito e mantendo a ordem social.

A racionalidade, elemento constitutivo de um novo tempo aberto pela sociedade ocidental, abriu espaço para a ideologia da individualidade. O indivíduo passa ser o protagonista da vida social e o ideário do mérito passa a marcar presença no novo argumento. Agora, diante a necessidade de se construir uma sociedade livre e igualitária, os determinantes de origem não deverão mais ditar as regras de seu destino. Se for capaz e hábil, se fizer por merecer, o indivíduo ascenderá socialmente, ou seja, sua capacidade individual passa a ser mais importante do que sua origem social.

Esta me parece ser uma das principais correntes de pensamento sobre a relação entre desenvolvimento econômico e estratificação social, na medida em que defende a ideia de que com o avançar da modernidade desencadeada pelo ideário da individualidade e pela crescente industrialização e urbanização das sociedades, os efeitos de origem socioeconômica e adscritivos como raça e gênero tendem a diminuir quando se analisa a chance de acesso às ocupações, ou seja, afetam menos a mobilidade social, e os efeitos oriundos de credenciais educacionais se tornam mais impactantes. Os principais defensores desta concepção, ou hipótese, são oriundos do pensamento funcionalista, e fundadores da chamada teoria meritocrática, com destaque para PARSONS (1967; 1971).

Talcott Parsons, sociólogo americano, se tornou grande referência para a sociologia, a partir de sua audaciosa obra sobre a ação social, quando propôs construir uma grande teoria que englobasse todas as áreas das ciências sociais (bem como as principais teorias sobre a ação de Weber, Durkheim e Pareto), desencadeada por sua interpretação funcionalista do mundo social, que pode ser lida em PARSONS (2010). O tema do desenvolvimento econômico como um grande fator de mudança social pode ser localizado na sua construção teórica, a partir de sua preocupação com a interpretação das mudanças políticas, civis e econômicas pela qual passava a sociedade americana durante o século XX. Essas mudanças foram vistas por PARSONS (1971) como reflexo do nascimento da cidadania, como um importante traço da modernidade que contribuiu para a inclusão de indivíduos até então, alijados do processo civil, político e econômico em curso. Nesse sentido, para PARSONS (1971), esse processo como um todo

contribuiu para que privilégios hereditários fossem substituídos por habilidades e capacidades individuais, tecendo um novo caráter, um caráter funcional à estratificação social, através da chamada revolução educacional.

A partir dessa leitura, o chamado modelo meritocrático envolve associações entre escola e trabalho sendo desenvolvido por razões racionais. Isto mantém o sucesso socioeconômico para quem o merece mais do que aos que têm o privilégio de ter nascido em uma classe, gênero ou raça favorável. Isto é, o desenvolvimento econômico, observado principalmente, mas não somente, pela da ampliação do setor industrial, conduz a uma expansão do sistema educacional no propósito de ampliar a qualificação necessária para que os indivíduos acessem às novas ocupações disponíveis na estrutura de empregos. Assim, a importância dos títulos educacionais passa a ganhar mais espaço como um relevante “passaporte” no acesso às ocupações mais altas. Esse ideário, portanto, entende que a herança de *status*, as características adscritivas e a origem socioeconômica tendem a afetar menos o acesso dos indivíduos às ocupações, sendo mais importante, ou melhor, tendo mais impacto o esforço individual, o talento, as habilidades e o mérito, que terão interferência direta na mobilidade social.

Porém, essa concepção não é unânime, como nenhuma outra o é na sociologia. Isto porque, grande parte dos estudos de mobilidade social até então desenvolvidos, mostram que a origem social tem forte impacto na determinação das posições e ocupações sociais como pode ser lido em BOURDIEU (1973; 2007); BOURDIEU & PASERON (1977); HASENBALG (1979); HASENBALG & SILVA (1990) FERNANDES (2005); FIGUEIREDO SANTOS (2002).

Ora, as capacidades individuais podem sim influenciar a dinâmica da mobilidade, mas o que influencia a capacidade individual? A natureza humana? Os mais fortes e aptos? Os defensores da teoria da reprodução social, com destaque para BOURDIEU (2007), pensam que não. As habilidades e capacidades são desenvolvidas pelos indivíduos que têm oportunidades para desenvolvê-las, e a origem dos indivíduos possibilitará, ou não, a abertura destas oportunidades.

A estrutura das desigualdades sociais impede a habilidade de menos membros privilegiados na sociedade para demonstrar ou intensificar suas habilidades e talentos

diretos no sistema educacional. Com esse argumento BOURDIEU (2007) sustenta que mais membros privilegiados da sociedade, em pouco espaço de tempo têm perdido a habilidade para transferir suas vantagens através de gerações em algum caminho direto, podem agora fazê-lo pelo acesso à escolaridade para seus filhos/as. Escolaridade para BOURDIEU (2007) é assim, uma “estratégia de reprodução” que trabalha contra o princípio meritocrático.

Em *A distinção*, BOURDIEU (2007) descreve sua defesa sobre o forte impacto da origem social nas trajetórias de vida das pessoas, tendo a cultura não ensinada nos bancos escolares um alto valor simbólico. Para ele, as condições de aquisição de competência cultural funcionam como uma espécie de marca de origem, contribuindo até mesmo como valores dos produtos em um mercado. Indicadores como nível de instrução e origem social são considerados, nessa abordagem, como produção de um *habitus* cultivado. Assim, a maneira de se utilizar dos bens simbólicos constitui um instrumento por excelência das estratégias de distinção.

Para BOURDIEU (2007), o capital cultural incorporado às gerações anteriores funciona como uma espécie de “antecipação” que, ao assegurar a entrada da cultura personificada em alguns modelos familiares, permite ao recém-chegado começar desde a origem, a decidir, de maneira inconsciente, aquisição de elementos fundamentais da cultura legítima. Com efeito, hábitos, gostos e desgostos constituem um fundamento inconsciente da unidade de classe, sendo as relações sociais objetivadas nos objetos familiares imposta por mediação e experiências corporais profundamente inconscientes. Com esse raciocínio, BOURDIEU (2007) defende que nada depende mais diretamente das aprendizagens precoces, e especialmente daquilo que se realiza a margem de qualquer ação pedagógica expressa.

É nesse sentido que a instituição escolar deve converter o capital cultural herdado em capital escolar, porém a escola não tem o monopólio da produção do capital cultural. Este pertence à família. Assim, ao analisar indivíduos com trajetórias diferentes e mesma titulação, BOURDIEU (2007) se atenta para o fato de que as diferenças associadas à trajetória social e ao volume de capital cultural herdado se duplicam, refletindo mudanças no estado das relações entre o sistema de ensinamento e a estrutura das classes sociais. A competência específica depende das oportunidades que oferecem,

de modo inseparável, os diferentes mercados (familiar, escolar e profissional) para sua acumulação, execução e valorização.

Até esse ponto elenquei as duas principais hipóteses teóricas a respeito da relação entre desenvolvimento econômico e estratificação social, ou seja, a hipótese de que o desenvolvimento econômico diminui o efeito de origem no acesso às posições de classe, defendida pela escola funcionalista; e a hipótese de que o desenvolvimento econômico não elimina os efeitos de origem, e até certo ponto aumenta, na estratificação social, defendida pela concepção da reprodução social. Mas é necessário citar as elaborações acerca da mobilidade social e das desigualdades de oportunidades que contam com um aparato técnico e metodológico empiricamente representativo.

Em 1949, o pesquisador britânico GLASS (1953) se lançou na empreitada de coletar informações a partir de uma amostra que incluía Inglaterra, Escócia e País de Gales. Seu principal intuito era revelar através de tabelas de mobilidade intergeracional as desigualdades de oportunidades na estrutura ocupacional britânica. Em 1959, LIPSET & BENDIX (1959) lançam a hipótese de que a mobilidade social nas sociedades industriais modernas funciona como um mecanismo de prevenção às tensões sociais, contribuindo para a inauguração de pesquisas comparativas entre diversos países.

Mas foram BLAU & DUNCAN (1967) os que mais influenciaram as análises de mobilidade nos estudos contemporâneos. Com técnicas de análise diferenciadas, como a análise de trajetória, os pesquisadores diferenciaram o conceito de status através da percepção do *status* adquirido (na aquisição de habilidades e qualificação) e do status atribuído (pela origem social e características adscritivas). A principal hipótese quis confirmar que nas sociedades industriais o status adquirido tem mais força na composição ocupacional, pois com o avanço tecnológico instaurado na industrialização, a força de trabalho precisa ser necessariamente mais qualificada para cumprir os anseios da modernização, elevando as taxas de mobilidade social.

Penso ser relevante, ainda, o argumento *keynesiano*, que afirma ser incorreto colocar sobre o indivíduo a responsabilidade por sua ascensão ou queda dentro da estrutura de classes. KEYNES (1992) entendia que as pessoas pouco avançariam na estrutura ocupacional aproveitando talento próprio, habilidades ou características individuais,

caso a sociedade não demonstrasse um significativo dinamismo econômico. Por outro lado, se não há uma perspectiva de movimento de aumento de renda ou da produção não há motivo que justifique a realização de investimentos e, desse modo, não serão oferecidas novas vagas no mercado de trabalho seja qual for a ocupação. Com efeito, são as expectativas dos capitalistas que determinam onde e quanto será investido, e, assim, qual será a pressão de demanda sobre a oferta de mão de obra definindo a “empregabilidade” dos indivíduos. KEYNES (1992), no entanto, não subestima as habilidades ou características dos indivíduos, mas ressalta que o uso dessas habilidades só poderá ser concretizado se houver espaço na economia e na sociedade.

Os estudos contemporâneos sobre o tema têm perseguido descrever as mudanças e continuidades das desigualdades de oportunidades que influenciam a mobilidade social. Alguns argumentos utilizados para responder como e por que alguns indivíduos ascendem ou descendem na estrutura ocupacional ou de classes, tais como a influência de habilidades adquiridas durante o curso da vida dos indivíduos e o processo de crescente modernização do mundo do trabalho, permanecem presentes.

#### 4. HIPÓTESES DE PESQUISA

**Hipótese A 1:** a naturalização da função feminina junto ao trabalho reprodutivo permanece com o desenvolvimento econômico moderno, porém a ativação das habilidades necessárias ao trabalho doméstico só é acionada pelas mulheres excluídas das riquezas produzidas material e simbolicamente, o que cria uma classe social distinta, com forte efeito racial.

**Hipótese A 2:** a naturalização da função feminina junto ao trabalho reprodutivo é substituída por práticas igualitárias entre os sexos no que se refere às atividades domésticas, e que, somado à ampliação de mão de obra feminina nas ocupações produtivas conduz à diminuição do trabalho doméstico pago.

**Hipótese B 1:** De acordo com a teoria modernizadora, há uma tendência de desaparecimento do trabalho doméstico pago, influenciada pelo acesso a produtos e serviços que atendem às necessidades das famílias, no que tange às atividades domésticas diárias.

**Hipótese B 2:** Contrariando a teoria modernizadora, não é visível a tendência de desaparecimento do trabalho doméstico, apesar do acesso a produtos e serviços que atendem às necessidades das famílias, no que tange às atividades domésticas diárias.

## 5. METODOLOGIA

### 5.1.FONTE DE DADOS

A metodologia empregada será quantitativa e a base de dados utilizada será a PNAD/IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008. A PNAD/IBGE apresenta resultados, a partir de dados coletados ano a ano (a exceção dos anos nos quais o IBGE aplica o Censo Populacional) acerca das características gerais da população, migração, educação, trabalho, famílias, domicílios e rendimento.

### 5.2.MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL

Para explicar o efeito das variáveis independentes sobre as chances de um indivíduo estar ocupado em atividades domésticas formais ou em atividades domésticas informais, utilizamos um modelo de regressão logística multinomial. Através da fórmula  $[(eb - 1) \times 100]^7$  serão calculados os efeitos percentuais que o aumento de uma unidade em cada variável independente geral na chance de um indivíduo no Brasil estar ocupado em atividades domésticas formais ou informais, em relação a estar ocupado em atividades não domésticas, sendo esta última a categoria de referência no presente modelo.

$$\ln[P(Y = 1) / 1 - P(Y=1)] = \alpha + \beta_1 \text{ Gênero (dummy)} + \beta_2 \text{ Raça (dummy)} + \beta_3 \text{ Escolaridade} + \beta_4 \text{ Experiência centralizada} + \beta_5 \text{ Experiência centralizada ao quadrado} + \beta_6 \text{ Migrante intraestadual (dummy)} + \beta_7 \text{ Migrante interestadual (dummy)} + \beta_8 \text{ Norte (dummy)} + \beta_9 \text{ Nordeste (dummy)} + \beta_{10} \text{ Sul (dummy)} + \beta_{11} \text{ Centro-Oeste (dummy)} + \beta_{11} \text{ Filhos (dummy)} + \varepsilon$$

### 5.3.ESPECIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS

#### 5.3.1. VARIÁVEL DEPENDENTE

**Status ocupacional:** Variável com três categorias distintas (Ocupado em atividade não

---

<sup>7</sup> NEVES; HELAL. Associativismo, capital social e mercado de trabalho. In:AGUIAR, Nelma. Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007

doméstica; Ocupado em atividade doméstica formal; Ocupado em atividade doméstica informal).

### 5.3.2. VARIÁVEIS INDEPENDENTES

**Gênero:** variável indicadora (dummy), 1 = masculino e 0 = feminino

**Raça:** variável indicadora (dummy), 1 = branco e 0 = não branco

**Escolaridade:** número de anos de estudo completados

**Experiência centralizada:** idade atual do indivíduo menos a idade que começou a trabalhar menos a média.

**Experiência centralizada ao quadrado:** idade atual do indivíduo menos a idade que começou a trabalhar menos a média elevado ao quadrado.

**Migrante intra-estadual:** variável indicadora (dummy), 1 = migrante intraestadual e 0 = não migrante intra-estadual.

**Migrante inter-estadual:** variável indicadora (dummy), 1 = migrante interestadual e 0 = não migrante inter-estadual.

**Norte:** variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Norte e 0 = não morador da região Norte.

**Nordeste:** variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Nordeste e 0 = não morador da região Nordeste.

**Sul:** variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Sul e 0 = não morador da região Sul.

**Centro-Oeste:** variável indicadora (dummy), 1 = morador da região Centro-Oeste e 0 = não morador da região Centro-Oeste.

**Filhos:** variável indicadora (dummy), 1 = tem filhos menores de 14 anos e 0 = não tem filhos menores de 14 anos.

## 6. ANÁLISE DOS DADOS – DIMENSÃO DESCRITIVA

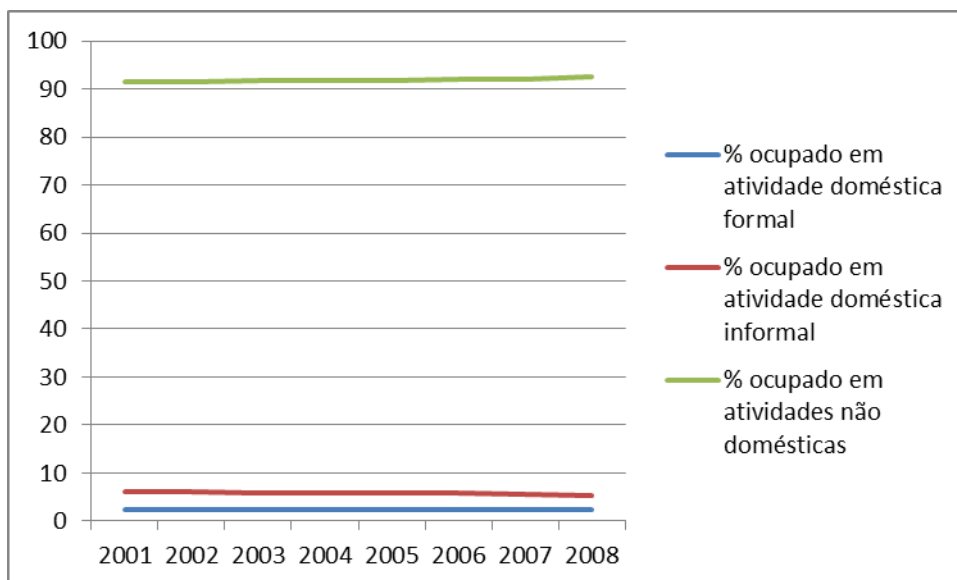
Nesta etapa da pesquisa, apresentaremos dados relativos às ocupações, gênero, raça, escolaridade, idade que o entrevistado começou a trabalhar, migração (dentro e fora do estado de nascimento do entrevistado), média de horas trabalhadas, afazeres domésticos no domicílio e associação a sindicatos. O objetivo é apresentar o perfil descritivo das ocupações em atividades não domésticas, em atividades domésticas formais (com carteira assinada ou contribuição à previdência social) e em atividades domésticas informais (sem carteira assinada ou contribuição à previdência social). Ainda, apresentaremos dados relativos aos entrevistados desocupados na semana de referência da pesquisa, ocupados em atividade não doméstica formal e ocupados em atividade não doméstica informal, buscando inferir questões que nos ajudem a analisar a manutenção do trabalho doméstico no Brasil contemporâneo.

**Tabela 01**  
**Composição categoria “ocupados”**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Categoria</b>								
% ocupado em atividade doméstica formal	2,4	2,3	2,4	2,3	2,4	2,4	2,4	2,3
% ocupado em atividade doméstica informal	6,0	6,0	5,8	5,9	5,8	5,7	5,5	5,3
% ocupado em atividades não domésticas	91,6	91,6	91,7	91,8	91,8	91,9	92,1	92,5

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 01**  
**Composição categoria “ocupados”**



Elaborado pela própria autora

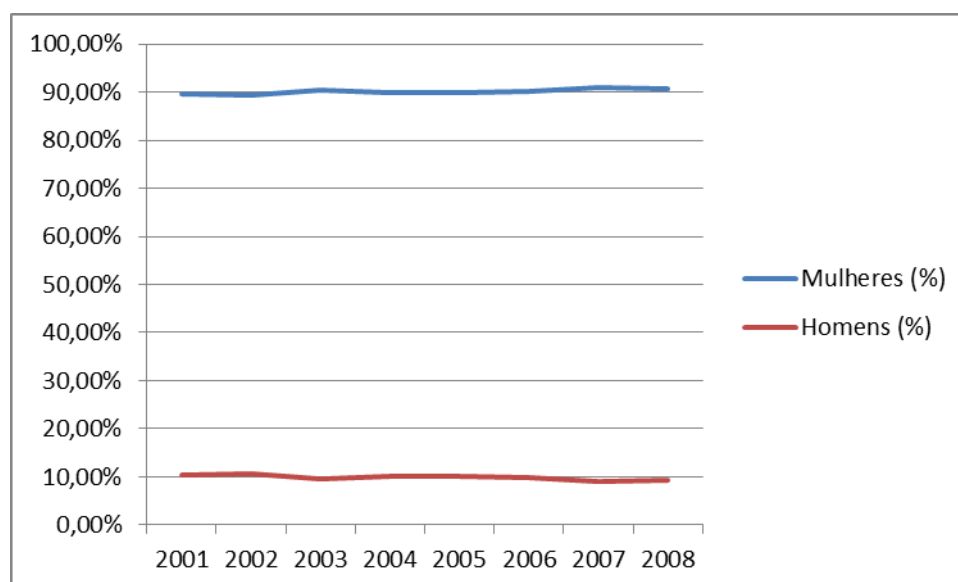
Os dados relativos aos indivíduos ocupados em atividade doméstica formal confirmam a ideia de manutenção do emprego doméstico no Brasil por apresentarem pouca variação entre os anos de 2001 e 2008, passando de 2,4% em 2001 para 2,3% em 2008. Já a categoria, ocupados em atividade doméstica informal, (sem carteira assinada ou contribuição à previdência social) apresentou variação negativa, passando de 6% em 2001 para 5,3% em 2008. Isso demonstra diferenças importantes nas duas categorias ocupacionais, que só poderemos compreender a fundo a partir das análises de dados multivariados apresentados na próxima seção.

**Tabela 02**  
**Gênero X Ocupados em atividade doméstica formal**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Categoria</b>								
Mulheres (%)	89,7%	89,4%	90,5%	89,9%	89,9%	90,1%	91,0%	90,6%
Homens (%)	10,3%	10,6%	9,5%	10,1%	10,1%	9,9%	9,0%	9,4%

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 02**  
**Gênero X Ocupados em atividade doméstica formal**



Elaborado pela própria autora

A manutenção feminina nas ocupações domésticas no Brasil é vista claramente a partir dos dados apresentados no *Gráfico 02*, referente aos indivíduos *Ocupados em atividade doméstica formal*. As variações entre os anos de 2001 e 2008 são pequenas, visto que em 2001 a categoria contava com 89,7% de mulheres, passando em 2008 a contar com 90,6% de mulheres. Digno de nota é o índice de homens *Ocupados em atividade doméstica formal* que varia de 10,3% em 2001 para 9,4% em 2008, indicando que a formalidade e a regulamentação da atividade conduz a uma maior participação de homens na categoria. Isto pode ser dito ao compararmos a participação de gênero nas

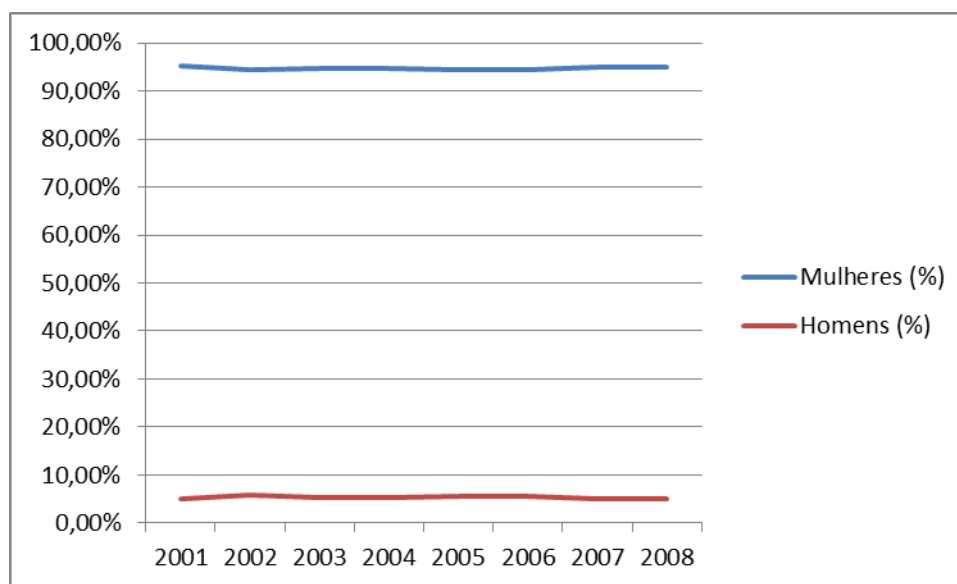
categorias *Ocupados em atividade doméstica formal* e *Ocupados em atividade doméstica informal*, como podemos ler a seguir a partir do *Gráfico 03*.

**Tabela 03**  
**Gênero X Ocupados em atividade doméstica informal**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Categoria</b>								
Mulheres (%)	95,1%	94,3%	94,6%	94,7%	94,5%	94,5%	95,0%	94,9%
Homens (%)	4,9%	5,7%	5,4%	5,3%	5,5%	5,5%	5,0%	5,1%

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 03**  
**Gênero X Ocupados em atividade doméstica informal**



Elaborado pela própria autora

A atividade doméstica informal no Brasil comporta apenas cerca de 5% de homens em sua composição, o que difere da atividade doméstica formal, que como vimos gira em torno de 10% de composição masculina. Isto pode ser explicado pelas atividades designadas aos homens na categoria *Ocupados em atividades domésticas*. As atividades de motorista, jardineiro e vigia habitualmente são ofertadas aos homens por serem

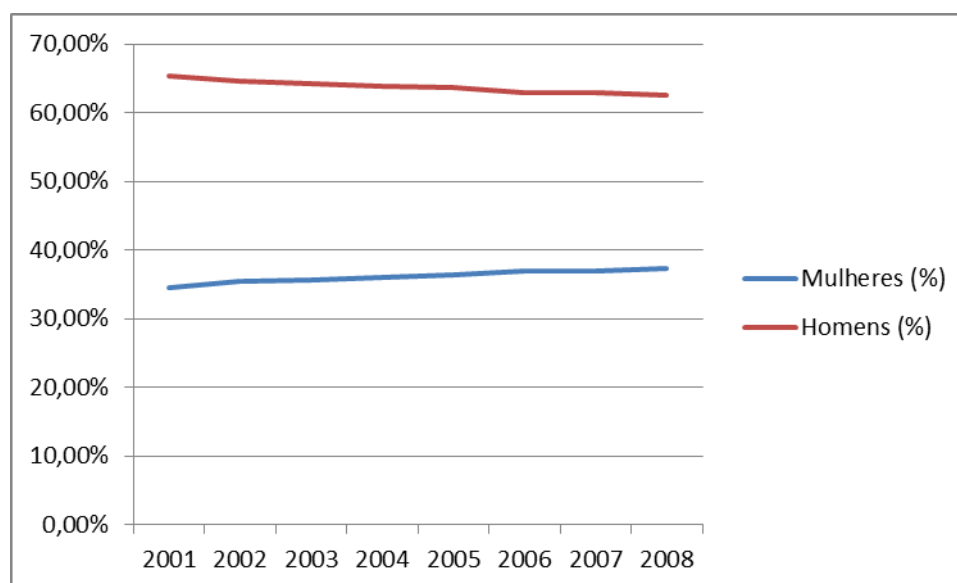
percebidas como atividades com habilidades caracteristicamente masculinas, e nos parece, que essas apresentam um caráter mais formalizado e menos precarizado do que as atividades domésticas *strito senso* como lavar, passar e cozinhar.

**Tabela 04**  
**Gênero X Ocupados em atividade não doméstica**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Categoria</b>								
Mulheres (%)	34,6%	35,4%	35,7%	36,1%	36,4%	37,0%	37,0%	37,4%
Homens (%)	65,4%	64,6%	64,3%	63,9%	63,6%	63,0%	63,0%	62,6%

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 04**  
**Gênero X Ocupados em atividade não doméstica**



Elaborado pela própria autora

Os dados relativos aos indivíduos *Ocupados em atividade não doméstica* confirmam o avanço feminino nas atividades não domésticas no Brasil. As mulheres compunham

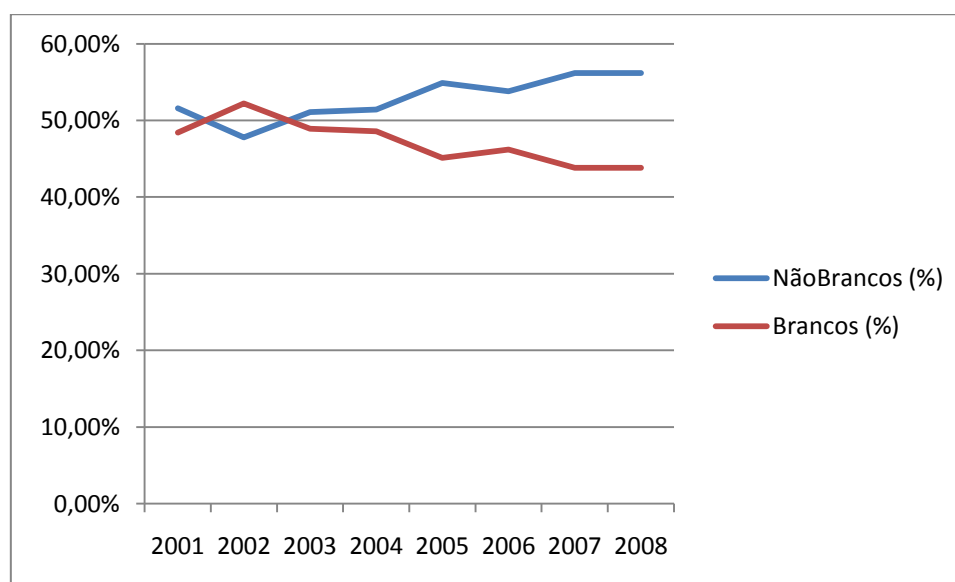
34,6% da categoria em 2001, e em 2008 passaram a ser 37,4% das ocupadas em atividades não domésticas. Porém, esse número não chega a conduzi-las a uma representação compatível com a participação feminina ocupada em todas as ocupações. Em 2001, o índice de participação feminina total em todas as atividades foi de 39,6% e, em 2008, o índice era de 41,6%, confirmando ainda uma sub representação feminina nas atividades não domésticas no Brasil.

**Tabela 05**  
**Raça X Ocupados em atividade doméstica formal**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Categoria</b>								
Não Brancos (%)	51,6%	47,8%	51,1%	51,4%	54,9%	53,8%	56,2%	56,2%
Brancos (%)	48,4%	52,2%	48,9%	48,6%	45,1%	46,2%	43,8%	43,8%

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 05**  
**Raça X Ocupados em atividade doméstica formal**



Elaborado pela própria autora

Os dados relativos à categoria raça para os *Ocupados em atividade doméstica formal* demonstram uma inversão a partir do ano de 2003. É visível um aumento da participação de não brancos, saindo, de 2001, com 51,6% e chegando, em 2008, com 56,2% de participação, portanto, houve uma queda na participação de brancos, saindo de 2001 com 48,4% e chegando a 2008 com 43,8% de participação. Podemos interpretar esses dados ao entendermos que a variável raça vem interferindo na composição da atividade *Ocupados em atividade doméstica formal* com vantagens para os indivíduos brancos em relação aos indivíduos não brancos. Logo, podemos interpretar que são os indivíduos não brancos os que mais vêm acessando a ocupação doméstica formal ao longo desses oito anos analisados.

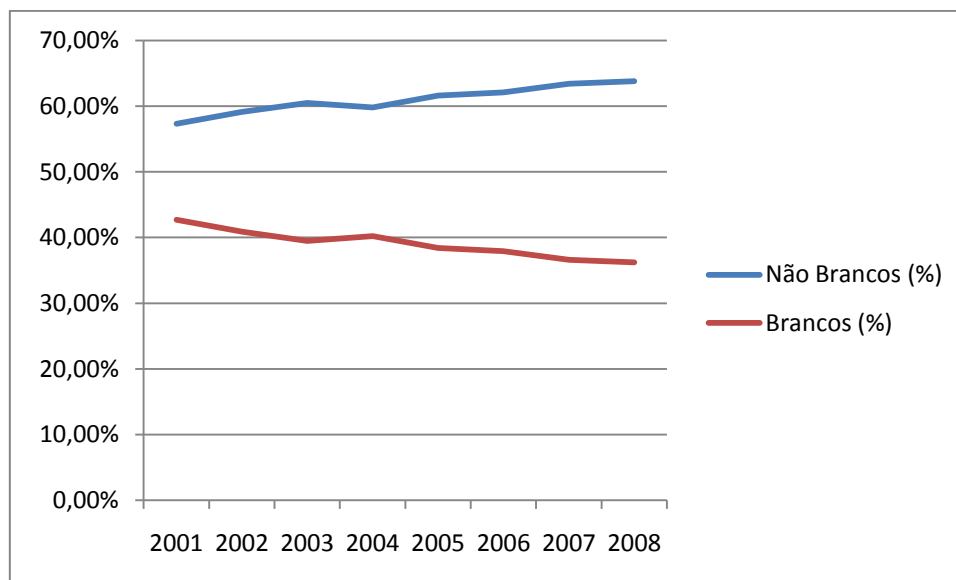
**Tabela 06**  
**Raça X Ocupados em atividade doméstica informal**

<b>Categoria</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Não Brancos (%)	57,3%	59,1%	60,5%	59,8%	61,6%	62,1%	63,4%	63,8%
Brancos (%)	42,7%	40,9%	39,5%	40,2%	38,4%	37,9%	36,6%	36,2%

Elaborada pela própria autora

Gráfico 06

## Raça X Ocupados em atividade doméstica informal



Elaborado pela própria autora

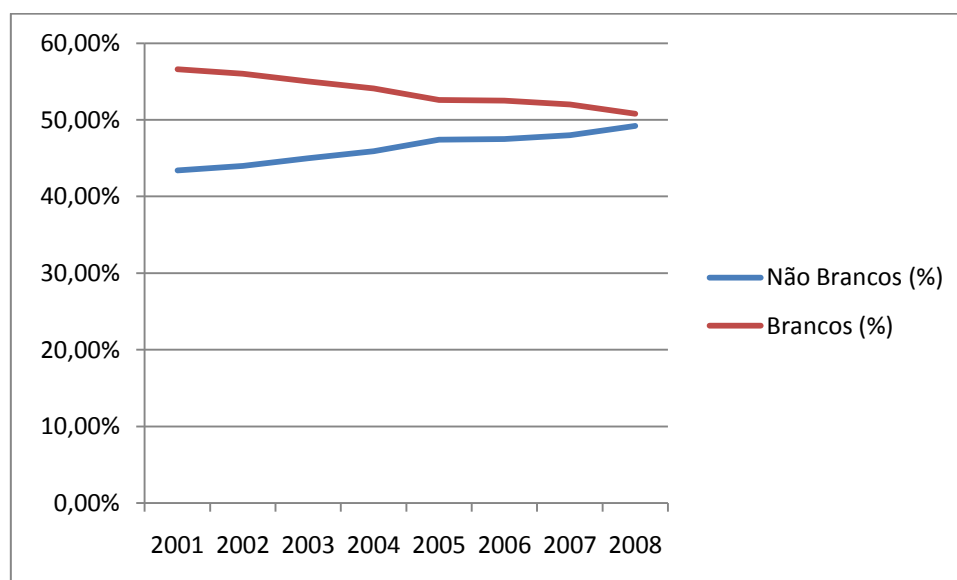
Já no caso da relação entre a variável raça e *Ocupados em atividade doméstica informal*, a queda parece ser ainda mais acentuada no que se refere à participação dos brancos e, respectivamente, ao aumento da participação de não brancos. Vale o destaque para o índice mais elevado da participação de não brancos nessa categoria, variando de 53,3%, em 2001, para 63,8% em 2008, isso indica uma sobre representação dos não brancos nessa categoria, pois, em 2001, o índice de participação de não brancos total em todas as atividades foi de 44,4% e, em 2008, esse índice era de 55,6%, confirmando a sobre representação não branca nas atividades não domésticas informais brasileiras.

**Tabela 07**  
**Raça X Ocupados em atividade não doméstica**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Categoria</b>								
Não Brancos (%)	43,4%	44,0%	45,0%	45,9%	47,4%	47,5%	48,0%	49,2%
Brancos (%)	56,6%	56,0%	55,0%	54,1%	52,6%	52,5%	52,0%	50,8%

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 07**  
**Raça X Ocupados em atividade não doméstica**



Elaborado pela própria autora

No que se refere à variável raça em relação aos *Ocupados em atividade não doméstica*, os dados apresentam uma tendência mais igualitária entre brancos e não brancos, justamente neste curto período de tempo analisado. Para o ano de 2001, a composição da referida categoria contava com 43,4% de participação de não brancos, passando a contar, em 2008, com 49,2% de não brancos. Já no que se refere aos brancos, eles eram 56,6% da categoria *Ocupados em atividade não doméstica* em 2001, e passaram a ser 50,8% no ano de 2008, indicando uma representação racial igualitária ao compararmos com os índices de participação total de raça para os referidos anos (em 2001 eram 44,4% para não brancos e 55,6% para não brancos e em 2008 eram 50,1% para não

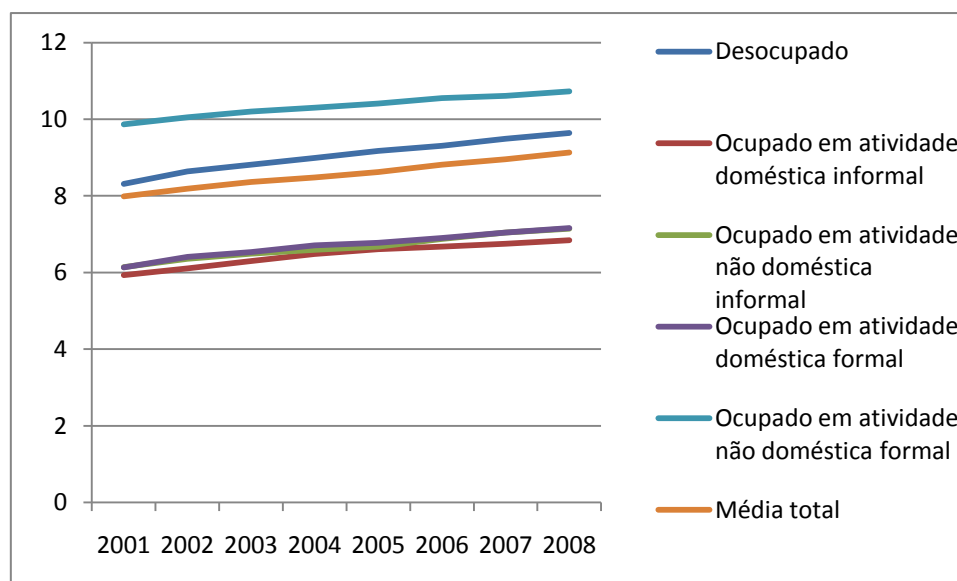
brancos e 49,9% para brancos)

**Tabela 08**  
**Média dos anos de estudos X *Status* ocupacional**

<b>Categoria</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Desocupado	8,31	8,64	8,81	8,99	9,17	9,31	9,49	9,64
Ocupado em atividade doméstica informal	5,93	6,11	6,30	6,48	6,61	6,68	6,75	6,84
Ocupado em atividade não doméstica informal	6,14	6,36	6,49	6,59	6,68	6,88	7,04	7,14
Ocupado em atividade doméstica formal	6,13	6,41	6,53	6,71	6,78	6,90	7,04	7,16
Ocupado em atividade não doméstica formal	9,87	10,05	10,20	10,30	10,41	10,55	10,61	10,73
Média total	7,99	8,19	8,36	8,48	8,62	8,81	8,96	9,13

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 08**  
**Média dos anos de estudos X Status ocupacional**



Elaborado pela própria autora

Os dados relativos à escolaridade dos entrevistados demonstram que há um crescimento uniforme em relação aos anos de estudo para a população brasileira, ano após ano, para todas as categorias analisadas. Neste gráfico, além dos ocupados em atividades domésticas formais e ocupados em atividades domésticas informais, incluem os indivíduos que se declararam desocupados na semana de referência, os ocupados em atividades não domésticas formais e os ocupados em atividades não domésticas informais.

A categoria com menor média de escolaridade para todos os anos analisados é a categoria ocupados em atividade doméstica informal, passando de 5,93 anos de estudo em média para 6,84 anos de estudo em média, abaixo das médias totais para os anos, respectivamente 7,99 e 9,13.

Seguida dela, as categorias ocupado em atividade não doméstica informal e ocupados em atividade doméstica formal apresentam médias inferiores à média total de escolaridade dos indivíduos entrevistados, sugerindo que a informalidade e as atividades domésticas se apresentam como atividades que exigem pouca escolaridade formal. Em

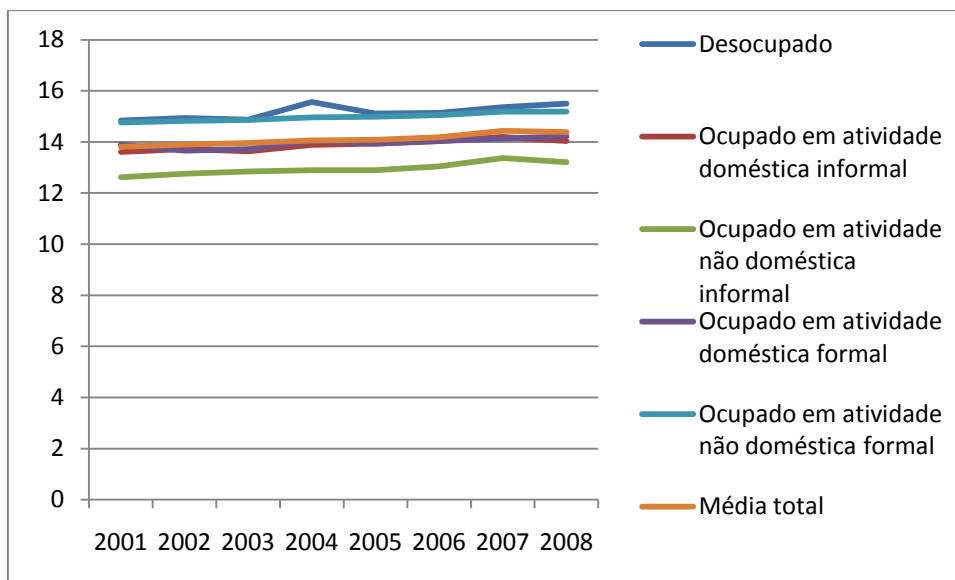
contrapartida, suas taxas se comportam como as demais taxas de escolaridade para as ocupações mais escolarizadas, isso demonstra que o acesso à educação formal vem crescendo uniformemente no Brasil, apesar da distância escolar entre as categorias.

**Tabela 09**  
**Média da idade que começou a trabalhar X *Status* ocupacional**

<b>Categoria</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Desocupado	14,84	14,94	14,88	15,56	15,11	15,14	15,36	15,50
Ocupado em atividade doméstica informal	13,61	13,72	13,64	13,88	13,93	14,04	14,20	14,03
Ocupado em atividade não doméstica informal	12,62	12,76	12,85	12,89	12,90	13,04	13,37	13,21
Ocupado em atividade doméstica formal	13,90	13,66	13,72	14,05	13,93	14,04	14,14	14,22
Ocupado em atividade não doméstica formal	14,76	14,83	14,86	14,96	14,99	15,05	15,19	15,19
Média total	13,81	13,90	13,96	14,06	14,09	14,19	14,43	14,39

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 09**  
**Média da idade que começou a trabalhar X *status* ocupacional**



Elaborado pela própria autora

Os dados apresentados no *Gráfico 09 Média da idade que começou a trabalhar X status ocupacional* indica que a informalidade contribui para o lançamento de jovens no mercado de trabalho de maneira mais precoce, em relação às demais categorias. Para o ano de 2001, a média de idade que começou a trabalhar para a categoria ocupados em atividade não doméstica informal era de 12,62 anos, passando para 13,21 anos no ano de 2008, inferior à média total para todos os anos.

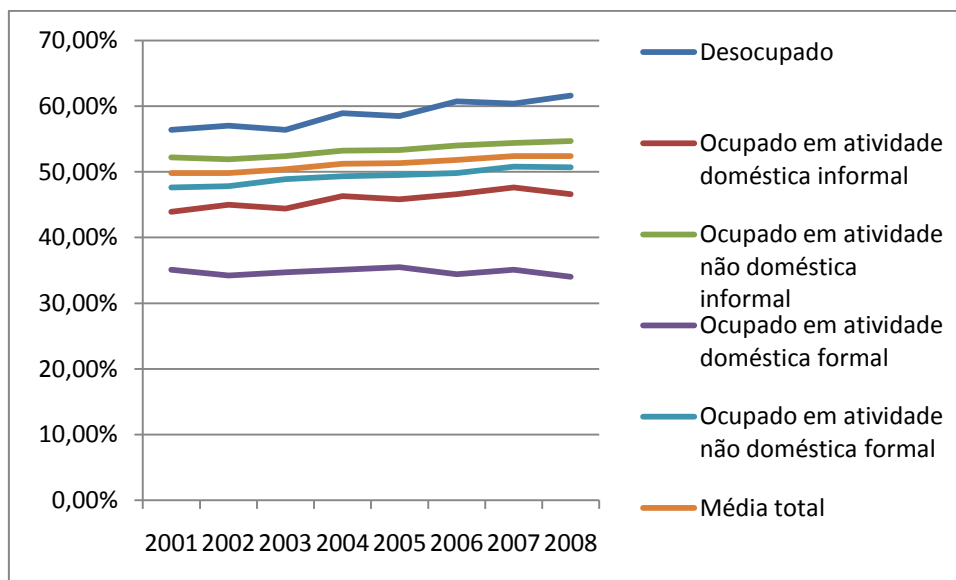
Também, as categorias ocupados em atividade doméstica formal e doméstica informal seguem abaixo da média total para todos os anos, comprovando o que a literatura sobre trabalho doméstico indica, ou seja, o trabalho doméstico é, ainda, uma porta de entrada para mercado para muitas jovens.

**Tabela 10**  
**Não Migrante x *Status* ocupacional**

<b>Categoria</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Desocupado	56,4%	57,0%	56,4%	58,9%	58,5%	60,7%	60,4%	61,6%
Ocupado em atividade doméstica informal	43,9%	45,0%	44,4%	46,3%	45,8%	46,6%	47,6%	46,6%
Ocupado em atividade não doméstica informal	52,2%	51,9%	52,4%	53,2%	53,3%	54,0%	54,4%	54,7%
Ocupado em atividade doméstica formal	35,1%	34,2%	34,7%	35,1%	35,5%	34,4%	35,1%	34,0%
Ocupado em atividade não doméstica formal	47,6%	47,8%	48,9%	49,3%	49,5%	49,8%	50,8%	50,7%
Média total	49,8%	49,8%	50,4%	51,2%	51,3%	51,8%	52,4%	52,4%

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 10**  
**Não Migrante x Status ocupacional**



Elaborado pela própria autora

No que se referem às questões migratórias, os dados dispostos revelam que de todas as categorias apresentadas, tanto as categorias ocupados em atividade doméstica formal quanto ocupado em atividade doméstica informal são as categorias que contam com menos não migrantes, com taxas inferiores à média total, para todos os anos analisados. Quando, em 2001, a média total dos indivíduos não migrantes era de 49,8%, as categorias ocupados em atividade doméstica formal contavam com 35,1% de não migrantes. Em 2008, esse comportamento se confirma, pois a média total dos indivíduos não migrantes foi de 52,4% e as categorias ocupados em atividade doméstica formal contavam com apenas 34% de indivíduos não migrantes.

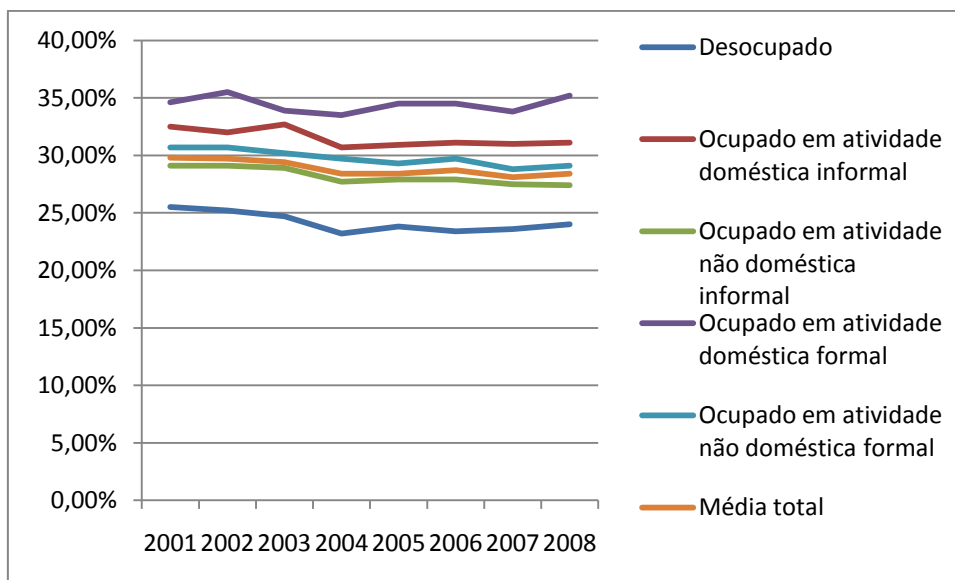
Já a categoria ocupados em atividade doméstica informal, também se apresenta abaixo das médias totais, mas com uma diferença não tão expressiva como na categoria ocupados em atividade doméstica formal. Em 2001, a média total dos indivíduos não migrantes era de 49,8%, as categorias ocupados em atividade doméstica informal contavam com 43,9% de não migrantes. Em 2008, a média total dos indivíduos não migrantes foi de 52,4% e as categorias ocupados em atividade doméstica formal contavam com 46,6% de indivíduos não migrantes.

**Tabela 11**  
**Migrante Intraestadual x Status ocupacional**

<b>Categoria</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Desocupado	25,5%	25,2%	24,7%	23,2%	23,8%	23,4%	23,6%	24,0%
Ocupado em atividade doméstica informal	32,5%	32,0%	32,7%	30,7%	30,9%	31,1%	31,0%	31,1%
Ocupado em atividade não doméstica informal	29,1%	29,1%	28,9%	27,7%	27,9%	27,9%	27,5%	27,4%
Ocupado em atividade doméstica formal	34,6%	35,5%	33,9%	33,5%	34,5%	34,5%	33,8%	35,2%
Ocupado em atividade não doméstica formal	30,7%	30,7%	30,2%	29,7%	29,3%	29,7%	28,8%	29,1%
Média total	29,8%	29,7%	29,4%	28,4%	28,4%	28,7%	28,1%	28,4%

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 11**  
**Migrante Intraestadual x status ocupacional**



Elaborado pela própria autora

Os dados do Gráfico 11, relacionados à migração intraestadual, revelam o que lemos em HONDAGNEU-SOTELO (2007), ou seja, é insaciável a demanda por trabalhadoras domésticas ao redor do mundo, porém esta demanda é ativada de forma distinta, por diferentes caminhos nos diferentes países. O que vemos no Brasil é que, as ocupações que contam com mais migrantes intraestaduais são justamente as relacionadas à atividade doméstica formal e atividade doméstica informal, apresentando taxas maiores que as médias totais em todos os anos.

Para o ano de 2001, a ocupação composta por mais migrantes intraestaduais foi a de ocupado em atividade doméstica formal, com 34,6% de migrantes, seguida da ocupado em atividade doméstica informal, com 32,5%, ambas acima da média total para o ano que foi de 29,8%.

Para o ano de 2008, a ocupação composta por mais migrantes intraestaduais novamente foi à de ocupado em atividade doméstica formal, agora contando com 35,2% de migrantes, seguida da ocupado em atividade doméstica informal, agora com 31,1%,

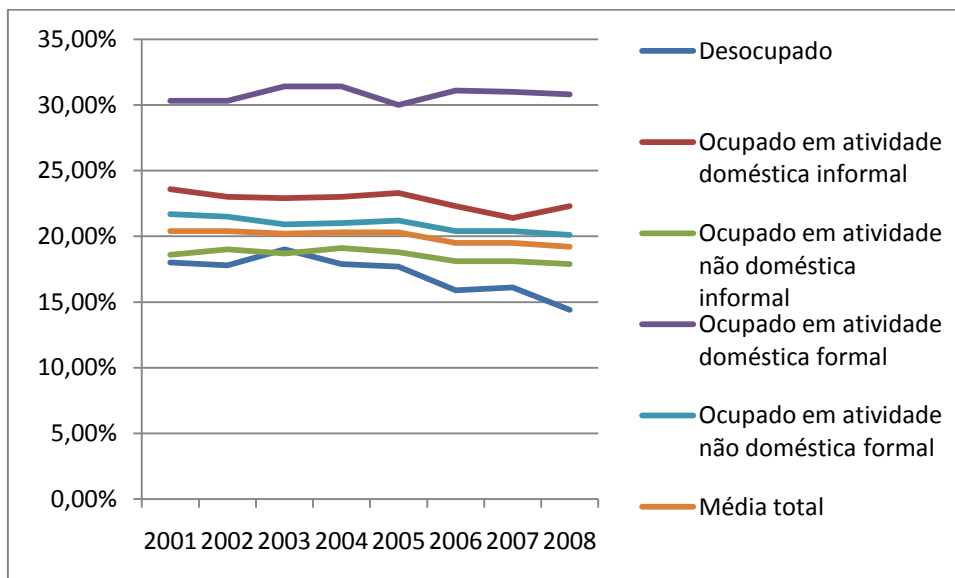
ambas acima da média total para o ano que foi de 28,4%.

**Tabela 12**  
**Migrante Interestadual x Status ocupacional**

<b>Categoria</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Desocupado	18,0%	17,8%	19,0%	17,9%	17,7%	15,9%	16,1%	14,4%
Ocupado em atividade doméstica informal	23,6%	23,0%	22,9%	23,0%	23,3%	22,3%	21,4%	22,3%
Ocupado em atividade não doméstica informal	18,6%	19%	18,7%	19,1%	18,8%	18,1%	18,1%	17,9%
Ocupado em atividade doméstica formal	30,3%	30,3%	31,4%	31,4%	30,0%	31,1%	31,0%	30,8%
Ocupado em atividade não doméstica formal	21,7%	21,5%	20,9%	21,0%	21,2%	20,4%	20,4%	20,1%
Média total	20,4%	20,4%	20,2%	20,3%	20,3%	19,5%	19,5%	19,2%

Elaborada pela própria autora

**Gráfico12**  
**Migrante Interestadual x *Status* ocupacional**



Elaborado pela própria autora

No que se refere aos dados do Gráfico 12, relacionados à migração interestadual, a confirmação da tese de HONDAGNEU-SOTELO (2007) fica ainda mais clara. Também como os dados relacionados à migração intraestadual, as ocupações que contam com mais migrantes interestaduais são as relacionadas à atividade doméstica formal e atividade doméstica informal, apresentando taxas maiores que as médias totais em todos os anos, com diferenças ainda mais significativas.

Para o ano de 2001, a ocupação composta por mais migrantes interestaduais foi a de ocupado em atividade doméstica formal, com 30,3% de migrantes, seguida da ocupado em atividade doméstica informal, com 23,6%, ambas acima da média total para o ano que foi de 20,4%.

Para o ano de 2008, a ocupação composta por mais migrantes intraestaduais igualmente foi a de ocupado em atividade doméstica formal, neste ano, contou-se com 30,8% de migrantes, seguida da ocupado em atividade doméstica informal, agora com 22,3%,

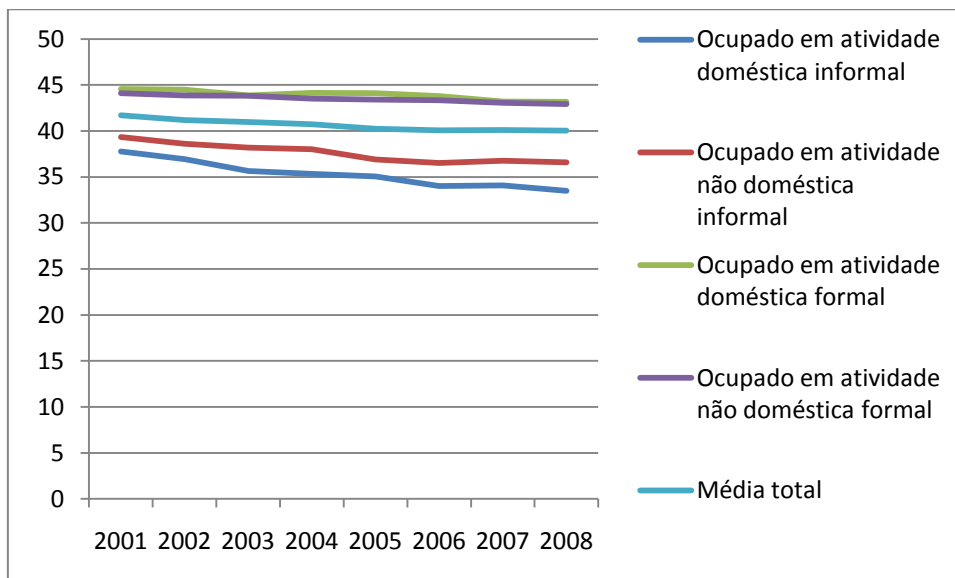
ambas acima da média total para o ano que foi de 19,2%.

**Tabela 13**  
**Média do número de horas trabalhadas por semana x *Status* ocupacional**

<b>Categoria</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Ocupado em atividade doméstica informal	37,76	36,94	35,66	35,34	35,05	34,01	34,08	33,50
Ocupado em atividade não doméstica informal	39,32	38,59	38,20	38,01	36,91	36,53	36,76	36,57
Ocupado em atividade doméstica formal	44,56	44,47	43,87	44,15	44,11	43,80	43,19	43,18
Ocupado em atividade não doméstica formal	44,11	43,85	43,81	43,52	43,41	43,34	43,07	42,92
Média total	41,70	41,18	40,96	40,73	40,25	40,07	40,11	40,03

Elaborada pela própria autora

Gráfico 13

Média do número de horas trabalhadas por semana x *status* ocupacional

Elaborado pela própria autora

Os dados apresentados no Gráfico 13 referem-se à média de horas trabalhadas por semana em cada categoria para os indivíduos ocupados na semana de referência. Eles sugerem que a formalidade aumenta o número de horas trabalhadas, pois as categorias que mais gastam horas na semana em sua atividade de trabalho são as categorias ocupados em atividade doméstica formal, que, em 2001, contabilizou 44,56 horas em média, e a categoria ocupados em atividade não doméstica formal, que, em 2001, apresentou a média de 44,11 horas trabalhadas. Ambas as médias são superiores à média total de horas trabalhadas para todas as categorias, no ano de 2001, que foi de 41,70 horas em média.

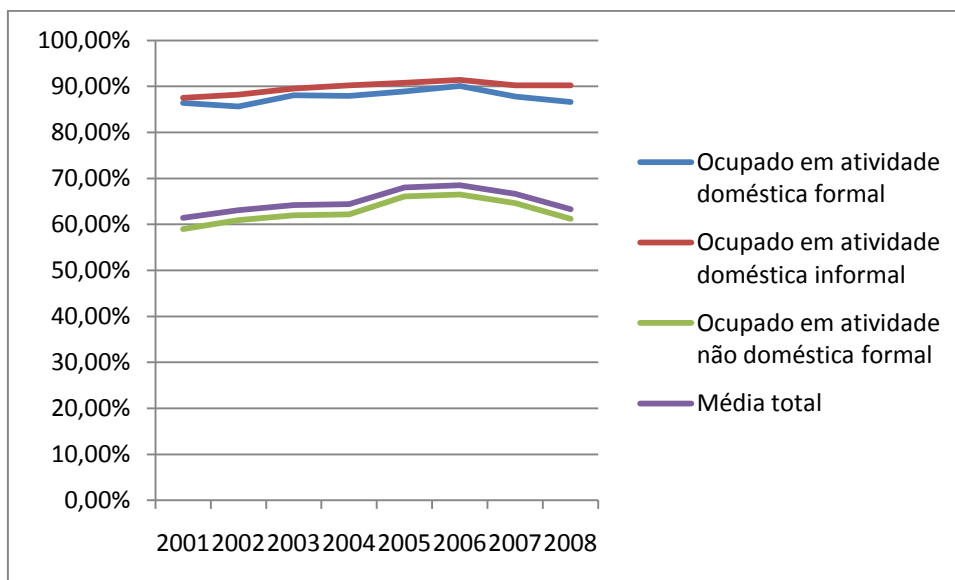
Já em 2008, o comportamento se confirma, incluindo o período entre os dois anos. A média de horas trabalhadas na categoria ocupados em atividade doméstica formal para este ano foi de 43,18 horas, seguida da categoria ocupados em atividade não doméstica formal com taxa de 42,92 horas em média de trabalho por semana. Ambas as médias são superiores à média total de horas trabalhadas para todas as categorias, no ano de 2008, que foi de 40,03 horas em média.

**Tabela 14**  
**Cuidava dos afazeres Domésticos x Status Ocupacional**

<b>Categoria</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Ocupado em atividade doméstica formal	86,4%	85,6%	88,1%	87,9%	88,9%	90,1%	87,8%	86,6%
Ocupado em atividade doméstica informal	87,5%	88,2%	89,5%	90,2%	90,8%	91,4%	90,2%	90,2%
Ocupado em atividade não doméstica formal	59,0%	60,9%	62,0%	62,2%	66,1%	66,5%	64,6%	61,2%
Média total	61,4%	63,1%	64,2%	64,4%	68,0%	68,5%	66,6%	63,3%

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 14**  
**Cuidava dos afazeres Domésticos x *Status* Ocupados**



Elaborado pela própria autora

Os dados visualizados no Gráfico 14 apresentam a relação entre a atividade doméstica no próprio domicílio, (a partir da questão apresentada pela PNAD/IBGE – Cuidava dos afazeres domésticos?) e o *status* ocupacional do entrevistado. Este gráfico nos apresenta o dado de que as empregadas domésticas, além de desempenharem as atividades domésticas nos lares de seus patrões, também são as maiores responsáveis pelos afazeres domésticos em seus domicílios. A diferença no cuidado com os afazeres do lar entre os ocupados em atividade doméstica e os ocupados em atividade não doméstica é relevante. Isso pode ser interpretado pelo fato de que são as mulheres cerca de 90% das ocupadas em atividades domésticas, e são também as mulheres as principais, senão únicas, responsáveis pelo cuidado, manutenção e limpeza dos lares.

Para o ano de 2001, a média total dos que cuidavam dos afazeres domésticos foi de 61,4% de entrevistados. A média para a categoria ocupado em atividade doméstica formal foi de 86,4% e para a categoria ocupado em atividade doméstica informal foi ainda maior, na casa de 87,5%.

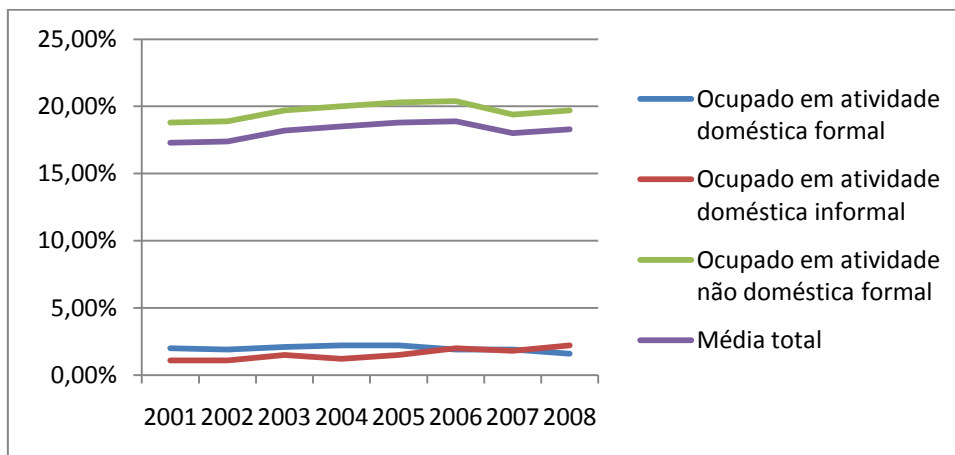
Já, em 2008, a média total dos que cuidavam dos afazeres domésticos foi de 63,3% de

entrevistados. A média para a categoria ocupado em atividade doméstica formal foi de 86,6% e para a categoria ocupado em atividade doméstica informal na casa de 90,2%.

**Tabela 15**  
**Era associado a sindicato na semana de referencia x *Status* Ocupacional**

<b>Categoria</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Ocupado em atividade doméstica formal	2,0%	1,9%	2,1%	2,2%	2,2%	1,9%	1,9%	1,6%
Ocupado em atividade doméstica informal	1,1%	1,1%	1,5%	1,2%	1,5%	2,0%	1,8%	2,2%
Ocupado em atividade não doméstica formal	18,8%	18,9%	19,7%	20,0%	20,3%	20,4%	19,4%	19,7%
Média total	17,3%	17,4%	18,2%	18,5%	18,8%	18,9%	18,0%	18,3%

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 15****Era associado a sindicato na semana de referência x *Status* Ocupados**

Elaborado pela própria autora

Fruto da distinção entre local de trabalho, a taxa de sindicalização dos ocupados em atividades domésticas de maneira formal e informal ainda é muito incipiente, como nos mostra os dados apresentados no Gráfico 15, que relaciona a associação a sindicato com o *status* ocupacional dos entrevistados ocupados na semana de referência das pesquisas.

Digno de nota é o aumento de 100% da associação a sindicato pelos ocupados em atividades domésticas de maneira informal, passando de 1,1% em 2001 para 2,2% em 2008, o que não se repete para a categoria ocupados em atividade doméstica formal, que registrou, em 2001, 2% de associados a sindicatos e 1,6% no ano de 2008. Vale ressaltar a distância da sindicalização das empregadas domésticas através da comparação com as médias totais de sindicalização para os anos analisados.

## 7. ANÁLISE MULTIVARIADA DOS DADOS

Essa etapa da pesquisa visa interpretar os efeitos das variáveis independentes, Gênero; Raça; Escolaridade; Experiência; Migrante intraestadual; Migrante interestadual; Norte; Nordeste; Sul; Centro-Oeste e Filhos, no acesso à ocupação em atividade doméstica formal e a ocupação em atividade doméstica informal, em relação à ocupação em atividade não doméstica. Sendo assim, a partir dessa análise, poderemos conferir os efeitos das variáveis independentes nas chances de acesso às atividades domésticas em relação às atividades não domésticas.

**Tabela 16**

Efeito percentual da variável gênero

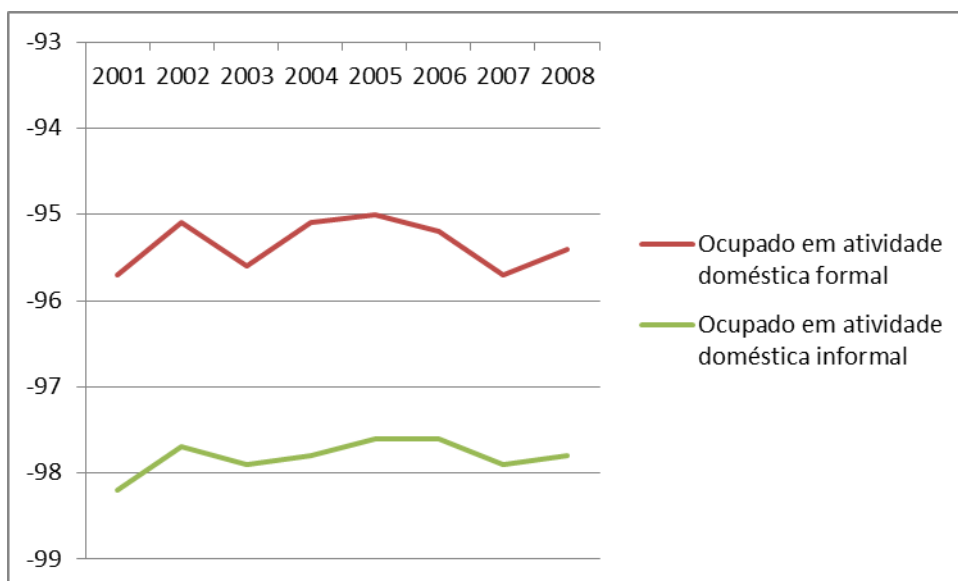
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Ocupado em atividade doméstica formal</b>	- 95,7	- 95,1	- 95,6	- 95,1	-95	- 95,2	- 95,7	- 95,4
<b>Ocupado em atividade doméstica informal</b>	- 98,2	- 97,7	- 97,9	- 97,8	- 97,6	- 97,6	- 97,9	- 97,8

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora

### Gráfico 16

Efeito percentual da variável gênero



Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica  
Elaborado pela própria autora

Confirmando a literatura sobre gênero e trabalho doméstico, o Gráfico 16 desenha o efeito da variável gênero sobre a chance de acesso à ocupação em atividade doméstica formal e atividade doméstica informal, em relação às chances de acesso à atividade doméstica não formal, apresentando que, para o ano de 2001, os homens tinham 95,7% a menos de chance de estarem em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, e ainda que, eles tinham 98,2% a menos de chance de estarem em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

Não há mudança relevante ao visualizarmos essa análise para o ano de 2008, pois, neste ano, os homens tinham 95,4% a menos de chance de estarem em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, e ainda que, eles tinham 97,8% a menos de chance de estarem em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

Nesse sentido, o efeito de gênero no acesso às ocupações em atividades domésticas em relação a atividades não domésticas é fortemente marcado a favor dos homens, e essa tendência não parece mudar.

**Tabela 17**

Efeito percentual da variável raça

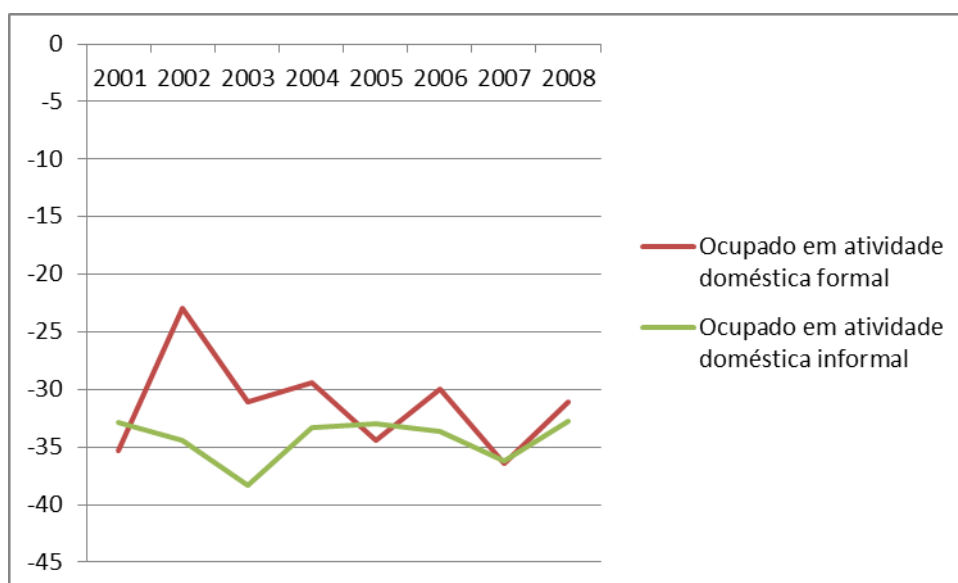
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ocupado em atividade doméstica formal	-35,3	-23	-31,1	-29,4	-34,4	-30	-36,4	-31,1
Ocupado em atividade doméstica informal	-32,9	-34,4	-38,3	-33,3	-33	-33,7	-36,2	-32,7

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 17**

Efeito percentual da variável raça



Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborado pela própria autora

O efeito racial também merece destaque ao analisarmos a chance de acesso à ocupação em atividade doméstica formal e atividade doméstica informal, em relação às chances de acesso à atividade doméstica não formal. O Gráfico 17 desenha o efeito da variável raça sobre a chance de acesso à ocupação em atividade doméstica formal e atividade doméstica informal, em relação às chances de acesso à atividade doméstica não formal, apresentando que, para o ano de 2001, os brancos tinham 35,3% a menos de chance de estarem em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, e ainda que, os brancos tinham 32,9% a menos de chance de estarem em atividade

doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

Poucas são as mudanças ao analisarmos os efeitos da variável raça, para o ano de 2008, pois, neste ano, os brancos tinham 31,1% a menos de chance de estarem em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, e ainda que, os brancos tinham 32,7% a menos de chance de estarem em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

Nesse sentido, o efeito de raça no acesso as ocupações em atividades domésticas em relação a atividades não domésticas é marcado a favor dos brancos.

**Tabela 18**

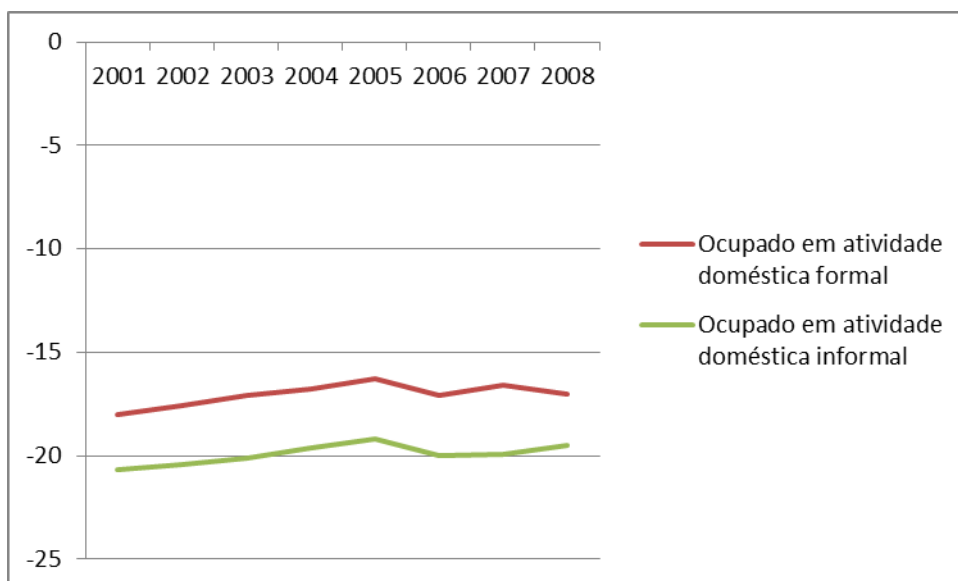
Efeito percentual da variável escolaridade

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Ocupado em atividade doméstica formal</b>	-18	- 17,6	- 17,1	- 16,8	- 16,3	- 17,1	- 16,6	-17
<b>Ocupado em atividade doméstica informal</b>	- 20,7	- 20,4	- 20,1	- 19,6	- 19,2	-20	- 19,9	- 19,5

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 18**  
**Efeito percentual da variável escolaridade**



Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica  
 Elaborado pela própria autora

Os dados do Gráfico 18 nos mostram os efeitos da escolaridade no acesso à ocupação em atividade doméstica formal e atividade doméstica informal, em relação à chance de acesso à atividade doméstica não formal. Sob esse aspecto podemos inferir que cada ano de estudo tem maior interferência no acesso à ocupação em atividade doméstica informal do que a ocupação em atividade doméstica formal. Vejamos.

Para o ano de 2001, cada ano a mais de escolaridade diminuía em média 18% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica. Para o mesmo ano, cada ano a mais de escolaridade diminuía em media 20,7% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica. Logo, cada ano a mais de estudo diminui mais a chance de um indivíduo estar em uma atividade doméstica informal em relação a estar ocupado em uma atividade não doméstica, do que a chance de um indivíduo estar em uma atividade doméstica formal em relação a estar ocupado em uma atividade não doméstica.

Já, para o ano de 2008, cada ano a mais de escolaridade diminuía em média 17% a

chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica. Para o mesmo ano, cada ano a mais de escolaridade diminuía em média 19,5% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica. Logo, também para o ano de 2008, cada ano a mais de estudo diminui mais a chance de um indivíduo estar em uma atividade doméstica informal em relação a estar ocupado em uma atividade não doméstica, do que a chance de um indivíduo estar em uma atividade doméstica formal em relação a estar ocupado em uma atividade não doméstica.

Esta análise vem contribuir com os dados apresentados no Gráfico 01, no qual a ocupação em atividade doméstica informal (sem carteira assinada ou contribuição à previdência social) apresentou variação negativa, passando de 6% em 2001 para 5,3% em 2008. Podemos inferir que o aumento da escolaridade para todas as categorias, como visualizado no Gráfico 08, vem beneficiando mais os ocupados em atividade doméstica informal do que os ocupados em atividade doméstica formal.

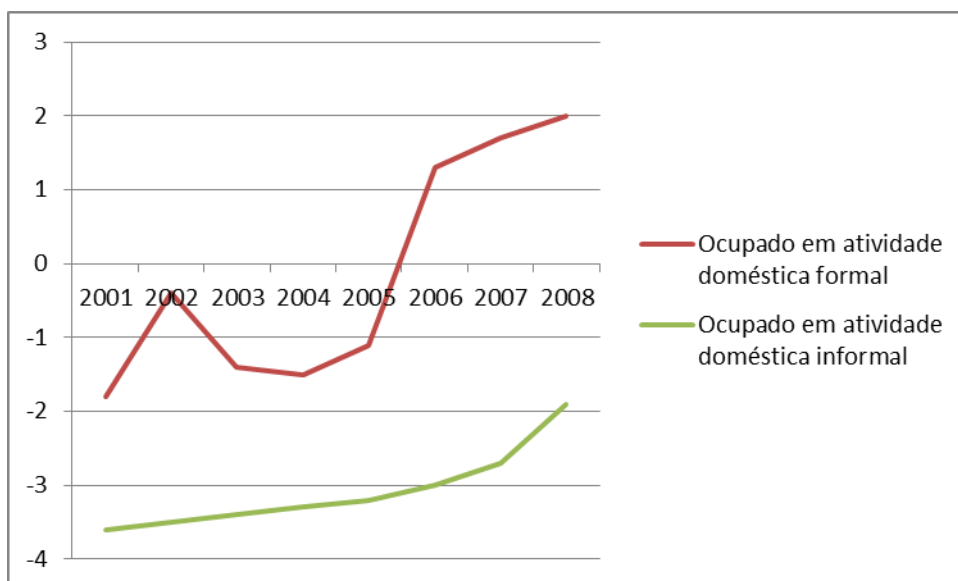
**Tabela 19**  
**Efeito percentual da variável experiência**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Ocupado em atividade doméstica formal</b>	-1,8	-0,4	-1,4	-1,5	-1,1	1,3	1,7	2
<b>Ocupado em atividade doméstica informal</b>	-3,6	-3,5	-3,4	-3,3	-3,2	-3	-2,7	-1,9

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 19**  
**Efeito percentual da variável experiência**



Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica  
 Elaborado pela própria autora

No que se refere à variável experiência, calculada como idade atual do indivíduo menos a idade que começou a trabalhar, podemos visualizar mudanças relevantes no que se refere ao acesso às ocupações e período de tempo analisados.

Para o ano de 2001, cada ano a mais de experiência diminuía em média 1,8% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica. Porém, no ano de 2008, cada ano a mais de experiência aumentava em média 2% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, demonstrando que a atividade doméstica, mesmo requerendo pouca experiência e praticamente nenhuma qualificação, vem se comportando de maneira distinta através dos anos.

No que se refere ao acesso à ocupação em atividade doméstica formal em relação à ocupação em atividade não doméstica, a tendência se repete, porém aqui, o efeito ainda permanece negativo. Para o ano de 2001, cada ano a mais de experiência diminuía em média 3,6% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica. Já no ano de 2008, cada ano a mais de

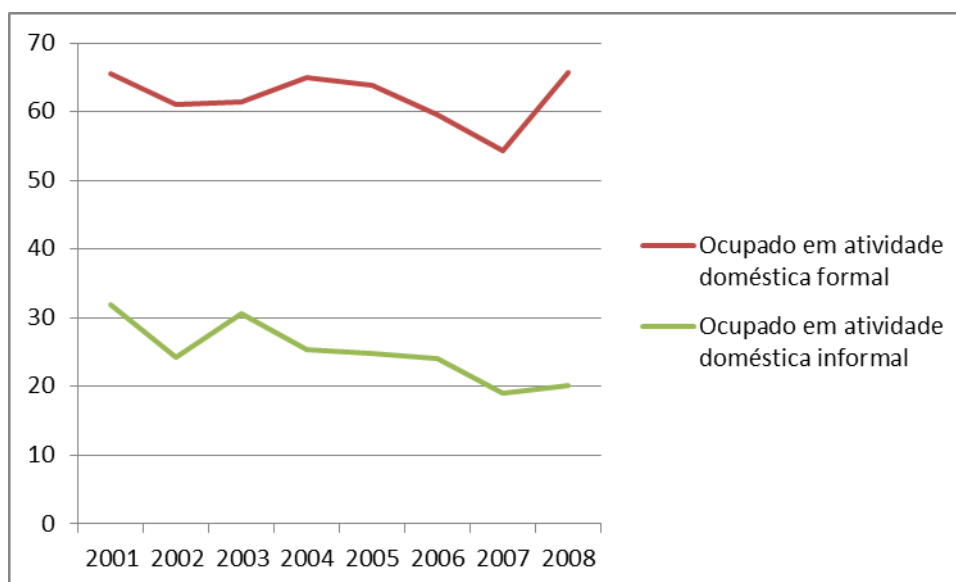
experiência diminuía em média 1,9% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica.

**Tabela 20**  
**Efeito percentual da variável migração intraestadual**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Ocupado em atividade doméstica formal</b>	65,5	61,1	61,5	64,9	63,8	59,5	54,4	65,7
<b>Ocupado em atividade doméstica informal</b>	31,9	24,2	30,6	25,3	24,8	24,1	19,1	20,1

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica  
Elaborada pela própria autora

**Gráfico 20**  
**Efeito percentual da variável migração intraestadual**



Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica  
Elaborada pela própria autora

Confirmando a tese de HONDAGNEU-SOTELO (2007), o efeito da variável migração intraestadual se apresenta muito forte, principalmente no que se refere ao acesso à

ocupação doméstica formal em relação ao acesso à ocupação em atividades não domésticas. Para o ano de 2001, ser migrante intraestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 65,5% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, não havendo mudança significativa na análise, para o ano de 2008, no qual ser migrante intraestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 65,7% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica.

Já sobre os desenhos em relação ao acesso a ocupação em atividade doméstica informal, os efeitos são mais modestos, mas não menos relevantes. Para o ano de 2001, ser migrante intraestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 31,9% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica. Esse efeito diminui, para o ano de 2008, no qual ser migrante intraestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 20,1% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

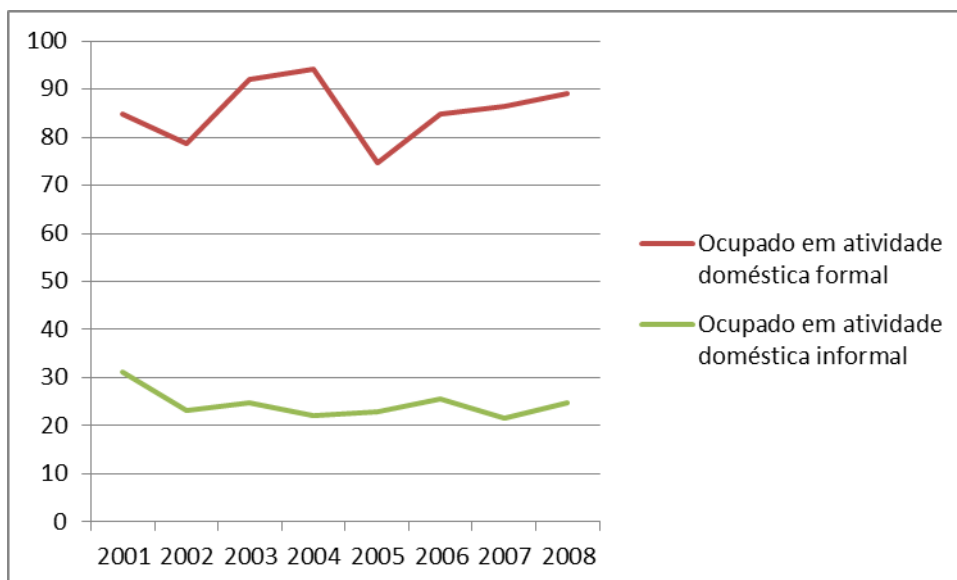
**Tabela 21**  
**Efeito percentual da variável migração interestadual**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Ocupado em atividade doméstica formal</b>	84,8	78,7	92,1	94,1	74,7	84,7	86,3	89
<b>Ocupado em atividade doméstica informal</b>	31,2	23,2	24,9	22,1	23	25,7	21,5	24,8

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 21**  
**Efeito percentual da variável migração interestadual**



Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborado pela própria autora

Ainda com força, é possível visualizar o efeito da variável migração interestadual no que se refere ao acesso à ocupação doméstica formal em relação ao acesso à ocupação em atividades não domésticas. Para o ano de 2001, ser migrante interestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 84,8% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, com aumento, para o ano de 2008, em que ser migrante interestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 89% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica.

Já sobre os desenhos em relação ao acesso à ocupação em atividade doméstica informal, os efeitos são mais modestos, confirmando a tendência apresentada na análise do Gráfico 20. Para o ano de 2001, ser migrante interestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 31,2% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica. Esse efeito diminui para o ano de 2008, em que ser migrante interestadual, no comparativo a não migrantes, aumentava em média 24,8% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

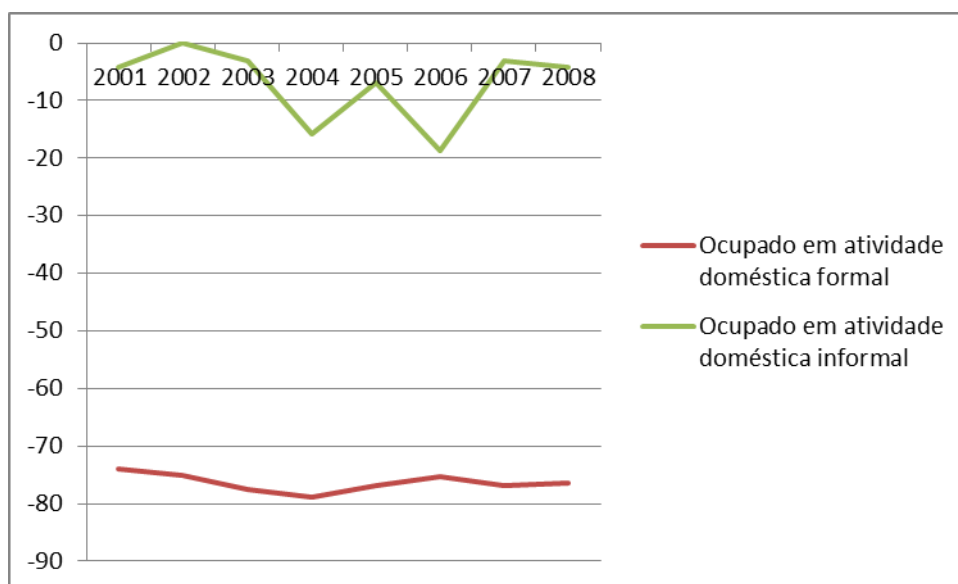
**Tabela 22**  
**Efeito percentual da variável Norte**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Ocupado em atividade doméstica formal</b>	- 73,9	- 75,1	- 77,5	- 78,9	- 76,8	- 75,4	- 76,8	- 76,4
<b>Ocupado em atividade doméstica informal</b>	-4,3	0	-3,2	- 15,8	-6,9	- 18,7	-3	-4,3

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 22**  
**Efeito percentual da variável Norte**



Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora

No que refere ao efeito da variável norte ao acesso às ocupações domésticas em relação ao acesso à ocupação em atividades não domésticas, os dados nos trazem revelações interessantes.

Para o ano de 2001, ser morador do norte, em comparação ao do sudeste, diminuía em média 73,9% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do

que ocupado em atividade não doméstica, com um ligeiro aumento para o ano de 2008, quando, ser morador do norte, em comparação ao do sudeste, diminuía em média 76,4% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica.

Já se referindo ao acesso à ocupação doméstica informal a queda no efeito é dramática, sugerindo que a formalidade e regulamentação da atividade doméstica paga é precária e incipiente nesta região do país. Vejamos:

Para o ano de 2001, ser morador do norte, em comparação ao do sudeste, diminuía em média 4,3% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica, com um duas importantes oscilações no ano de 2004 e 2006.

Para o ano de 2004, ser morador do norte, em comparação ao do sudeste, diminuía em média 15,8% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica e, para o ano de 2006, ser morador do norte, em comparação ao do sudeste, diminuía em média 18,4% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica

Já no ano de 2008, o efeito volta para a mesma taxa registrada no ano de 2001, ou seja, em 2008, ser morador do norte, em comparação ao do sudeste, diminuía em média 4,3% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica

Esses dados indicam ao se comparar a região Norte com a região Sudeste, as chances de acesso às ocupações em atividades domésticas diminuem sobremaneira, pois é na região Sudeste que se concentram os maiores índices de participação de mulheres nas atividades não domésticas, sugerindo que elas precisem externalizar o trabalho doméstico para outras mulheres, suas empregadas.

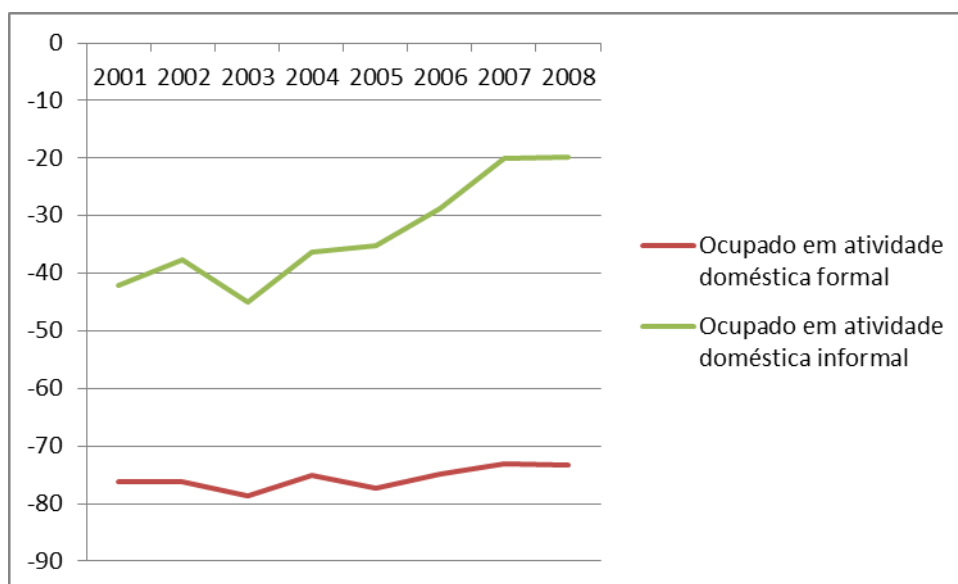
**Tabela 23**  
**Efeito percentual da variável Nordeste**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Ocupado em atividade doméstica formal</b>	- 76,2	- 76,1	- 78,7	-75 36,4	- 77,3	- 74,8	- 73,1	- 73,2
<b>Ocupado em atividade doméstica informal</b>	- 42,1	- 37,7	-45	-	- 35,2	- 28,8	- 20,1	- 19,7

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora

**Gráfico 23**  
**Efeito percentual da variável Nordeste**



Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborado pela própria autora

Conforme nos indica o Gráfico 23, para o ano de 2001, ser morador da região Nordeste, em comparação ao da região Sudeste, diminuía em média 76,2% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, com uma ligeira queda para o ano de 2008, quando, ser morador da região Nordeste, em comparação ao da região Sudeste, diminuía em média 73,2% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado

em atividade não doméstica.

Já se referindo ao acesso à ocupação doméstica informal o comportamento da variável Nordeste é distinto do comportamento da variável Norte, sugerindo que uma elevação na formalidade e regulamentação da atividade doméstica paga nesta região do país. Vejamos:

Para o ano de 2001, ser morador da região Nordeste, em comparação ao da região Sudeste, diminuía em média 42,1% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica, com uma relevante queda para o ano de 2008, quando, ser morador da região Nordeste, em comparação ao da região Sudeste, diminuía em média 19,7% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

**Tabela 24**  
**Efeito percentual da variável Sul**

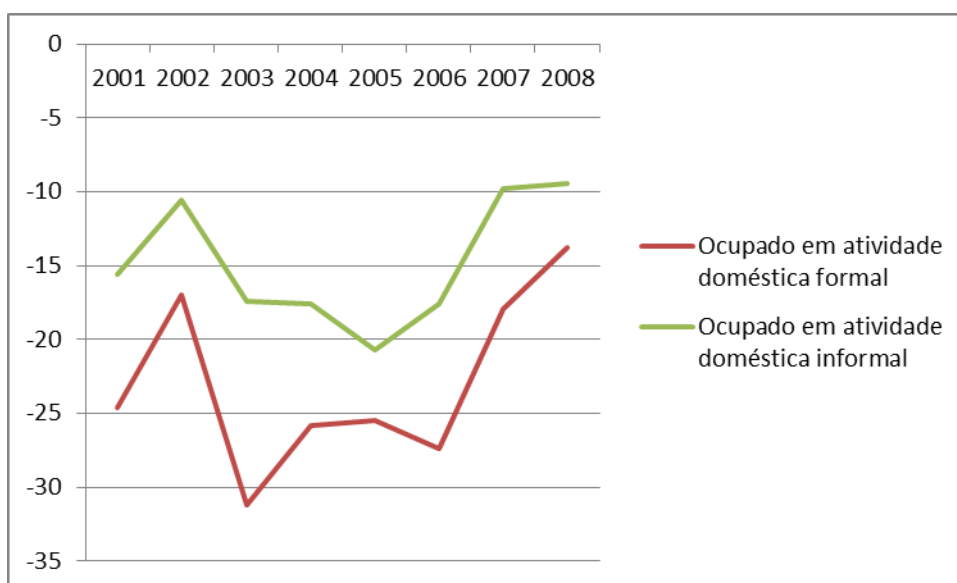
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Ocupado em atividade doméstica formal</b>	- 24,6	-17	- 31,2	- 25,8	- 25,5	- 27,4	- 17,9	- 13,8
<b>Ocupado em atividade doméstica informal</b>	- 15,6	- 10,6	- 17,4	- 17,6	- 20,7	- 17,6	-9,8	-9,4

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora

### Gráfico 24

Efeito percentual da variável Sul



Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica  
Elaborada pela própria autora

O Gráfico 24 nos apresenta que, para o ano de 2001, ser morador da região Sul, em comparação ao da região Sudeste, diminuía em média 24,6% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, com queda para o ano de 2008, quando, ser morador da região Sul, em comparação ao da região Sudeste, diminuía em média 13,8% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica.

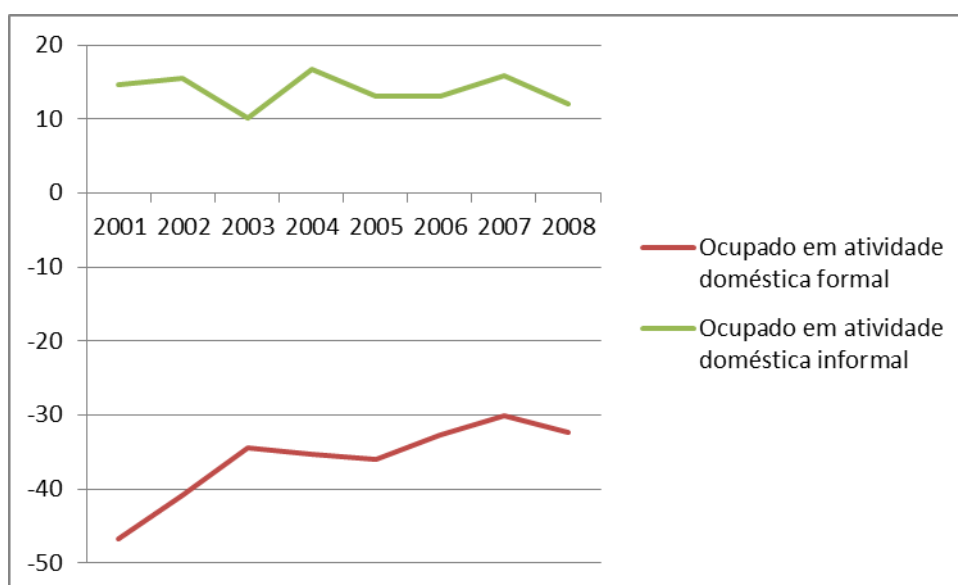
Sobre os dados relacionados à ocupação em atividade doméstica informal, para o ano de 2001, ser morador da região Sul, em comparação ao da região Sudeste, diminuía em média 15,6% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica, com uma relevante queda para o ano de 2008, quando, ser morador da região Sul, em comparação ao da região Sudeste, diminuía em média 9,4% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

**Tabela 25**  
**Efeito percentual da variável Centro-Oeste**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Ocupado em atividade doméstica formal</b>	- 46,8	- 40,9	- 34,5	- 35,3	-36	- 32,6	- 30,1	- 32,3
<b>Ocupado em atividade doméstica informal</b>	14,7	15,5	10,2	16,7	13,1	13,1	15,8	12

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica  
 Elaborada pela própria autora

**Gráfico 25**  
**Efeito percentual da variável Centro Oeste**



Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica  
 Elaborada pela própria autora

A análise sobre o efeito da variável Centro-Oeste se distingue bastante das análises observadas para as regiões Norte, Nordeste e Sul do Brasil. Vejamos o que o Gráfico 25 tem a nos dizer.

Para o ano de 2001, ser morador da região Centro-Oeste, em comparação ao da região Sudeste, diminuía em média 46,8% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica, com queda para o ano de 2008, quando, ser morador da região Centro-Oeste, em comparação ao da região Sudeste, diminuía em média 32,3% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica.

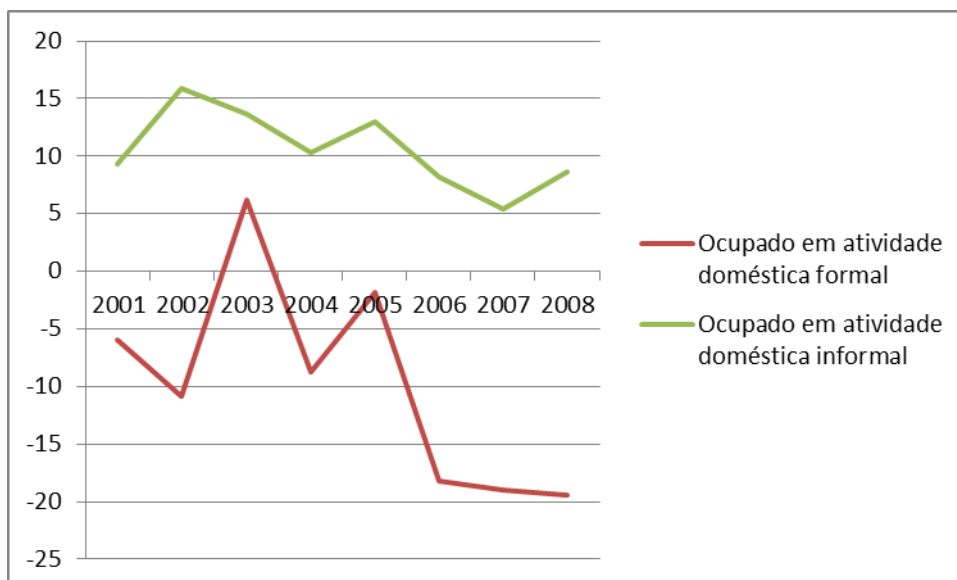
Mas a novidade se refere à análise do efeito da variável Centro-Oeste no acesso à ocupação em atividade doméstica informal, que se apresenta de forma positiva. Para o ano de 2001, ser morador da região Centro-Oeste, em comparação ao da região Sudeste, aumentava em média 14,7% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica, com uma ligeira queda para o ano de 2008, quando, ser morador da região Centro-Oeste, em comparação ao da região Sudeste, aumentava em média 12% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que ocupado em atividade não doméstica.

**Tabela 26**  
**Efeito percentual da variável Filhos**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Ocupado em atividade doméstica formal</b>	-6	- 10,9	6,2	-8,7	-1,8	- 18,2	-19	- 19,4
<b>Ocupado em atividade doméstica informal</b>	9,3	15,9	13,7	10,3	13	8,2	5,4	8,6

Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica  
Elaborada pela própria autora

**Gráfico 26**  
**Efeito percentual da variável Filhos**



Categoria de referência: ocupado em atividade não doméstica

Elaborada pela própria autora

Por fim, cabe a análise do efeito da variável filhos no acesso às ocupações em atividades domésticas em relação ao acesso à ocupação em atividades não domésticas. Os dados do Gráfico 26 nos mostram que para o ano de 2001, o fato de haver na família, um filho menor de 14 anos, diminui em média 6% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que estar ocupado em atividade não doméstica, com uma grande variação para o ano de 2008, quando, o fato de haver na família, um filho menor de 14 anos, diminui em média 19,4% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que estar ocupado em atividade não doméstica.

Mas o efeito da variável filhos no acesso à ocupação doméstica informal em relação ao acesso à ocupação em atividades não domésticas se comporta de maneira muito distinta. Vejamos:

Para o ano de 2001, o fato de haver na família, um filho menor de 14 anos, aumentava em média 9,3% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica informal do que estar ocupado em atividade não doméstica, com uma ligeira queda (após oscilações nos anos de 2002 e 2003) para o ano de 2008, quando, o fato de haver

na família, um filho menor de 14 anos, aumentava em média 8,6% a chance de um indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal do que ocupado em atividade não doméstica.

Isso pode revelar que o fato de ter filhos menores de 14 anos conduz às mulheres a sujeição de atividades mais precarizadas, por não serem regulamentadas, porém, essas mesmas atividades são as que ocupam menos horas trabalhadas por semana, e se apresentam com grande flexibilidade de horários, possibilitando às ocupadas em atividades domésticas informais trabalhar e cuidar dos filhos menores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal pergunta lançada pelo presente trabalho foi assim formulada: quais os elementos que contribuem para a manutenção do emprego doméstico no Brasil? Este questionamento norteou os estudos teóricos e as análises empíricas aqui apresentadas. Buscando confirmar a hipótese de que o desaparecimento do emprego doméstico no Brasil não pode ser afirmado, como defendem os teóricos da modernização, faz-se necessário a compreensão teórica dos dados levantados.

Podemos, na conclusão deste trabalho, afirmar que uma mulher, não branca, migrante e com baixa escolaridade tem mais chances de se ocupar em um emprego doméstico do que em outras atividades não domésticas. Vejamos:

Como nos conta Motta, o trabalho doméstico é caracterizado por um trabalho próprio às mulheres, ou como dona de casa, ou como empregada doméstica, sendo a casa o *locus* da atividade, cujo objetivo instala-se na produção de bens materiais ou simbólicos para o consumo familiar; na reprodução da vida; e no trabalho produtivo dos membros da família (MOTTA, 1992). Desta forma, entendemos de que forma os homens permanecem tendo quase 100% menos chances de estarem ocupados em atividades domésticas, do que em atividades não domésticas.

A necessidade de ordenar a vida social de modo a atribuir às mulheres as obrigações domésticas e aos homens as atividades produtivas vem se mantendo ao longo do tempo, a despeito do avanço na participação feminina no mundo produtivo. Essa afirmação pode ser lida através da análise dos dados descritivos da presente pesquisa, que revela ser a atividade doméstica paga no Brasil composta por mais de 90% de mulheres, para todos os anos analisados. Em contrapartida, a composição das ocupações não domésticas conta com somente 37,4% de presença feminina, revelando que, ainda, o espaço doméstico e reprodutivo é um espaço eminentemente feminino.

A interpretação dos dados sobre a raça dos indivíduos e sua relação com as ocupações domésticas e produtivas demonstra uma marca relevante a favor dos brancos, confirmando a ideia de que existe uma hierarquia moral incorporada às instituições modernas fundada na divisão corpo e mente que legitima a desigualdade entre trabalho

manual e trabalho não manual. Não é à toa, portanto, que podemos visualizar os brancos com um terço a menos de chance do que os não brancos de ocuparem uma atividade doméstica e não uma atividade não doméstica. Os dados sobre raça, apresentados neste trabalho confirmam os achados de HASENBALG & SILVA (1992), interpretando que os não brancos sofrem desvantagem na conversão de sua escolaridade formal em posições na estrutura ocupacional. Nesse sentido é possível afirmar que a origem social tem forte impacto na determinação das posições ocupacionais no Brasil.

Partindo dessa abordagem teórica, ao lermos os dados sobre a influência da variável escolaridade no acesso às atividades domésticas e não domésticas, percebemos que o fator formalidade (caracterizado por ter carteira de trabalho assinada) contribui de forma relevante para novas considerações acerca do trabalho doméstico brasileiro. Os dados nos apresentam um crescente aumento nos anos de estudo para todas as categorias analisadas. Porém, este aumento contribui mais para a saída do trabalho doméstico informal, do que para a saída do trabalho doméstico formal. Cada ano a mais de escolaridade ganho pelos indivíduos, diminui mais as chances de estarem ocupados em atividade doméstica informal (em relação a estarem ocupados em atividades não domésticas), do que estarem ocupados em atividade doméstica formal (em relação a estarem ocupados em atividades não domésticas).

Isto quer dizer que a formalidade no trabalho doméstico pago no Brasil é um fator de manutenção da atividade. Com direitos assegurados, a empregada, mesmo com mais escolaridade do que tinha anteriormente, tem mais chances de permanecer na ocupação do que as trabalhadoras das atividades desregulamentadas.

Partindo-se desta análise, é possível entender a tendência de queda (apresentada no Gráfico 01) das atividades domésticas informais e a tendência estável das atividades domésticas formais, contrapondo a ideia modernizadora que defende a tendência de desaparecimento da ocupação ao longo dos anos.

A manutenção da atividade doméstica paga no Brasil revela, ainda, uma nova tendência para o perfil demandado de trabalhadoras. É o que demonstra a análise dos dados da variável experiência. Se no ano de 2001, o efeito da variável experiência no acesso a atividade doméstica formal era negativo, -1,8%, para o ano de 2008, o efeito passa a ser

positivo em 2%, demonstrando a necessidade de comprovação das habilidades da atividade através da experiência da trabalhadora para o acesso às vagas de trabalho doméstico formal.

Quando analisamos as chances de acesso ao trabalho doméstico informal, o efeito da variável experiência permanece negativo, entre os anos de 2001 e 2008, porém há uma relevante diminuição de -3,6% para -1,9%, podendo sugerir que vem havendo uma maior necessidade de experiência para o acesso ao posto de trabalho, do que havia anteriormente.

No que se refere às variáveis relacionadas à migração, os dados revelam a concordância com a teoria defendida por SOTELO (2007), quando afirma ser insaciável a demanda por trabalhadoras domésticas ao redor do mundo, com diferenças relevantes para os setores formal e informal da atividade doméstica. O que marca o efeito da variável migração para o acesso às atividades domésticas é a formalidade.

O efeito da variável migração intraestadual (que refere-se à migração de indivíduos dentro de um mesmo estado da federação brasileira) no acesso às atividades domésticas formais é mais do que o dobro do efeito da mesma variável para as ocupações domésticas informais em relação a atividades não domésticas. Logo, se, em 2008, o efeito da migração intraestadual era de 65,7% a mais de chance para o acesso à atividade doméstica formal em relação à atividade não doméstica, o efeito da variável migração intraestadual para o acesso à atividade doméstica informal em relação à atividade não doméstica era menos da metade, 20,1% de efeito percentual, sugerindo que a formalidade na atividade doméstica se apresenta mais atraente para as trabalhadoras.

Maiores, ainda, são os efeitos percentuais relacionados à variável migração interestadual (que refere-se à migração de indivíduos para outros estados da federação que não o de sua moradia inicial). Ser migrante interestadual aumenta em 89% %%, no ano de 2008, as chances de o indivíduo estar ocupado em atividade doméstica formal, em relação a estarem ocupados em atividades não domésticas. Já, quando lemos os dados para o efeito da mesma variável em relação ao acesso às atividades domésticas informais (em relação a estarem ocupados em atividades não domésticas), o efeito

percentual é bem menor, chegando a 24,8% no ano de 2008. Isso sugere que a atividade doméstica formal, regulamentada através dos direitos trabalhistas, é mais atrativa no sentido de conduzir as trabalhadoras a outra cidade, ou outro estado da federação, do que a atividade doméstica informal. Esta análise também confirma a tendência de queda da atividade doméstica informal e a tendência de estabilidade da atividade doméstica formal.

Após percorrermos os caminhos teóricos sobre o trabalho e o emprego doméstico e visualizarmos através dos dados da PNAD/IBGE para os anos 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 o perfil das ocupações em atividades domésticas, formais e informais, bem como os efeitos que conduzem ao acesso a essas ocupações em relação às ocupações em atividades não domésticas, podemos confirmar duas de nossas quatro hipóteses.

Como lido neste trabalho, a estrutura das desigualdades sociais impede a habilidade de menos membros privilegiados na sociedade para demonstrar ou intensificar suas habilidades e talentos diretos no sistema educacional e no mercado de trabalho. Compreendendo gênero como um sistema de práticas sociais que constituem as pessoas como diferentes e que organiza as relações de desigualdade, devendo, desta forma, ser compreendido tanto do ponto de vista individual, como através das práticas sociais que produzem o gênero da pessoa, e raça como uma criação social, uma ficção que divide e categoriza indivíduos por aspectos fenóticos, tais como a cor da pele, que supostamente significam diferenças subjacentes, podemos concluir que:

A partir dos dados levantados sobre os efeitos de gênero, raça, escolaridade e migração é possível confirmar que a naturalização da função feminina junto ao trabalho reprodutivo permanece com o desenvolvimento econômico moderno, porém a ativação das habilidades necessárias ao trabalho doméstico só é acionada pelas mulheres excluídas das riquezas produzidas material e simbolicamente, o que cria uma classe social distinta, com forte efeito racial.

Com efeito, demonstramos que a ideia de que a naturalização da função feminina junto ao trabalho reprodutivo tem sido substituída por práticas igualitárias entre os sexos no que se refere às atividades domésticas, conduzindo à diminuição do trabalho doméstico

pago não pode ser comprovada, haja vista a manutenção da atividade doméstica como responsabilidade feminina, bem como a manutenção do trabalho doméstico pago no Brasil.

A partir deste trabalho, não é possível confirmar a tese modernizadora, que afirma existir uma tendência de desaparecimento do trabalho doméstico pago, influenciada pelo acesso a produtos e serviços que atendem às necessidades das famílias, no que tange às atividades domésticas diárias.

Sendo assim, as análises apresentadas no presente trabalho contrariam a teoria modernizadora, não sendo visível a tendência de desaparecimento do trabalho doméstico, apesar do acesso a produtos e serviços que atendem às necessidades das famílias no que tange às atividades domésticas diárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKER, Joan. Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. In: LOBER, Judith; FARREL, Susan. *The social construction of gender*. Newbury Park: Sage, 1991.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2000.

BLANK, Rebecca, Marilyn Dabady e Constance Citro (ed.). *Measuring Racial Discrimination: panel on methods for assessing discrimination*. Washington, The National Academies Press, 2004.

BLAU, P. and DUNCAN, O. *The American Occupational Structure*. New York: Wiley. 1967.

BRADLEY, Harriet. Gender: rethinking patriarchy. In: *Fractured identities: changing patterns of inequality*. Cambridge: Polity Press, 1996.

BRUSCHINI, Cristina. *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BRUSCHINI; RIDENTI. *Família, casa e trabalho*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, número 88, p.30-36, fevereiro 1994.

CASTRO, Mary Garcia. ¿Qué se compra y qué se vende em el servicio doméstico? In: CHANEY; CASTRO. *Muchacha/ cachifa/ criada/ empleada/ empregadinha/ sirvienta/ y ... más nada – Trabajadoras domésticas em América latina y el Caribe*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.

CHAPLIN, D. Domestic services and industrialization. *Comparative Studies in Sociology*, n.1, p. 97-127, 1978.

COLLVER, A. e LANGLOI, E. The female labour force in metropolitan areas: an international comparison. *Economic Development and Cultural Changes*, v.

10, n. 4, p. 367-385, 1962.

COSER, L. A. Servents: the obsolescence of an occupation role. *Social Forces*, v. 52, n.1, p. 31-40, 1973.

FERNANDES, D. C. . Estratificação Educacional, Origem Socioeconômica e Raça No Brasil: as Barreiras da Cor. In: Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas. (Org.). Prêmio IPEA 40 Anos. Brasília: IPEA, 2005, v. , p. 21-72.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. *Estrutura de posições de classes no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora UFMG e IUPERJ, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

GLASS, DAVID. *Social Mobility in Britain*. London: Routledge & Paul, 1954.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. Trajetória dos feminismos: introdução à abordagem de gênero. In: *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. *Gênero: Uma Breve Introdução*. In: [http://www.coepbrasil.org.br/opiniao\\_genero.asp](http://www.coepbrasil.org.br/opiniao_genero.asp). Acesso em 20 out.2006.

HIGMAN, B. W. El servicio doméstico em Jamaica desde 1750. In: CHANEY, Elsa e GARCIA CASTRO, Mary (orgs). *Muchacha / cachifa / criada /empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe*. Venezuela: Ed. EPU, 1993. p. 41-66.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA; SORJ; BRUSHINI; HIRATA (orgs.) *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. *Domestica: immigrant workers cleaning and caring in the shadows of affluence*. University of California Press: Berkeley and Los Angeles, California: 2007.

IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

JACQUET, Christine. *Urbanização e emprego doméstico*. Revista brasileira de Ciências Sociais. vol.18 no.52 São Paulo Junho 2003.

KERGOAT, Danielle. SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (General theory of employment, interest and money)*. Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1

KIMMEL, Michael. *The Gendered Society*. New York: Oxford University Press, 2000.

KOFES, Maria Suely. *Mulher: Mulheres. Diferença e Identidade nas Armadilhas da Igualdade e Desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas*. São Paulo, 1991, 379 p. Tese (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Doutorado – Universidade de São Paulo)

KUZNESOF, Elizabeth. Historia del servicio doméstico em la América hispana (1492-1980). In: CHANEY; CASTRO. *Muchacha/ cachifa/ criada/ empleada/ empregadinha/ sirvienta/ y ... más nada – Trabajadoras domésticas em América latina y el Caribe*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Natureza e cultura. In: *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIPSET; BENDIX. *Social Mobility in Industrial Society*, 1959.

MARTIN, Patrícia Yancey. Gender as Social Institution. *Social Forces*, Vol. 84, n° 4, pp. 1249-1273, 2004.

MEAD, Margaret. (1979). *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MELO; CONSIDERA; DI SABBATO. *Os afazeres domésticos contam*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 435-454, dez. 2007.

MELO; CASTILHO. *Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?* UFF *Economia – Texto para Discussão – 215*. Niterói, Junho/2007

MELO; PESSANHA; PARREIRAS. *Da cozinha para o mercado – a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90*. Niterói, v. 2, n. 2, p. 47-60, 1. sem. 2002.

MELO, Hildete. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a Trabalhadoras*. Texto para discussão nº 565, IPEA, 1998.

MILKMANN, REESE e ROTH. A macrossociologia do trabalho doméstico remunerado. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*. ano 4, n. 7, p. 143-168, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca – As relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: Estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A.Queiroz, 1979.

- PARSONS, Talcott. *Ensayos de teoría sociológica*. Buenos Aires: Paidós, 1967.
- \_\_\_\_\_. *O Sistema das Sociedades Modernas*. Tradução de Dante Moreira Leite  
São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.
- PINTO, L.A. Costa. *O negro no Rio de Janeiro. Relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- RODRIGUES, Encarnacion Gutiérrez. *The “hidden side” of the new economy – On transnational migration, domestic work, and unprecedented intimacy*. *Frontiers: A Journal of Women Studies* - Volume 28, Number 3, 2007, pp. 60-83.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero e Patriarcado*. In: *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1996.
- SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos A. *Relações sociais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora: Iuperj, 1992.
- SOUZA, Jessé. *Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira*. Lua Nova, nº65. São Paulo, 2005.
- TOURAINÉ, Alain e RAGAZZI, Orietta. *Les Ouvriers d'Origine Agricole*. Paris : Le Seuil, 1961.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade – Fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 2009.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. (1991). Doing Gender. In: LOBER, Judith; FARREL, Susan. *The social construction of gender*. Newbury Park: Sage, 1991.

WHARTON, Amy. Gender in interactions and institutions. In: *The sociology of gender: an introduction to theory and research*. Oxford: Blackwell, 2005.

**ANEXOS**

Tabelas de Análise Multivariada

## ANEXOS

### Tabelas de Análise Multivariada

**Tabela 27**  
Coeficientes de regressão logística (2001)

#### Parameter Estimates

dep1 <sup>a</sup>		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% Confidence Interval for Exp(B)	
								Lower Bound	Upper Bound
ocupado em atividade	Intercept	-,762	,003	86701,070	1	,000			
domestica formal	gênero	-3,137	,003	1431138,037	1	,000	,043	,043	,044
	raça	-,436	,002	61357,323	1	,000	,647	,644	,649
	v4703	-,199	,000	684466,950	1	,000	,820	,819	,820
	Experiência cent	-,018	,000	79082,682	1	,000	,982	,982	,982
	Experiência 2	,000	,000	37794,312	1	,000	1,000	1,000	1,000
	migraintra	,504	,002	65820,474	1	,000	1,655	1,649	1,662

	migrainter	,614	,002	85424,727	1	,000	1,848	1,841	1,856
	norte	-1,342	,005	67739,547	1	,000	,261	,259	,264
	nordeste	-1,434	,003	321015,833	1	,000	,238	,237	,240
	sul	-,282	,002	14726,923	1	,000	,754	,751	,757
	Centro-oeste	-,632	,003	36461,537	1	,000	,532	,528	,535
	filhos	-,062	,002	1312,117	1	,000	,940	,937	,943
ocupado em atividade doméstica informal	Intercept	,193	,002	11449,160	1	,000			
	gênero	-3,997	,002	2975681,121	1	,000	,018	,018	,018
	Raça	-,399	,001	106273,073	1	,000	,671	,670	,673
	v4703	-,232	,000	1982548,736	1	,000	,793	,793	,793
	Experiência cent	-,036	,000	694367,713	1	,000	,964	,964	,964
	Experiência 2	,000	,000	319738,417	1	,000	1,000	1,000	1,000
	migraintra	,277	,001	45432,406	1	,000	1,319	1,316	1,323
	migrainter	,271	,001	32884,445	1	,000	1,312	1,308	1,316
	norte	-,044	,002	336,273	1	,000	,957	,952	,961
	nordeste	-,547	,001	136560,872	1	,000	,579	,577	,580
	sul	-,170	,002	9509,612	1	,000	,844	,841	,847
	Centro-oeste	,137	,002	4561,018	1	,000	1,147	1,143	1,152
	filhos	,089	,001	5959,309	1	,000	1,093	1,091	1,096

a. The reference category is: ocupado em atividade não doméstica.

**Tabela 28**  
Coeficientes de regressão logística (2002)

		Parameter Estimates							95% Confidence Interval for Exp(B)	
dep1 <sup>a</sup>		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower Bound	Upper Bound	
ocupado em atividade	Intercept	-,650	,003	55950,439	1	,000				
doméstica formal	gênero	-3,016	,003	1407405,798	1	,000	,049	,049	,049	
	raça	-,261	,002	22533,406	1	,000	,770	,768	,773	
	v4703	-,193	,000	703386,014	1	,000	,824	,824	,825	
	Experiência cent	-,004	,000	1994,142	1	,000	,996	,996	,997	
	Experiência 2	-,001	,000	118660,935	1	,000	,999	,999	,999	
	migraintra	,477	,002	59951,869	1	,000	1,611	1,605	1,618	
	migrainter	,581	,002	77547,203	1	,000	1,787	1,780	1,795	
	norte	-1,391	,005	67759,504	1	,000	,249	,246	,251	
	nordeste	-1,431	,003	298598,972	1	,000	,239	,238	,240	
	sul	-,187	,002	7034,615	1	,000	,830	,826	,833	
	Centro-oeste	-,526	,003	26123,981	1	,000	,591	,587	,595	

	filhos	-,116	,002	4477,178	1	,000	,891	,888	,894
ocupado em atividade	Intercept	,153	,002	7470,144	1	,000			
doméstica informal	gênero	-3,772	,002	3176365,034	1	,000	,023	,023	,023
	raça	-,421	,001	124030,685	1	,000	,656	,655	,658
	v4703	-,228	,000	2019693,942	1	,000	,796	,796	,796
	Experiência cent	-,036	,000	709415,124	1	,000	,965	,965	,965
	Experiência 2	,000	,000	444270,430	1	,000	1,000	1,000	1,000
	migraintra	,218	,001	29330,367	1	,000	1,244	1,241	1,247
	migrainter	,208	,001	20250,533	1	,000	1,232	1,228	1,235
	norte	,000	,002	,002	1	,964	1,000	,995	1,004
	nordeste	-,474	,001	109035,954	1	,000	,623	,621	,624
	sul	-,112	,002	4374,524	1	,000	,894	,891	,897
	Centro-oeste	,144	,002	5030,128	1	,000	1,155	1,150	1,159
	filhos	,148	,001	17030,601	1	,000	1,159	1,157	1,162

a. The reference category is: ocupado em atividade não doméstica.

**Tabela 29**  
Coeficientes de regressão logística (2003)

## Parameter Estimates

dep1 <sup>a</sup>		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% Confidence Interval for Exp(B)	
								Lower Bound	Upper Bound
ocupado em atividade doméstica formal	Intercept	-,862	,003	112623,021	1	,000			
	gênero	-3,134	,003	1460696,913	1	,000	,044	,043	,044
	raça	-,373	,002	48715,203	1	,000	,689	,686	,691
	v4703	-,187	,000	678055,065	1	,000	,829	,829	,830
	Experiência cent	-,014	,000	48195,497	1	,000	,986	,986	,986
	Experiência 2	,000	,000	41295,024	1	,000	1,000	1,000	1,000
	migraintra	,479	,002	62774,382	1	,000	1,615	1,609	1,621
	migrainter	,653	,002	105536,103	1	,000	1,921	1,913	1,928
	norte	-1,491	,005	85052,708	1	,000	,225	,223	,227
	nordeste	-1,546	,003	366377,434	1	,000	,213	,212	,214
	sul	-,374	,002	27534,697	1	,000	,688	,685	,691
	Centro-oeste	-,423	,003	19959,876	1	,000	,655	,651	,659
	filhos	,060	,002	1306,041	1	,000	1,062	1,059	1,065
	ocupado em atividade doméstica informal	Intercept	,222	,002	15359,559	1	,000		
gênero		-3,845	,002	3067038,686	1	,000	,021	,021	,021

raça	-,484	,001	160241,337	1	,000	,617	,615	,618
v4703	-,225	,000	1978639,005	1	,000	,799	,799	,799
Experiência cent	-,035	,000	650637,510	1	,000	,966	,966	,966
Experiência 2	,000	,000	274826,040	1	,000	1,000	1,000	1,000
migraintra	,267	,001	43928,789	1	,000	1,306	1,303	1,309
migrainter	,222	,001	22696,457	1	,000	1,249	1,245	1,252
norte	-,033	,002	211,260	1	,000	,968	,964	,972
nordeste	-,598	,001	169086,873	1	,000	,550	,548	,551
sul	-,191	,002	12529,460	1	,000	,826	,824	,829
Centro-oeste	,097	,002	2254,354	1	,000	1,102	1,098	1,107
filhos	,129	,001	12858,271	1	,000	1,137	1,135	1,140

a. The reference category is: ocupado em atividade não doméstica.

**Tabela 30**  
Coeficientes de regressão logística (2004)

## Parameter Estimates

dep1 <sup>a</sup>		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% Confidence Interval for Exp(B)	
								Lower Bound	Upper Bound
ocupado em atividade doméstica formal	Intercept	-,911	,003	127926,749	1	,000			
	gênero	-3,021	,003	1439803,516	1	,000	,049	,048	,049
	raça	-,349	,002	43232,254	1	,000	,706	,703	,708
	v4703	-,184	,000	674642,791	1	,000	,832	,832	,833
	Experiência cent	-,015	,000	56612,241	1	,000	,985	,985	,985
	Experiência 2	,000	,000	208,116	1	,000	1,000	1,000	1,000
	migraintra	,500	,002	69207,716	1	,000	1,649	1,643	1,655
	migrainter	,663	,002	109738,644	1	,000	1,941	1,934	1,949
	norte	-1,555	,005	114093,937	1	,000	,211	,209	,213
	nordeste	-1,387	,002	311216,950	1	,000	,250	,249	,251
	sul	-,299	,002	17801,618	1	,000	,742	,738	,745
	Centro-oeste	-,435	,003	21485,570	1	,000	,647	,644	,651
	filhos	-,092	,002	3031,610	1	,000	,913	,910	,916
	ocupado em atividade doméstica informal	Intercept	,159	,002	8489,280	1	,000		
gênero		-3,799	,002	3205844,456	1	,000	,022	,022	,022

raça	-,405	,001	122864,122	1	,000	,667	,666	,669
v4703	-,218	,000	2042493,153	1	,000	,804	,804	,805
Experiência cent	-,033	,000	628691,391	1	,000	,967	,967	,967
Experiência 2	,000	,000	82366,761	1	,000	1,000	1,000	1,000
migraintra	,226	,001	33250,003	1	,000	1,253	1,250	1,256
migrainter	,200	,001	19946,419	1	,000	1,221	1,218	1,225
norte	-,172	,002	6986,170	1	,000	,842	,839	,845
nordeste	-,452	,001	105894,571	1	,000	,636	,634	,638
sul	-,193	,002	13219,536	1	,000	,824	,822	,827
Centro-oeste	,155	,002	6392,639	1	,000	1,167	1,163	1,172
filhos	,098	,001	8073,033	1	,000	1,103	1,101	1,106

a. The reference category is: ocupado em atividade não doméstica.

**Tabela 31**  
Coeficientes de regressão logística (2005)

		Parameter Estimates							95% Confidence Interval for Exp(B)	
dep1 <sup>a</sup>		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower Bound	Upper Bound	
ocupado em atividade doméstica formal	Intercept	-2,452	,002	1954473,719	1	,000				
	gênero	-2,799	,002	1333574,794	1	,000	,061	,061	,061	
	raça	-,679	,002	181304,385	1	,000	,507	,505	,509	
	Experiência cent	,014	,000	63521,031	1	,000	1,014	1,014	1,014	
	Experiência 2	,000	,000	45399,804	1	,000	1,000	1,000	1,000	
	migraintra	,502	,002	76114,010	1	,000	1,651	1,646	1,657	
	migrainter	,640	,002	109298,566	1	,000	1,896	1,889	1,903	
	norte	-1,358	,004	98758,252	1	,000	,257	,255	,259	
	nordeste	-1,205	,002	256539,216	1	,000	,300	,298	,301	
	sul	-,214	,002	9948,426	1	,000	,807	,804	,811	
	Centro-oeste	-,454	,003	24309,648	1	,000	,635	,631	,639	
	filhos	,141	,002	7923,605	1	,000	1,152	1,148	1,155	
	ocupado em atividade doméstica informal	Intercept	-1,731	,001	2094896,608	1	,000			
gênero		-3,447	,002	2831086,832	1	,000	,032	,032	,032	

raça	-,687	,001	393307,103	1	,000	,503	,502	,504
Experiência cent	-,004	,000	14237,569	1	,000	,996	,996	,996
Experiência 2	,000	,000	11006,188	1	,000	1,000	1,000	1,000
migraintra	,231	,001	38091,544	1	,000	1,259	1,256	1,262
migrainter	,291	,001	47172,214	1	,000	1,337	1,334	1,341
norte	,059	,002	962,371	1	,000	1,061	1,057	1,065
nordeste	-,094	,001	5369,302	1	,000	,910	,908	,913
sul	-,140	,002	7423,531	1	,000	,869	,866	,872
Centro-oeste	,118	,002	3933,828	1	,000	1,125	1,121	1,129
filhos	,333	,001	104670,722	1	,000	1,395	1,392	1,398

a. The reference category is: ocupado em atividade não domestica.

**Tabela 32**  
Coeficientes de regressão logística (2006)

		Parameter Estimates							95% Confidence Interval for Exp(B)	
dep1 <sup>a</sup>		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Lower Bound	Upper Bound	
ocupado em atividade doméstica formal	Intercept	-,421	,003	26284,086	1	,000				
	gênero	-3,030	,002	1558957,450	1	,000	,048	,048	,049	
	raça	-,357	,002	49542,456	1	,000	,700	,697	,702	
	v4703	-,187	,000	816943,395	1	,000	,829	,829	,830	
	Experiência cent	,013	,000	26688,689	1	,000	1,013	1,013	1,013	
	Experiência 2	-,002	,000	268207,866	1	,000	,998	,998	,998	
	migraintra	,467	,002	66059,268	1	,000	1,595	1,589	1,600	
	migrainter	,614	,002	100992,574	1	,000	1,847	1,840	1,854	
	norte	-1,403	,004	113034,233	1	,000	,246	,244	,248	
	nordeste	-1,377	,002	330573,096	1	,000	,252	,251	,254	
	sul	-,320	,002	21477,005	1	,000	,726	,723	,730	
	Centro-oeste	-,395	,003	19342,484	1	,000	,674	,670	,677	
	filhos	-,201	,002	15309,216	1	,000	,818	,815	,820	
	ocupado em atividade doméstica informal	Intercept	,252	,002	18486,689	1	,000			
gênero		-3,740	,002	3250697,184	1	,000	,024	,024	,024	

raça	-,411	,001	130525,382	1	,000	,663	,661	,664
v4703	-,223	,000	2201866,521	1	,000	,800	,800	,800
Experiência cent	-,031	,000	460063,986	1	,000	,970	,970	,970
Experiência 2	,000	,000	15469,797	1	,000	1,000	1,000	1,000
migraintra	,216	,001	31404,102	1	,000	1,241	1,238	1,244
migrainter	,229	,001	26277,745	1	,000	1,257	1,254	1,261
norte	-,207	,002	10050,356	1	,000	,813	,810	,816
nordeste	-,340	,001	63719,960	1	,000	,712	,710	,714
sul	-,193	,002	13325,772	1	,000	,824	,822	,827
Centro-oeste	,123	,002	3935,830	1	,000	1,131	1,126	1,135
filhos	,079	,001	4968,439	1	,000	1,082	1,079	1,084

a. The reference category is: ocupado em atividade não doméstica.

**Tabela 33**  
Coeficientes de regressão logística (2007)

## Parameter Estimates

dep1 <sup>a</sup>		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% Confidence Interval for Exp(B)	
								Lower Bound	Upper Bound
ocupado em atividade doméstica formal	Intercept	-,447	,003	30502,226	1	,000			
	gênero	-3,136	,003	1567808,650	1	,000	,043	,043	,044
	raça	-,453	,002	80532,814	1	,000	,636	,634	,638
	V4803	-,181	,000	807639,611	1	,000	,834	,834	,835
	Experiência cent	,017	,000	42416,997	1	,000	1,017	1,017	1,017
	Experiência 2	-,002	,000	253203,623	1	,000	,998	,998	,998
	migraintra	,434	,002	57893,910	1	,000	1,544	1,538	1,549
	migrainter	,622	,002	105963,980	1	,000	1,863	1,856	1,870
	norte	-1,462	,004	109730,890	1	,000	,232	,230	,234
	nordeste	-1,314	,002	312505,512	1	,000	,269	,268	,270
	sul	-,197	,002	8602,157	1	,000	,821	,818	,824
	Centro-oeste	-,358	,003	16794,175	1	,000	,699	,695	,703
	filhos	-,211	,002	16957,256	1	,000	,810	,808	,813
	ocupado em atividade doméstica informal	Intercept	,262	,002	20092,945	1	,000		
gênero		-3,863	,002	3127213,473	1	,000	,021	,021	,021

raça	-,450	,001	152962,794	1	,000	,638	,636	,639
V4803	-,221	,000	2222118,590	1	,000	,801	,801	,802
Experiência cent	-,028	,000	345223,200	1	,000	,973	,972	,973
Experiência 2	,000	,000	22416,947	1	,000	1,000	1,000	1,000
migraintra	,175	,001	20258,558	1	,000	1,191	1,188	1,194
migrainter	,195	,001	18350,711	1	,000	1,215	1,211	1,218
norte	-,030	,002	219,412	1	,000	,970	,966	,974
nordeste	-,225	,001	27891,392	1	,000	,799	,797	,801
sul	-,103	,002	3767,729	1	,000	,902	,899	,905
Centro-oeste	,147	,002	5467,743	1	,000	1,158	1,153	1,162
filhos	,053	,001	2222,653	1	,000	1,054	1,052	1,056

a. The reference category is: ocupado em atividade não doméstica.

**Tabela 34**  
Coeficientes de regressão logística (2008)

## Parameter Estimates

		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% Confidence Interval for Exp(B)	
								Lower Bound	Upper Bound
dependente em relação a não doméstica									
ocupado em atividade	Intercept	-,490	,003	35815,812	1	,000			
doméstica formal									
	gênero	-3,084	,002	1540810,342	1	,000	,046	,046	,046
	raça	-,373	,002	54065,919	1	,000	,689	,686	,691
	V4803	-,187	,000	860921,171	1	,000	,830	,829	,830
	Experiência cent	,019	,000	53917,339	1	,000	1,020	1,019	1,020
	Experiência 2	-,002	,000	287244,813	1	,000	,998	,998	,998
	migraintra	,505	,002	77977,527	1	,000	1,657	1,652	1,663
	migrainter	,637	,002	108253,833	1	,000	1,890	1,883	1,897
	norte	-1,445	,004	108060,982	1	,000	,236	,234	,238
	nordeste	-1,317	,002	307383,794	1	,000	,268	,267	,269
	sul	-,149	,002	4948,206	1	,000	,862	,858	,865
	Centro-oeste	-,390	,003	19345,826	1	,000	,677	,673	,681
	filhos	-,216	,002	17205,893	1	,000	,806	,803	,809
ocupado em atividade doméstica informal									
	Intercept	,197	,002	11393,721	1	,000			
	gênero	-3,815	,002	3103591,291	1	,000	,022	,022	,022

raça	-,396	,001	118579,745	1	,000	,673	,672	,675
V4803	-,217	,000	2216678,268	1	,000	,805	,805	,805
Experiência cent	-,019	,000	169859,209	1	,000	,981	,981	,981
Experiência 2	,000	,000	53256,192	1	,000	1,000	1,000	1,000
migraintra	,183	,001	22451,799	1	,000	1,201	1,198	1,204
migrainter	,222	,001	24480,687	1	,000	1,248	1,245	1,252
norte	-,044	,002	471,692	1	,000	,957	,953	,960
nordeste	-,220	,001	26844,792	1	,000	,803	,801	,805
sul	-,099	,002	3480,900	1	,000	,906	,903	,909
Centro-oeste	,113	,002	3303,433	1	,000	1,120	1,115	1,124
filhos	,082	,001	5382,770	1	,000	1,086	1,083	1,088

a. The reference category is: ocupado em atividade não doméstica.

